



RELATÓRIO E CONTAS

2018

Índice

Introdução.....	5
Protocolos com outras Federações e Entidades	15
Website da FEP.....	19
Processos Judiciais em Curso.....	23
Enquadramento Financeiro	37
Proveitos, Custos e Situação Líquida	41
Estrutura dos Proveitos	43
Rede Nacional de Centros Federados.....	49
Formação de Recursos Humanos	53
Título Profissional de Treinador de Desporto - TPTD.....	57
Licenças	59
Praticantes por Escalões Etários.....	63
Praticantes por Disciplinas	64
Campeonatos e Taça de Portugal	65
Calendário Nacional	71
Controlo Antidopagem	77
Alto Rendimento	81
Campeonatos do Mundo e da Europa	85
Disciplinas	91
Atrelagem	93
Concurso Completo de Equitação	95
Ensino e Equitação Adaptada	96
Equitação de Trabalho.....	99
Horseball	101
Obstáculos.....	105
Resistência Equestre.....	107
Competições Inter-Escolas.....	109

TREC.....	112
Agradecimentos.....	113
Contas	115
Relatório Conselho de Justiça	139
Relatório Conselho de Disciplina	143
Relatório Conselho de Arbitragem.....	147
Anexos.....	151
Correspondência IPDJ.....	153
Campeões e Vice-Campeões.....	197
Organizações Equestres Registradas.....	211



Introdução

Introdução

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 46.º alíneas n), o) e p) dos Estatutos, vem a Direção apresentar o Relatório e Contas do Exercício de 2018.

O ano de 2018 foi mais um ano de consolidação da gestão financeira da Federação, garantindo-lhe todas as condições de sustentabilidade futura e permitindo o aumento dos apoios às diferentes disciplinas, quer na vertente desportiva direta, quer no desenvolvimento das infraestruturas.

Com efeito e conforme se pode verificar, mais à frente, pelo quadro respetivo, a dotação de verbas afetas às diferentes Disciplinas continuou a aumentar.

Relativamente ao apoio aos investimentos em infraestruturas desportivas, realizados pelos sócios da FEP, nos termos do FAMID, no decorrer de 2018, não existiu nenhuma candidatura, tendo os reembolsos verificados durante o ano sido no montante de 34.295,24 euros, apresentando, no final do ano, um saldo de 58.905,28 euros.

No aspeto desportivo, cuja análise detalhada se faz mais à frente, de realçar a participação das equipas de Ensino, Obstáculos, Paradressage e Resistência Equestre nos Jogos Equestres Mundiais, disputados em Tryon (Estados Unidos da América), durante o mês de Setembro.

De realçar também a participação de uma equipa no Campeonato Mundo de Equitação de Trabalho, em Maio onde se obteve uns brilhante, 1º e 3º lugar individual.

Salientamos ainda a participação de uma equipa de Ensino e uma de Obstáculos nos escalões de Children, Juniores e Young Riders nos Campeonatos da Europa que tiveram lugar em Fontainebleau (França) em Julho e ainda uma equipa de Resistência Equestre de Juniores e Jovens Cavaleiros no Campeonato da Europa que se realizou em Julho em Itália.

Na vertente desportiva foi possível cumprir o compromisso assumido por esta Direção, ainda em 2017, de realizar os Jogos Equestres Nacionais, em maio de 2018, que decorreram nas instalações da Companhia das Lezírias e da Herdade de Rio Frio, a cujas Administrações endereçamos os nossos melhores agradecimentos.

Foram estes Jogos uma manifestação de vitalidade da nossa modalidade equestre, da nossa capacidade de organização competente e profissional e da estreita cooperação entre todas as Instituições civis e militares que, com o seu empenho e dinamismo estiveram sempre presentes ao longo dos 12 dias de duração dos Jogos.

Ao Instituto Português para o Desporto e Juventude, bem como a todas as sociedades, clubes, agrupamentos de clubes, associações e outras entidades, que se dedicaram em território nacional à prática ou promoção do Desporto Equestre, em qualquer das suas Disciplinas ou promoveram a realização de provas relacionadas com o Desporto Equestre, neste ano de 2018, das quais nos permitimos destacar pela sua dimensão e qualidade na Formação de jovens cavaleiros e monitores a Guarda Nacional Republicana e a Escola de Armas, em representação do Exército Português, é devida uma palavra de agradecimento por tudo o que fizeram e pela forma como o souberam fazer.

Para todos os Atletas, de todos os escalões etários que, com a sua presença, responderam de forma afirmativa ao enorme esforço de organização de um evento que, acima de tudo, lhes foi dedicado, vai o reconhecimento desta Direção.

Também os nossos Oficiais de Competição, em todas as Disciplinas responderam, como sempre o têm sabido fazer, de forma empenhada e colaborante, contribuindo em muito para o sucesso do evento.

Aqui ficam os votos sinceros desta Direção para que este evento se possa repetir no futuro, com periodicidade adequada, como forma de integração de todas as Disciplinas e demonstração da nossa vitalidade para o exterior, no contexto mais vasto do Desporto Nacional.

Ainda e no cumprimento dos compromissos assumidos foi possível apresentar nos World Equestrian Games, realizados nos EUA, Carolina do Norte, Tryon uma representação de Portugal, nas Disciplinas de Obstáculos, Ensino, Paradressage e Resistência Equestre, num total de 15 conjuntos, com uma delegação composta por 42 pessoas, a saber:

- | | |
|---|-------------|
| • 1 Chefe de Missão e Chefe Equipa Obstáculos | F. Louro |
| • 1 Chefe de Equipa Ensino e Paradressage | C. Matos. |
| • 1 Chefe de Equipa Resistência Equestre | M. Pinheiro |
| • 1 Veterinário Obstáculos, Ensino e Paradressage | B. Miranda |
| • 1 Veterinário Resistência Equestre | A. Coimbra |
| • 15 Cavaleiros | |
| • 22 Grooms. | |

A delegação portuguesa teve uma presença muito condigna, sabendo enfrentar de forma serena e com espírito de entreaajuda as condições muito adversas destes WEG's, nomeadamente e a título de mero exemplo, a falta de um recinto coberto que permitisse trabalhar os cavalos, protegidos das elevadas temperaturas que se fizeram sentir ou das chuvas tropicais, que eram visita diária. De referir que a prova máxima do Ensino, *Free Style*, não foi realizada devido à pluviosidade verificada o que, com o aquecimento em recinto coberto, não teria tido qualquer problema. Também todos os Atletas foram obrigados a suportar todas as inclemências meteorológicas, sem direito a qualquer proteção!

Sobre a realização e as condições em que se disputaram os diferentes Campeonatos do Mundo das diferentes Disciplinas, com especial relevo para o Campeonato do Mundo de Resistência Equestre já muito se escreveu e disse, tendo a Federação Internacional tomado a decisão de não continuar, no futuro, este modelo de reunião de todas as Disciplinas, optando pela realização de Campeonatos do Mundo, para cada Disciplina de *per si*.

Assumi a FEP a responsabilidade integral desta representação de Portugal, tendo contado com o apoio do Instituto Português para o Desporto e Juventude, do Comité Olímpico de Portugal e do Comité Paralímpico de Portugal, a quem é devida uma palavra de agradecimento em nome dos nossos atletas e dirigentes desportivos que tiveram o privilégio de representar Portugal neste evento internacional.

Finalmente, de elogiar e reconhecer todo o esforço despendido e a capacidade desportiva e humana por todos demonstradas.

Também e ainda no âmbito deste Relatório das atividades do ano de 2018, cumpre ao Presidente e à Direção da Federação incluir, em anexo a este capítulo, a correspondência trocada com a Secretaria de Estado do Desporto e Juventude e com o IPDJ, desde 2017 até à data de hoje, relativa ao assunto “**Designação de Delegados à Assembleia Geral da Federação**”, atenta a sua importância, gravidade e impacto que tem na vida desta Federação.

Conforme consta do ofício nº OE_SC_DJA_0673/2018, de abril de 2018 remetido pelo IPDJ, um conjunto de cerca de uma dezena de Delegados entendeu enviar em julho de 2017 e em janeiro de 2018, uma exposição à SEDJ questionando o número de Delegados atribuídos a dois Sócios, a saber, Guarda Nacional Republicana e Exército nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 7º dos nossos Estatutos, com os direitos inerentes de representação no Congresso.

Do que se seguiu reza o expediente em anexo, tendo culminado este assunto com a carta recebida em novembro de 2018, endereçada, que não dirigida ao Presidente da Federação, obrigando a uma revisão estatutária, no prazo de 30 dias, sob pena de suspensão do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva. Foi esta carta respondida de imediato pela FEP, não havendo até à data qualquer resposta formal por parte do IPDJ ou da SEDJ.

Consideram, o Presidente e a Direção da FEP, sem qualquer sentido e carecendo de qualquer base jurídica a imposição expressa pelo IPDJ.

Neste entendimento e na defesa do prestígio e do respeito devido às instituições civis e militares que integram e sempre integraram a Federação Equestre Portuguesa como Sócios de pleno direito, mais não restou ao Presidente do que apresentar a sua renúncia ao mandato para que foi eleito e, como também é sabido, amplamente confirmado nos Tribunais, nos termos do nº 1 do artigo 20º dos Estatutos, remetendo ao Senhor Presidente da Mesa do Congresso, o seguinte texto:

Manuel Cidade Moura
Economista

Senhor Presidente da Mesa do Congresso
Federação Equestre Portuguesa



Por carta de 28 de novembro deste ano, dei conhecimento a Vossa Excelência da teor da carta dirigida ao Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, em resposta à carta remetida à FEP, impondo as alterações ao Regulamento Eleitoral em vigor, nomeadamente, em completa contradição com o disposto na a) do nº 2 do artigo 7º dos Estatutos da FEP, superior e tempestivamente homologados, pelo próprio IPDJ.

Não tendo sido recebida qualquer resposta, até à presente data e considerando:


- O prazo de trinta dias concedido à FEP, para alteração do seu Regulamento Eleitoral, conforme interpretação unilateral do IPDJ,
 - A minha total indisponibilidade para o cumprimento daquela determinação, pelas razões que tive ocasião de expor, por diversas ocasiões,
 - A necessidade de preservar o estatuto de utilidade pública desta Instituição a que tive o privilégio de presidir nos últimos 8 anos,
- venho, nos termos do nº 1 do artigo 20º (Renúncia e Perda de Mandato) dos Estatutos, comunicar a minha decisão de renunciar ao mandato para que fui eleito em Março de 2017.

Manuel Cidade Moura
Economista

Fico ao inteiro dispor de Vexa para tudo o que entenda necessário ou útil, no sentido de garantir a gestão corrente da FEP, até à data que seja mais conveniente.

Atenta a relação de tutela a que a FEP está subordinada, permito-me dar conhecimento desta carta ao senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude

Apresento a Vexa os melhores cumprimentos



Manuel Cidade Moura

Lisboa, 13 de dezembro de 2018

Permita-se-me que, ao terminar dez anos ao serviço do desporto equestre em Portugal, deixe uma palavra de agradecimento a todos os Sócios da FEP, a todos os atletas federados e não federados, a todos os Oficiais de Competição, às entidades oficiais civis e militares, pelo privilégio que me foi concedido de poder gerir a modalidade equestre.

Por último, uma referência especial a todos os que comigo integraram este Projeto, acreditando que era possível prestigiar e honrar o desporto equestre em Portugal e no estrangeiro, fosse com o seu esforço diário ao serviço da FEP, fosse integrando os diferentes Órgãos Sociais e Comissões Técnicas, com o seu prestígio pessoal e profissional.

Bem hajam por tudo o que fizeram!

Para todos, uma palavra de esperança no futuro, em que mais e melhor se fará.



Protocolos com outras Federações e Entidades

Protocolos com outras Federações e Entidades:

Espanha

A Direção deu continuidade ao Protocolo que efetuou em 2005 com a Real Federação Hípica Espanhola, tendo aumentado todos os anos a adesão de número de cavaleiros a utilizar o Protocolo, para a sua participação em provas, nomeadamente nas disciplinas de Obstáculos, CCE e Resistência Equestre, com especial incidência nas Federações Regionais da Extremadura e Andaluzia.

Angola

Foi celebrado em 2012, um Protocolo de cooperação entre a FEP e a Federação Equestre de Angola (Fequangola), que abrange várias áreas, nomeadamente, na formação, administração, regulamentação, competição e aspetos veterinários.

Não tem sido possível, contudo, implementar nenhuma das áreas previstas, estando sempre a FEP disponível para dar início às ações previstas, nos termos que vierem a ser acordados com a Fequangola.

Companhia das Lezírias

Foi também celebrado em 2012 um Protocolo de cooperação com a Companhia das Lezírias, com o intuito de estabelecer uma parceria que visa a utilização do espaço da Companhia, para treino das várias seleções nacionais.

Este protocolo tem sido de grande utilidade para ambas as partes, tendo permitido entre muitos eventos o estabelecimento de uma parceria com a C L, para a realização dos Jogos Equestres Nacionais nas suas instalações em 2018.

Brasil

Foi celebrado um Protocolo de Cooperação entre a FEP, a APSL e a Confederação Brasileira de Hipismo, no sentido de promover e dinamizar a disciplina de Ensino de competição nos dois Países.

Centro de Alto Rendimento - Golegã

Durante o mês de outubro de 2015, foi a FEP obrigada a afastar-se da Comissão de Gestão do Centro, que vinha integrando desde novembro 2014, em conjunto com a Câmara Municipal da Golegã e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). As razões que estiveram na origem desta decisão, prendem-se com as alterações de uso, introduzidas pela C. M. da Golegã no referido Centro, que aliás, vêm continuando.

Aguarda a FEP que, pelos responsáveis da gestão do Desporto, seja definida a vocação do Centro de Alto Rendimento e dada resposta cabal ao Projeto apresentado em julho de 2016.

Não houve qualquer evolução da situação, durante este ano de 2018, pese embora as sempre excelentes relações entre a FEP e a C. M. da Golegã.



Website da FEP

Website da FEP

No seguimento do que tem vindo a ser implementado no *Síte* da FEP, foi possível desenvolver novas aplicações, designadamente para os clubes, comissões organizadoras e para os praticantes.

Ao longo do ano o registo dos cavaleiros e cavalos e respetivas renovações por parte dos clubes, foi objeto de constantes melhorias tendo permitido aumentar a eficiência dos serviços prestados.

Durante o ano de 2018, foram efetuados os desenvolvimentos necessários com vista à implementação em 2019 de um sistema que permita a atribuição de resultados e respetivas classificações, em cada competição, através de uma aplicação informática, a ser utilizada por Concorrentes e Comissões Organizadoras, em tempo real, sendo os mesmos introduzidos diretamente nos ficheiros da FEP, para o necessário processamento. Está previsto iniciar o sistema com a disciplina de Ensino, por razão da sua maior complexidade e dimensão adequada à implementação do sistema.

No decorrer de 2018, foi iniciado o processo de adaptação da base de dados da FEP com vista ao cumprimento do regulamento geral da proteção de dados.

Em 2018 foi desenvolvida uma nova aplicação para registos dos proprietários dos cavalos na FEP, dando assim a possibilidade aos referidos proprietários de adicionarem os seus cavalos, que pela primeira vez, efetuem o registo na FEP, bem como a gestão dos cavalos já anteriormente registados na base de dados.



Processos Judiciais em Curso

Processos Judiciais em Curso

Autores:

Mafalda Galiza Mendes, Nuno Palma e Santos e Olinda Santos Gonçalves

Ré:

Federação Equestre Portuguesa

VALOR ACÇÃO:

€ 178.031,21

TRIBUNAL:

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa – 2.ª Unidade Orgânica

Processo n. 3337/11.0BELSB

ASSUNTO:

Ação administrativa comum sob a forma ordinária

OBSERVAÇÕES:

Em 13 de dezembro de 2011 foi pelos Autores interposta ação administrativa comum contra a Federação Equestre Portuguesa, reclamando a quantia total de 178.031,21€ (cento e setenta e oito mil e trinta e um euros e vinte e um cêntimos) a título de despesas incorridas nas provas de qualificação para o Campeonato de Europa de Dressage de 2011, danos não patrimoniais e perda de benefício, traduzida nas perdas de valorização dos cavalos D'Artagnan e Sal.

A ação foi contestada e foi deduzido pedido reconvencional no montante de 110.000,00€ (cento e dez mil euros). Em 14.06.2018 realizou-se a audiência prévia, na qual a R. foi absolvida da instância quanto ao pedido apresentado pelo Autor Nuno Palma Santos, porquanto até aquela data não foi junta qualquer procuração forense com a ratificação do processado, conforme ordenado por despacho do Douto Tribunal de 17 de abril de 2018.

Mais, acresce que na pendência dos autos faleceu a Autora Olinda Santos Gonçalves, tendo sido ordenada a suspensão parcial da instância, no que respeita aos pedidos formulados por esta, tendo sido determinado que, se até 20 de janeiro de 2019 não fosse junta a competente Habilitação de Herdeiros, a Ré seria igualmente absolvida da instância quanto a esses pedidos, que se cifram em 90.730,00€. A habilitação de herdeiros não foi junta e aguarda-se despacho sentença quanto à absolvição da instância relativamente aos pedidos formulados pela Autora Olinda Santos Gonçalves.

Em 04.07.2018 foram apresentadas alegações finais pela Autora Mafalda Galiza Mendes e pela Ré Federação Equestre Portuguesa. Os autos aguardam a decisão final.

Autor:

Ricardo Gil Cardoso dos Santos

Ré:

Federação Equestre Portuguesa

TRIBUNAL:

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa - 4.ª Unidade Orgânica

Processo n. 2346/14.1BELSB

ASSUNTO:

Ação administrativa especial

OBSERVAÇÕES:

Foi intentada ação administrativa especial pedindo a nulidade ou anulação do ato administrativo constante da deliberação de 06/06/2014 do Conselho de Disciplina da Federação Equestre Portuguesa proferida no âmbito do processo disciplinar n. 04/2013. Processo em fase de alegações aguarda decisão do Tribunal.

Não houve alteração da situação, durante este ano de 2018.

Autor:

Manuel Bandeira de Melo

Ré:

Federação Equestre Portuguesa

VALOR ACÇÃO:

€ 116.227,55

TRIBUNAL:

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/Tribunal Constitucional

Proc. Número: 3008/14.5TTLSB

ASSUNTO:

Impugnação Despedimento

OBSERVAÇÕES:

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA- 4.^a Secção

Da decisão do Tribunal da Relação de Lisboa, interpôs a FEP recurso para o STJ e este confirmou a decisão da Relação de Lisboa. Ou seja, confirmou a irregularidade do procedimento disciplinar por razão e na falta de fundamentação da não realização da diligência de prova requerida, isto é, de não existência de uma conta corrente na resposta à nota de culpa. Assim e tão só por este motivo foi condenada a FEP a pagar ao Autor a quantia de 25.396€ a título de indemnização prevista no nº 2 do artigo 389.º do Código do Trabalho, o qual se transcreve: “No caso de mera irregularidade fundada em deficiência de procedimento por omissão das diligências probatórias referidas nos números 1 e 3 do artigo 356.º, se forem declarados procedentes os motivos justificativos invocados para o despedimento, o trabalhador tem apenas direito a indemnização correspondente a metade do valor que resultaria da aplicação do n.º 1 do artigo 391.º.”

A tal quantia acrescem os juros desde 30/07/2014.

A FEP interpôs recurso para o Tribunal Constitucional, suscitando a questão da inconstitucionalidade da norma do nº 2 do art. 389º do Código do Trabalho.

A decisão que julgou lícito o despedimento que a FEP efetuou ao seu Secretário Geral, Sr. Manuel Bandeira de Melo, foi confirmada pelo Tribunal superior.

A mencionada quantia de 25.396€ e os respetivos juros de mora no valor de 3.623,63€ foram liquidados em fevereiro de 2018, tendo sido utilizada a provisão de 30.000€ constituída em 2016.

O processo encontra-se encerrado.

Autor:

Maria Odete Sara Francisco

Ré:

Federação Equestre Portuguesa

TRIBUNAL:

Tribunal de Trabalho Vila Franca de Xira

ASSUNTO:

Pedido de pagamento de alegadas diferenças salariais, diminuição de salário e danos não patrimoniais no montante de 149.822,70€, referentes aos anos de 1995 em diante.

OBSERVAÇÕES:

Em 16.07.2018 foi proferida sentença pelo Tribunal do Trabalho de Vila Franca de Xira, a qual foi integralmente favorável à Ré Federação Equestre Portuguesa, que foi absolvida de todos os pedidos. Inconformada, a Autora recorreu da decisão, tendo sido apresentadas alegações. Processo aguarda decisão do Tribunal da Relação de Lisboa.

Autor:

**Alexandre da Costa Lobo Mascarenhas de Lemos e António Cortez Freire
Damião**

Ré:

Federação Equestre Portuguesa

TRIBUNAL:

Tribunal Central Administrativo Sul

ASSUNTO:

Recurso de Apelação

OBSERVAÇÕES:

Inconformados com a decisão proferida pelo Tribunal Arbitral do Desporto, em 19 de setembro de 2017, a qual determinou a total improcedência dos pedidos formulados pelos Recorrentes e que especificamente declarou a elegibilidade do atual Presidente Luis Manuel Cidade Pereira de Moura e do atual vice-presidente Luis Filipe Soares Santos Correia, interpuseram os Recorrentes recurso de apelação, com efeitos meramente devolutivos. Em 11.06.2018, o Tribunal Central Administrativo Sul – Secção de Contencioso Administrativo proferiu um acórdão, dando provimento parcial ao recurso interposto, confirmando o acórdão arbitral recorrido na parte que julgou improcedente a impugnação do ato eleitoral e revogando-o na parte que fixou as custas fixadas pelo Tribunal Arbitral do Desporto. Tramitação ulterior em curso, relativos os custos do Processo Contencioso Administrativo.

Autor:

Bento Luís Favinha da Palma Castelhana

Ré:

Federação Equestre Portuguesa

VALOR ACÇÃO:

€ 30.000,01

Valor da ação, Código Processo Civil, para efeitos de recurso não há qualquer valor peticionado.

TRIBUNAL:

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa – 4.ª Unidade Orgânica

Processo n. 2247/18.4BELSB

ASSUNTO:

Intimação para prestação de informações e passagem de certidões

OBSERVAÇÕES:

Em dezembro de 2018 foi a Federação Equestre Portuguesa citada no âmbito do processo, para responder ao pedido formulado pelo Autor, sobre o número de treinadores de Equitação Geral existentes em cada grau, nos últimos vinte anos.

A FEP respondeu, entre outras, por exceção e o Autor foi notificado para vir aos autos concretizar o seu legítimo interesse no conhecimento dos elementos requeridos. O Autor respondeu.

Em 12.02.2019 o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa proferiu sentença no sentido do Autor intimante não ter direito à emissão da certidão requerida no âmbito da informação procedimental, julgando improcedente a pretensão requerida e condenando-o no pagamento de custas.



Enquadramento Financeiro

Enquadramento Financeiro

Proveitos

A atividade da FEP em 2018 foi financiada basicamente por três grandes categorias de meios, tal como nos últimos anos, perfazendo um total 1.922.779,95€, valor nunca antes verificado.

Proveitos **próprios**, correspondentes às receitas relativas a quotizações de associados, licenças, calendarizações e outras com o valor de 1.040.467,80€.

Subsídios concedidos através do **IPDJ**, num montante de 674.118,83€ relativos aos seguintes Contratos-programa:

- Organização e Gestão	123.000,00 €
- Desenvolvimento da Prática Desportiva:	195.000,00 €
- Alta Competição e Seleções Nacionais:	241.000,00 €
- Desporto para Todos:	20.000,00 €
- Eventos Internacionais:	95.118,83 €

Subsídios concedidos através do **Comité Olímpico de Portugal** (157.383,37€) e **Comité Paralímpico de Portugal** (45.500,00€), num montante total de 202.883,37€ relativos aos contratos celebrados no âmbito do Projeto Tóquio 2020.

No exercício de 2018, os proveitos totais registaram, por relação a 2017, um aumento de 499.834,73 € representando um incremento de 35,12%.

Custos

Por sua vez, os custos totais registados em 2018, apresentaram um aumento de 451.978,84 €, representando um incremento de 32,47%.

Os custos de funcionamento apresentaram um aumento de 455.684,25 €, tendo havido um aumento nos custos de pessoal de 22.243,60 €.

Da evolução conjugada dos proveitos e custos, foi possível alcançar um resultado positivo de 79.091,53€, o que conduziu a que os Capitais Próprios da FEP sejam no final de 2018, de 337.446,43€.

Do “Portugal Equestrian Tour” 2008 – existe, ainda, uma verba de 250.000,00 € prometida a esta Federação pelo Ministro da Economia, à data e conforme contactos efetuados pela Direção de então, a qual não foi recebida pela FEP, até à presente data, pese embora os 10 anos entretanto decorridos.

Não queríamos deixar de sublinhar a disponibilidade do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, Exmo. Senhor Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes, pelo acompanhamento, sempre interessado, dos assuntos desta Federação.

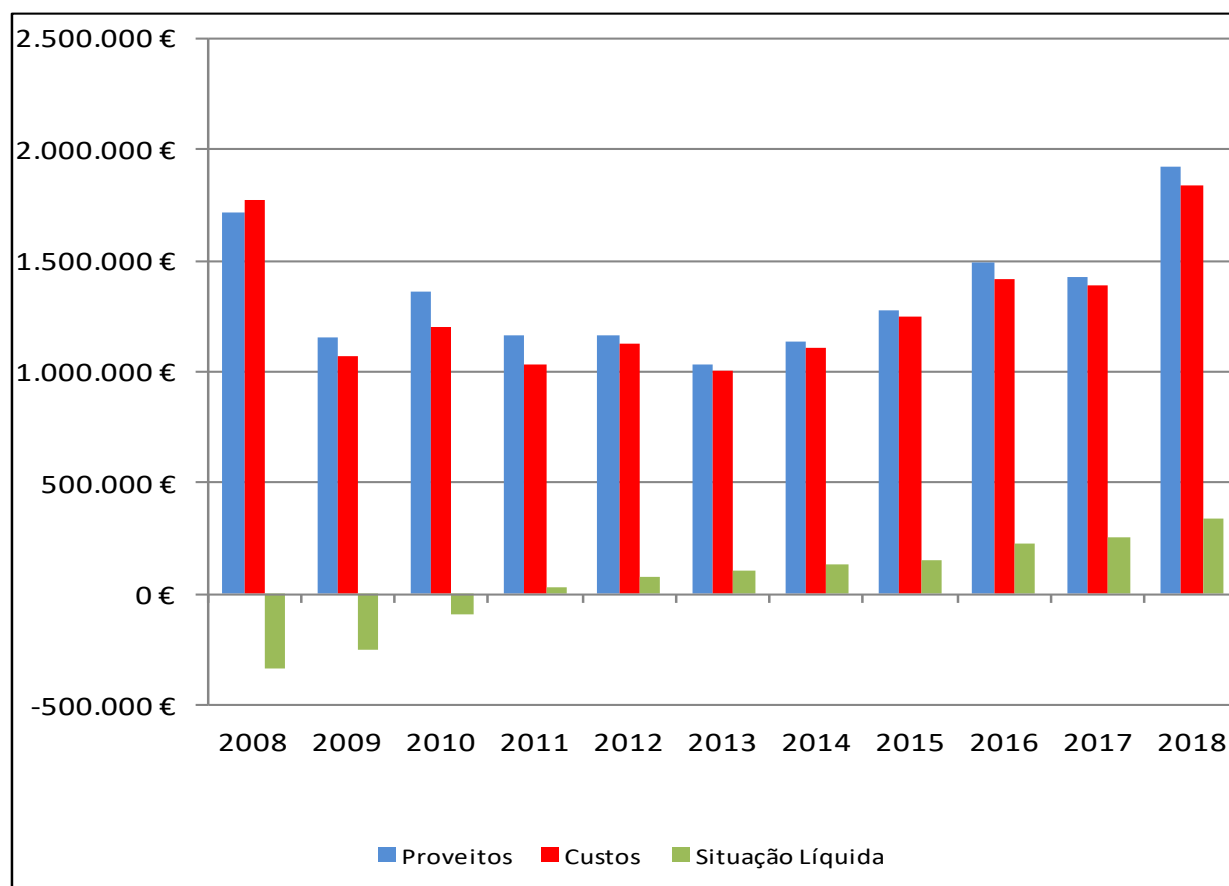
A todos os Órgãos Sociais, que nos acompanharam neste caminho de consolidação da instituição FEP, o nosso reconhecido obrigado.

De forma a dar a maior informação possível aos Sócios e Delegados dos Agentes Desportivos, apresentamos os gráficos elucidativos do historial dos últimos 10 anos, no que respeita às rubricas mais relevantes, para análise da evolução verificada ao longo do período considerado 2008-2018.

Proveitos, Custos e Situação Líquida

Ano	Proveitos	Custos	Resultado Exercício	Situação Líquida
2008	1.718.964 €	1.775.293 €	-56.328 €	-335.510 €
2009	1.151.724 €	1.067.328 €	84.395 €	-251.115 €
2010	1.357.953 €	1.201.608 €	156.345 €	-94.770 €
2011	1.160.491 €	1.031.727 €	128.764 €	33.994 €
2012	1.168.690 €	1.122.326 €	46.364 €	80.358 €
2013	1.035.656 €	1.009.125 €	26.531 €	106.889 €
2014	1.137.949 €	1.110.167 €	27.782 €	134.671 €
2015	1.272.287 €	1.252.221 €	20.066 €	154.738 €
2016	1.488.937 €	1.416.555 €	72.381 €	227.119 €
2017	1.422.945 €	1.391.710 €	31.236 €	258.355 €
2018	1.922.780 €	1.843.688 €	79.092 €	337.446 €

De salientar o valor da situação líquida em 2018, a qual representa uma inversão total por relação a 2008, apresentando valor ligeiramente superior, só que de sinal contrário.



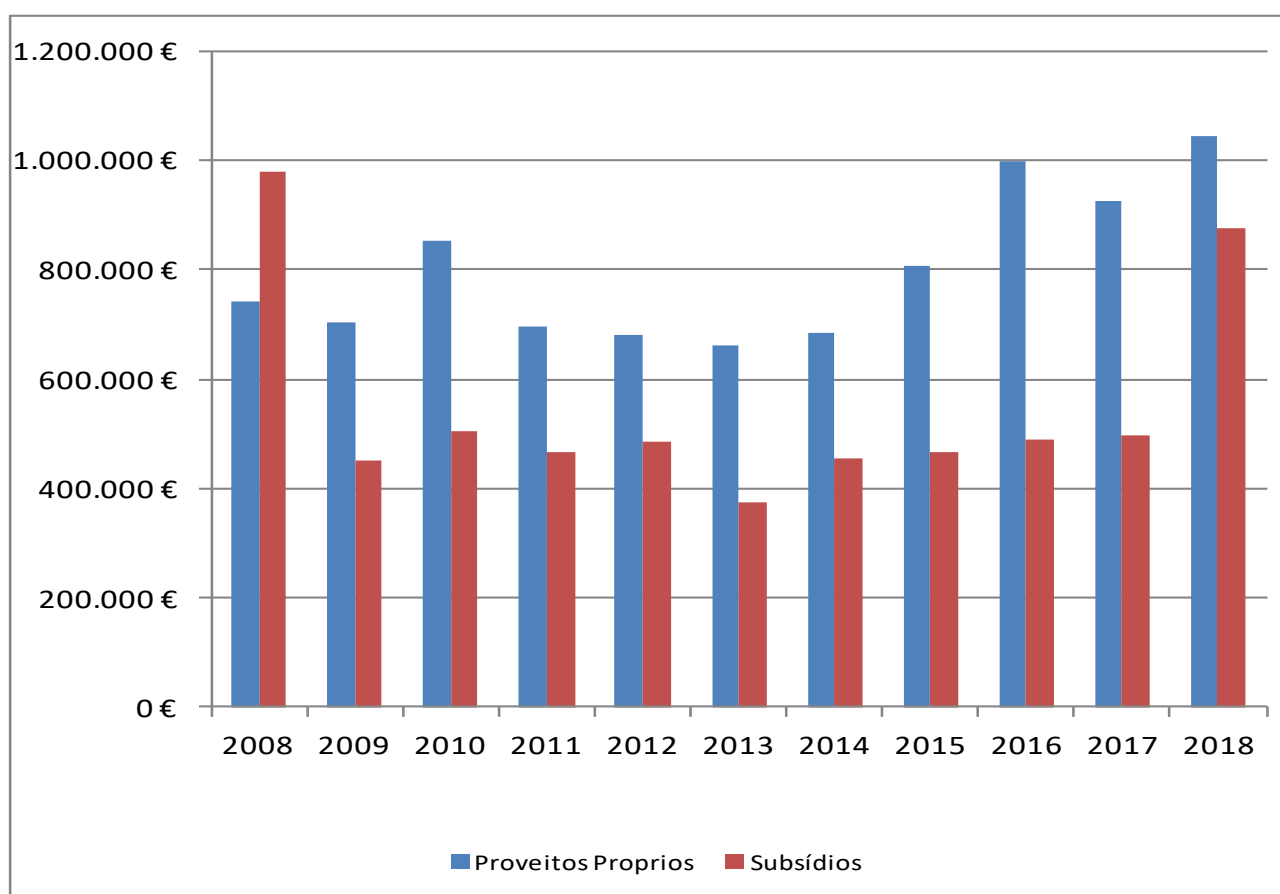
Estrutura dos Proveitos

Ano	Proveitos Próprios	%	Subsídios	%	Proveitos Totais
2008	740.390 €	43%	978.574 €	57%	1.718.964 €
2009	702.590 €	61%	449.134 €	39%	1.151.724 €
2010	852.235 €	63%	505.718 €	37%	1.357.953 €
2011	695.823 €	60%	464.668 €	40%	1.160.491 €
2012	682.211 €	58%	486.479 €	42%	1.168.690 €
2013	660.939 €	64%	374.717 €	36%	1.035.656 €
2014	684.646 €	60%	453.303 €	40%	1.137.949 €
2015	807.618 €	63%	464.669 €	37%	1.272.287 €
2016	999.616 €	67%	489.320 €	33%	1.488.937 €
2017	927.182 €	65%	495.763 €	35%	1.422.945 €
2018	1.045.778 €	54%	877.002 €	46%	1.922.780 €

Verifica-se pelo quadro acima, ter havido em 2018 uma diminuição relativa do peso dos Proveitos Próprios, pese embora, continuem a constituir a maior parcela.

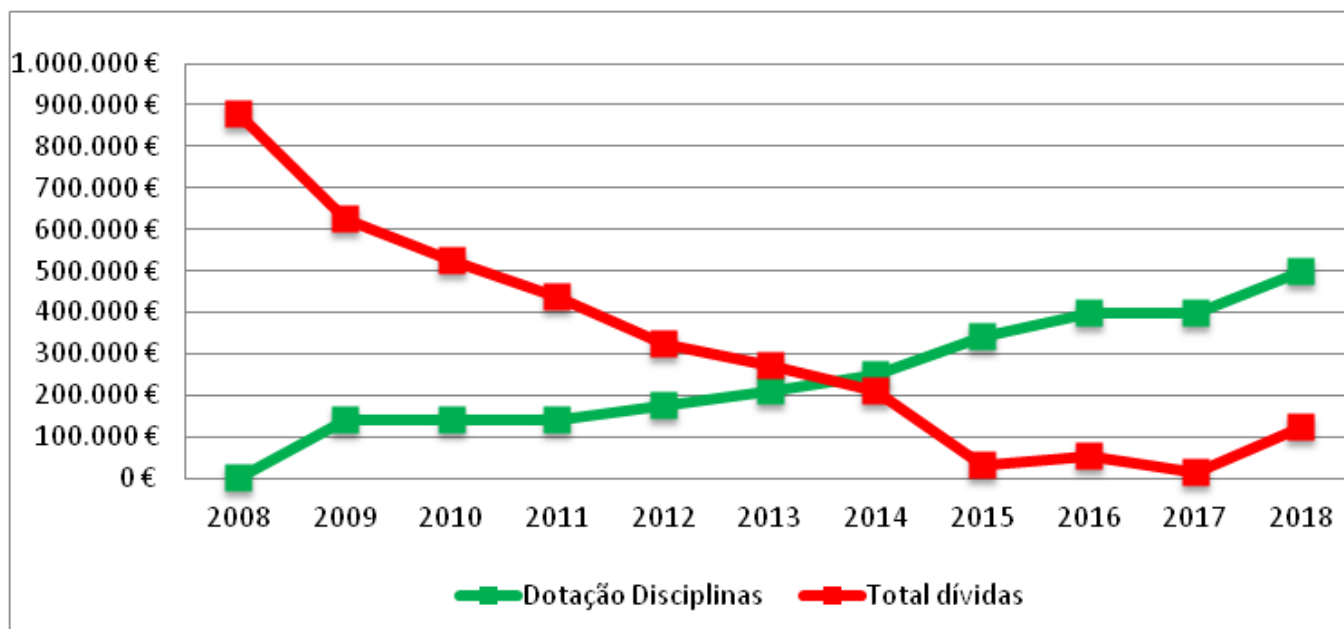
Os subsídios recebidos pela FEP em 2018, no montante de 877.002€, só são ultrapassados pelo montante verificado em 2008, no valor de 978.574€.

Contudo de referir que o acréscimo de Proveitos Próprios de 305.388€ representa um incremento de 41,24%, no período considerado.

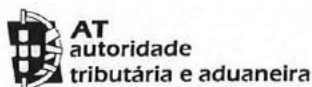


Finalmente e como elemento muito relevante da saúde financeira da FEP, apresentamos a relação entre o montante das dívidas e o valor, em cada ano, destinado ao total das disciplinas. De referir que, o aumento da dívida a fornecedores de 2017 para 2018, tem contrapartida na rubrica do saldo em bancos.

Ano	Dívidas fornecedores	Empréstimo Banco	Total dívidas	Dotação Disciplinas
2008	696.018 €	184.019 €	880.038 €	0 €
2009	227.020 €	396.467 €	623.487 €	140.000 €
2010	159.426 €	362.944 €	522.371 €	140.000 €
2011	105.664 €	330.064 €	435.727 €	140.000 €
2012	27.711 €	297.008 €	324.719 €	175.000 €
2013	48.530 €	222.597 €	271.126 €	210.000 €
2014	21.912 €	187.597 €	209.508 €	250.000 €
2015	30.344 €	0 €	30.344 €	340.000 €
2016	53.737 €	0 €	53.737 €	400.000 €
2017	13.341 €	0 €	13.341 €	400.000 €
2018	123.859 €	0 €	123.859 €	500.000 €



Também muito relevante para análise do período, o “Resultado da Ação de Inspeção”, recebida em 11 de fevereiro de 2019, do seguinte teor:



Serviços de Inspeção Tributária

DEL 19816/00009895 19-02-11

Direção de Finanças de Lisboa

N/ REFERÊNCIA

Representante Legal de

Ofício nº / Data:

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

NIPC/NIF: 501678220

LISBOA

LISBOA

Nº Ordem de Serviço: OI201803711/10

Divisão: DIV6

Equipa: EQ64 *...cc. lervul*

Registado

Assunto: NOTIFICAÇÃO DO RESULTADO DA AÇÃO DE INSPEÇÃO - ARTIGO 62.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (RCPITA)

Exm.º(s) Senhor(es)

Para conhecimento, fica(m) por este meio notificado(s), nos termos do artigo 62.º do RCPITA, que da ação de inspeção levada a cabo por este Serviço, ao abrigo da Ordem de Serviço acima referida, não resultam quaisquer atos tributários ou em matéria tributária que lhe sejam desfavoráveis.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Divisão VI
Por subdelegação da DFA

Paulo S. S. Caetano
(Paulo M. S. Caetano-IT)

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o N.º de Identificação Fiscal (NIF) e o domicílio fiscal

ALAMEDA DOS OCEANOS, N.º 55 - 1998-027 LISBOA

Tel: 218926000

Fax:

É, um elemento importante na análise do trabalho desenvolvido na FEP, no decorrer dos últimos dez anos.

Aqui, chegámos.



Rede Nacional de Centros Federados

Rede Nacional de Centros Federados

São os seguintes os dados referentes à Rede Nacional de Centros Federados, período 2015 a 2018.

	2015	2016	2017	2018
Vistorias efetuadas	13	22	18	15
Vistorias por realizar	0	0	0	0
1ª Vez	10	18	15	12
Reclassificação	3	4	3	3
Aguarda classificação	0	0	0	0
Total de Centros Federados	193	204	215	218



Formação de Recursos Humanos

Formação de Recursos Humanos

Protocolos de Formação

Academia Equestre João Cardiga
Centro Hípico e Turístico Vale de Sousa
Escola Nacional de Equitação
Escola P. de Agricultura e D. Rural Ponte de Lima
Escola P. de D. Rural Abrantes
Escola P. de D. Rural Alter Chão
Escola P. Agrícola Paiã
Escola P. de D. Rural Serpa
Escola P. de D. Rural Vagos
Escola Superior Agrária Politécnico Coimbra
Exército Português
GQ Horses
Guarda Nacional Republicana
Instituto Politécnico Portalegre
Picadeiro Tavares Ramos

Foram os seguintes os Cursos realizados em 2018:

Ajudante de Monitor:	15
Monitor:	3
Instrutor:	0
Mestre:	0
TOTAL:	18

Exames Realizados

Escola	Até 2017		Realizado em 2018		Total de Exames	
	Grau I	Grau II	Grau I	Grau II	Grau I	Grau II
CH Vale do Sousa	5				5	
ENE	52		16	4	68	4
EPA Paiã	22		6		28	
EPDR A. do Chão	59		10		69	
EPDR Elvas	13		7		20	
EPDR Marco Canaveses	24		6		30	
EPDR Ponte Lima	13		9		22	
EPDR Serpa	32		4		36	
EPDR Vagos	48	10	9		57	10
EPDRA Abrantes	47	4	11		58	4
ESA Coimbra	5		1		6	
Esc. Armas	16		3	2	19	2
GNR	36	7	13		49	7
GQ Horses	12		14	3	26	3
Picadeiro Tavares Ramos	6	3			6	3
Total	390	24	109	9	499	33

Título Profissional de Treinador de Desporto - TPTD

Atualmente o Passaporte do International Group for Equestrian Qualification (IGEIQ), já só tem fins de credenciação internacional, uma vez que foi substituído, em território Nacional, pelo Título Profissional de Treinador de Desporto (TPTD), emitido pelo IPDJ, depois de validado pela FEP.

Foram assim emitidos em 2018, 48 Títulos Profissionais de Treinador de Desporto, conforme segue:

Títulos Atribuídos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Treinador Grau I	0	15	211	35	5	12	20	36	46	380
Treinador Grau II	0	28	314	89	7	15	19	11	2	485
Treinador Grau III	0	13	53	5	1	0	1	2	0	75
Treinador Grau IV	0	2	17	0	0	0	0	0	0	19
Total	0	58	595	129	13	27	40	49	48	959

No desenvolvimento do processo iniciado em 2016, relativo à Formação Específica de Equitação Grau III, foi enviado em 2018, ao Instituto Português do Desporto e Juventude, uma Proposta de Referências da FEP.

Formação Continua

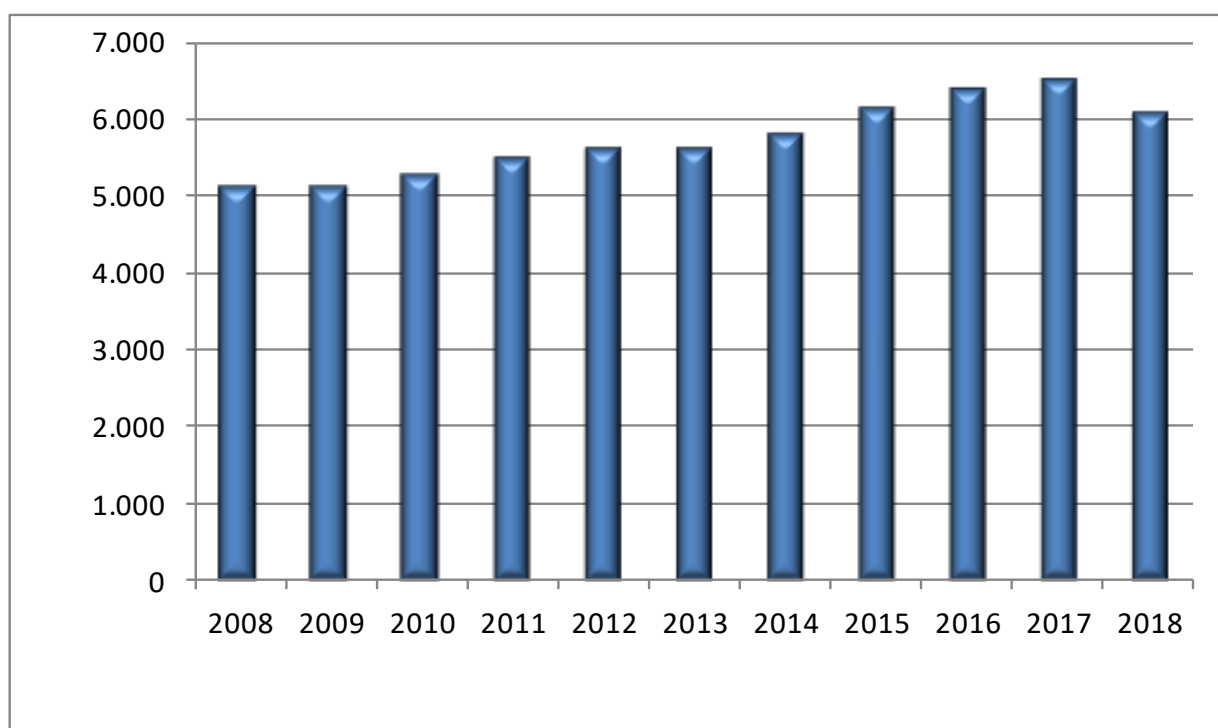
No decorrer de 2018, foram realizadas 38 ações de formação continua.



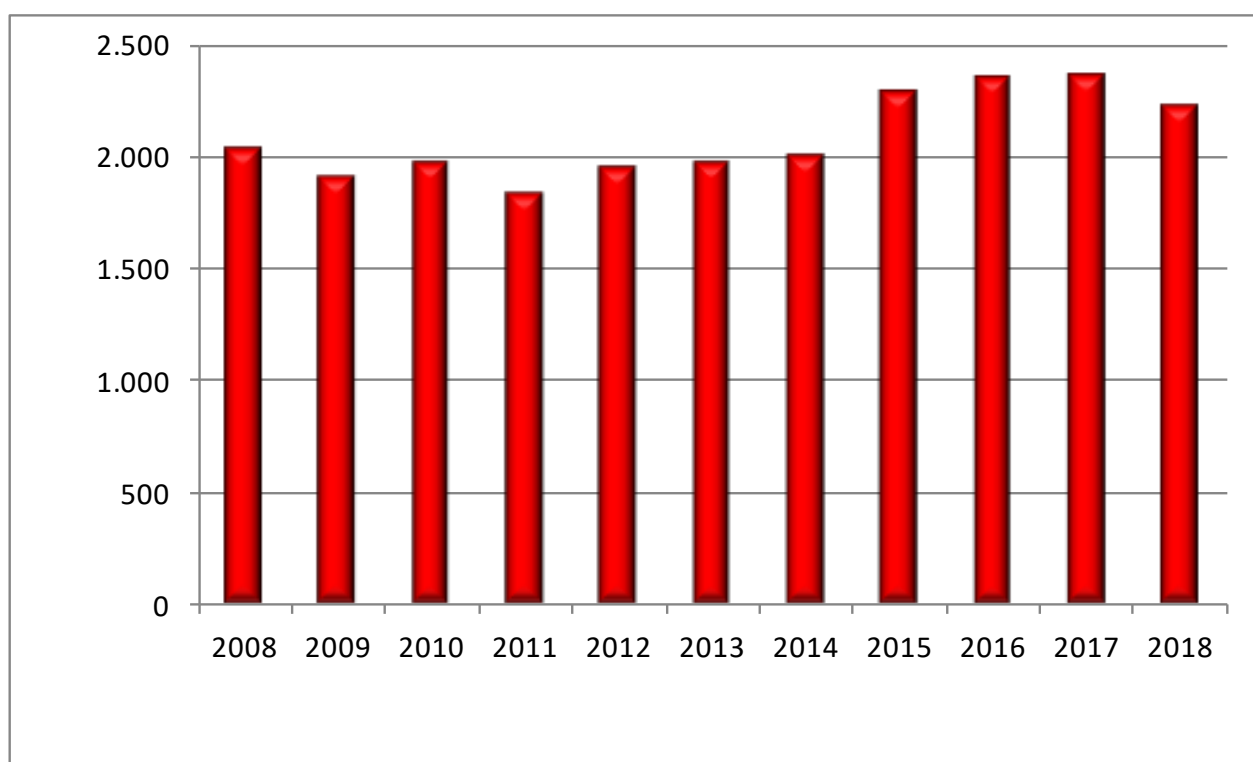
Licenças

Licenças

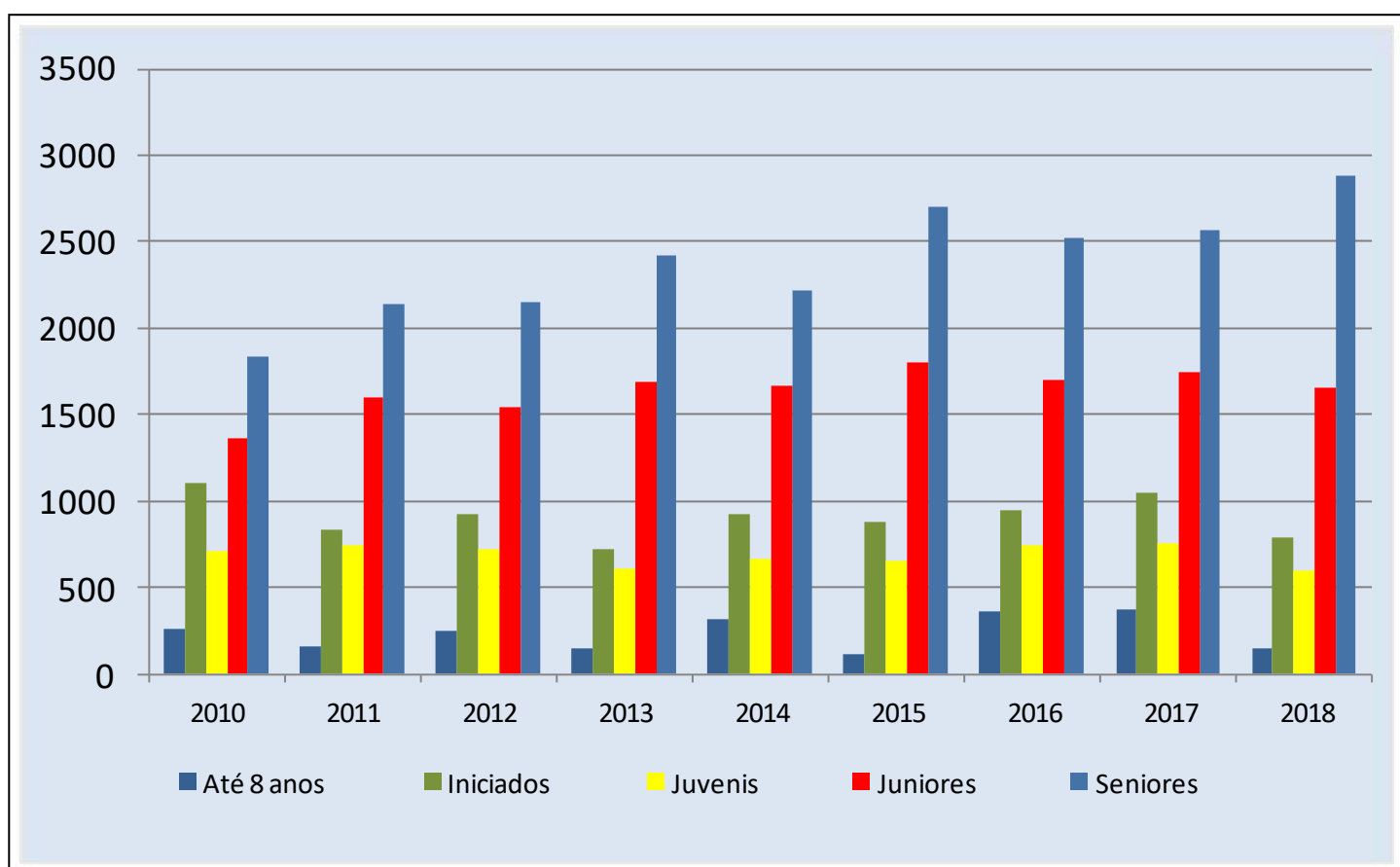
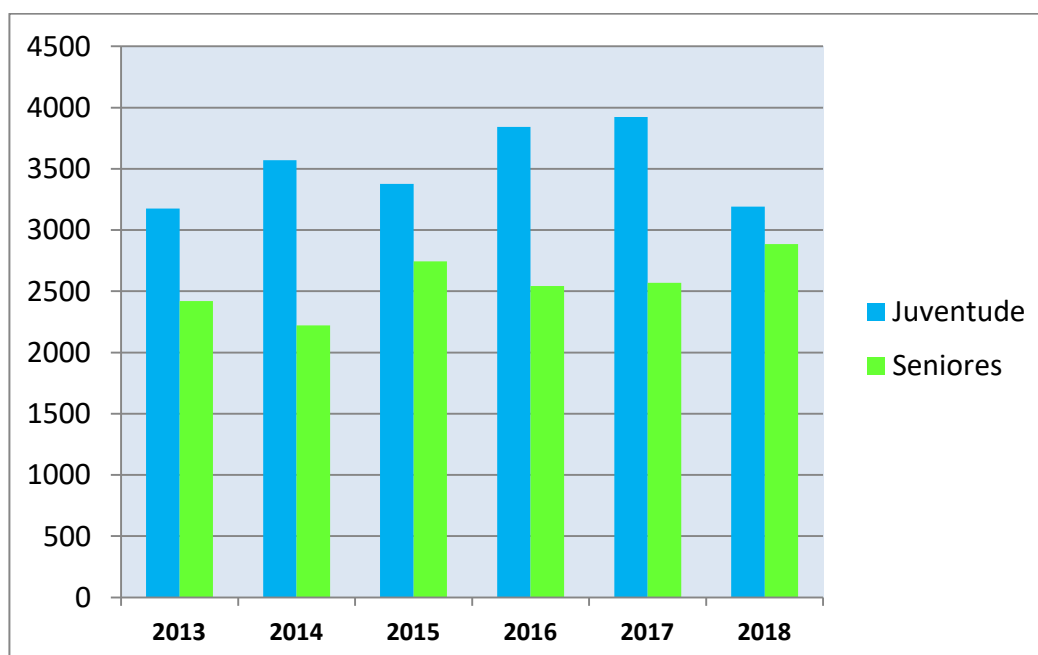
ANO	REGISTO DE PRATICANTES
2008	5.106
2009	5.126
2010	5.276
2011	5.476
2012	5.597
2013	5.597
2014	5.791
2015	6.121
2016	6.385
2017	6.494
2018	6.075



ANO	REGISTO DE CAVALOS
2008	2.030
2009	1.904
2010	1.969
2011	1.830
2012	1.952
2013	1.971
2014	2.002
2015	2.287
2016	2.353
2017	2.364
2018	2.230

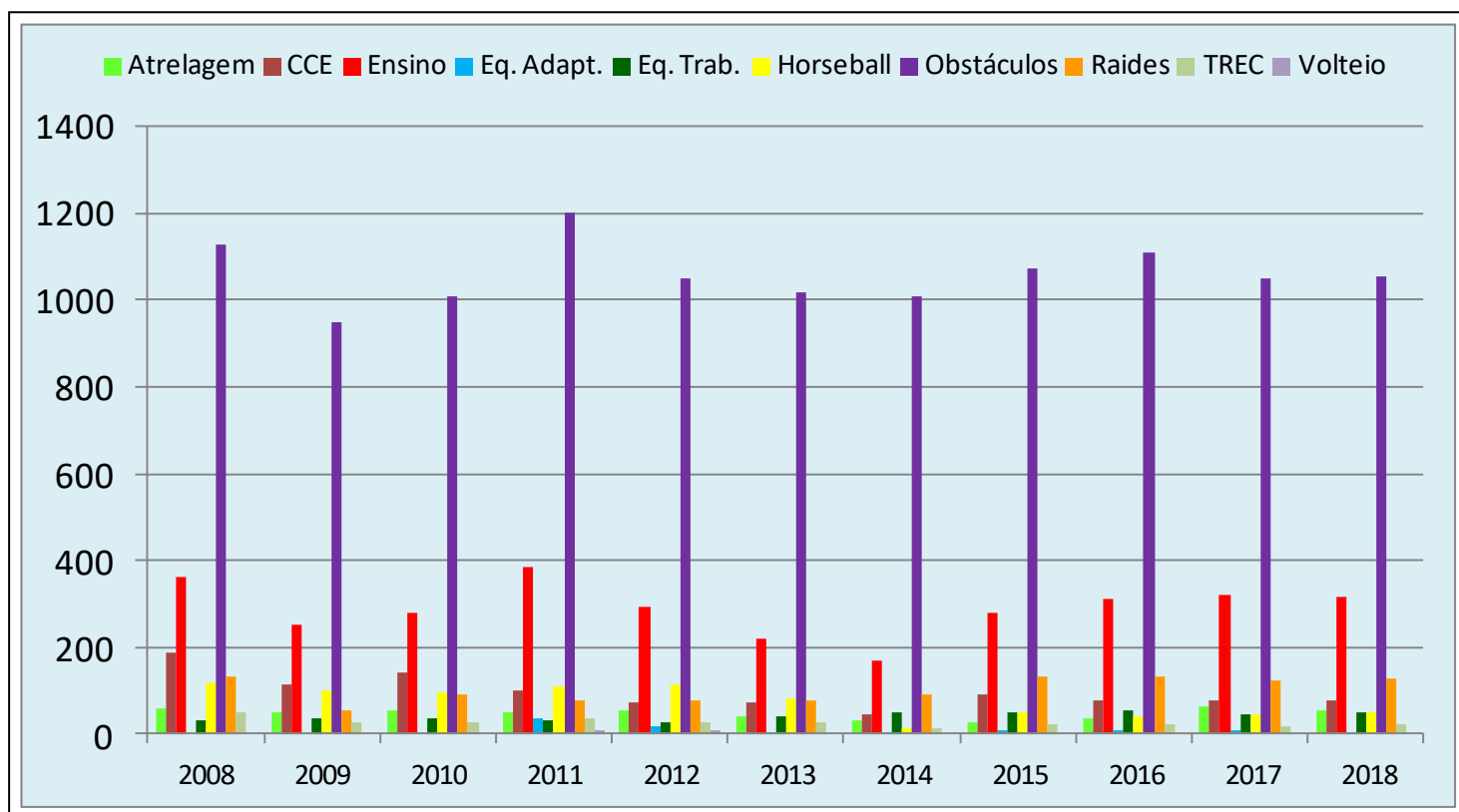


Praticantes por Escalões Etários



Praticantes por Disciplinas

DISCIPLINAS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Arelagem	60	51	53	49	53	40	32	29	37	66	57
CCE	188	114	141	99	72	73	48	90	78	77	78
Ensino	362	254	281	383	292	221	170	280	310	319	318
Eq. Adaptada	-	-	-	37	16	5	5	7	7	8	6
Eq. Trabalho	34	35	36	30	28	43	51	50	57	48	51
Horseball	118	101	96	108	113	84	12	50	41	47	49
Obstáculos	1.129	951	1.007	1.203	1.050	1.017	1.011	1.072	1.109	1.050	1.056
Raides	133	57	91	77	79	79	91	135	135	125	127
TREC	52	29	26	37	29	26	13	23	21	19	22
Volteio	-	-	-	11	7	-	-	0	0	0	0
Equitação Geral						4009	4358	4385	4590	5181	4724





Campeonatos e Taça de Portugal

Campeonatos e Taças de Portugal

Realizaram-se em 2018 os seguintes Campeonatos e Taças de Portugal:

☐ **Atreragem**

Campeonatos Nacionais:

- 1 Cavalo
- Parelhas
- 4 Cavalos
- 1 Pónei

Combinados de Maratona

- 1 Pónei
- Parelhas Póneis
- 1 Cavalo
- Parelhas
- 4 Cavalos

☐ **Concurso Completo de Equitação**

Campeonatos Nacionais:

- Seniores
- Juniores
- Veteranos

☐ **Ensino**

Campeonatos Nacionais:

- Seniores
- Jovens Cavaleiros
- Juniores
- Juvenis
- U-25

Campeonato Nacional Open

- Nível Preliminar
- Nível Elementar
- Nível Médio
- Nível Complementar
- Nível St. George
- Nível Medium Tour

Campeonato Nacional Juventude Póneis

- Juvenis
- Iniciados
- Infantis

Critérios de Cavalos novos

- Cavalos de 4, 5, 6 e 7 anos

Taça de Portugal de Ensino:

- Nível Preliminar
- Nível Elementar
- Nível Médio
- Nível Complementar
- Nível São Jorge / Intermediária I

Equitação Adaptada

Campeonato Nacional:

- Grau I
- Grau III
- Grau IV

☐ **Horseball*****Campeonatos Nacionais:***

- Seniores
- Sub 16

☐ **Resistência Equestre*****Campeonatos Nacionais:***

- Seniores
- Juniores e Jovens Cavaleiros

☐ **Obstáculos*****Campeonatos Nacionais:***

- Seniores
- Amadores
- Jovens Cavaleiros
- Juniores e Pré Juniores
- Juvenis e Pré Juvenis
- Iniciados
- Cavalos de 4, 5, 6, e 7 anos

Taça de Portugal da Juventude:

- Juniores e Pré Juniores
- Juvenis e Pré Juvenis
- Iniciados

☐ **TREC*****Campeonatos Nacionais:***

- Juniores
- Seniores

Taça de Portugal:

- Juniores
- Seniores

❑ **Equitação de Trabalho**
Campeonatos Nacionais:

- Masters
- Consagrados
- Sub 20
- Sub 16
- Cavalos Debutantes

❑ **Inter-Escolas**
Campeonato Nacional

Às Comissões Organizadoras foi prestado apoio técnico e financeiro, conforme o previsto no orçamento de cada disciplina.

Em documento anexo, encontra-se a listagem de todos os medalhados.



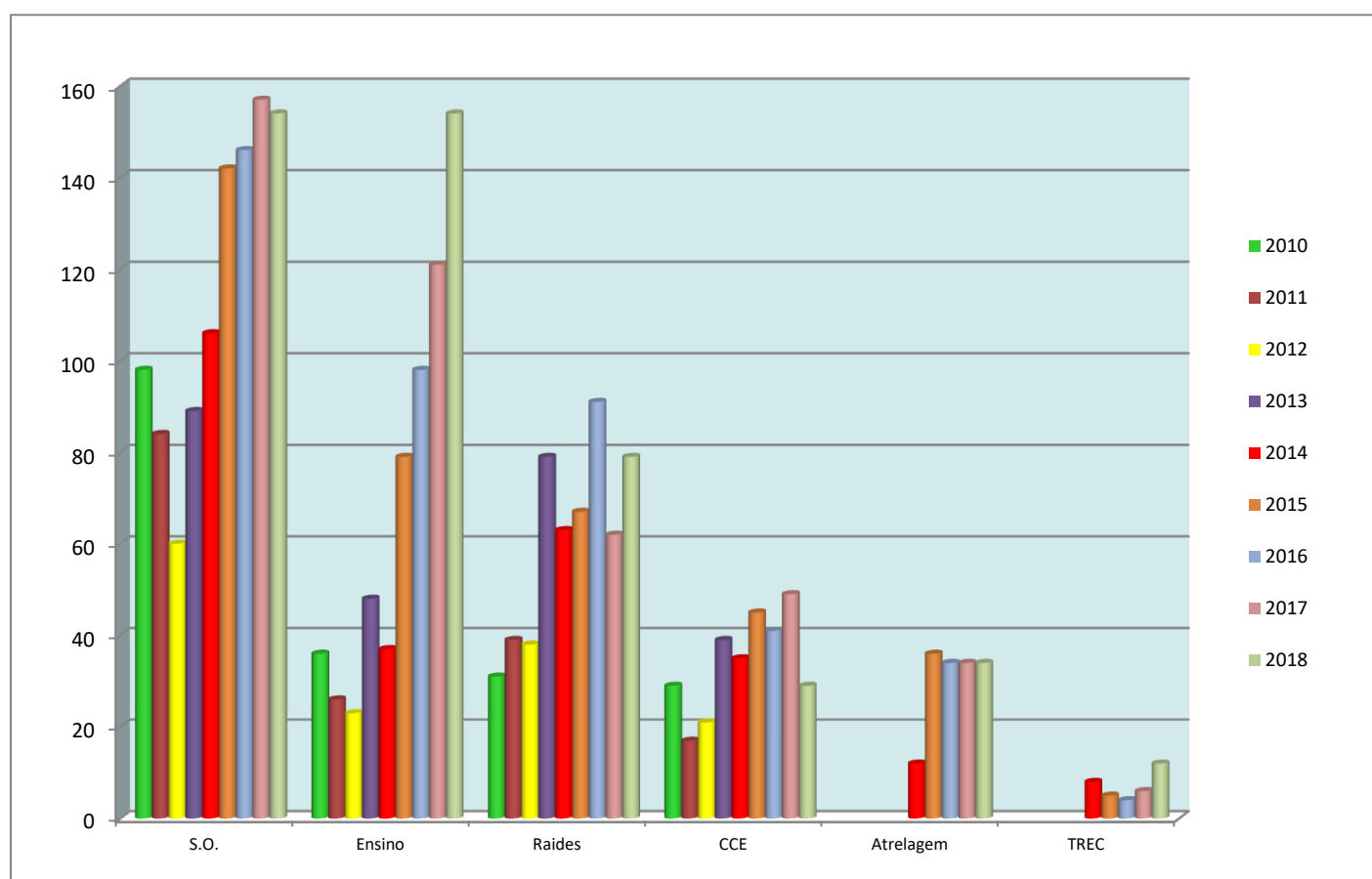
Calendário Nacional

Calendário Nacional

Foi cumprido, com algumas alterações, o Calendário Nacional aprovado, para as várias disciplinas.

Às Comissões Organizadoras dos eventos nacionais das várias disciplinas a Direção da FEP aproveita esta ocasião, para agradecer o empenho na realização dos mesmos, proporcionando aos praticantes do desporto equestre inúmeras competições ao longo de todo o ano e por todo o País.

ANO	S.O.	ENSINO	Resistência Equestre	CCE	Atrelagem	TREC
2009	113	33	42	54	54	54
2010	98	36	31	29	29	29
2011	84	26	39	17	17	17
2012	60	23	38	21	21	21
2013	89	48	79	39	39	39
2014	106	37	63	35	12	8
2015	142	79	67	45	36	5
2016	146	98	91	41	34	4
2017	157	121	62	49	34	6
2018	154	154	79	29	34	12

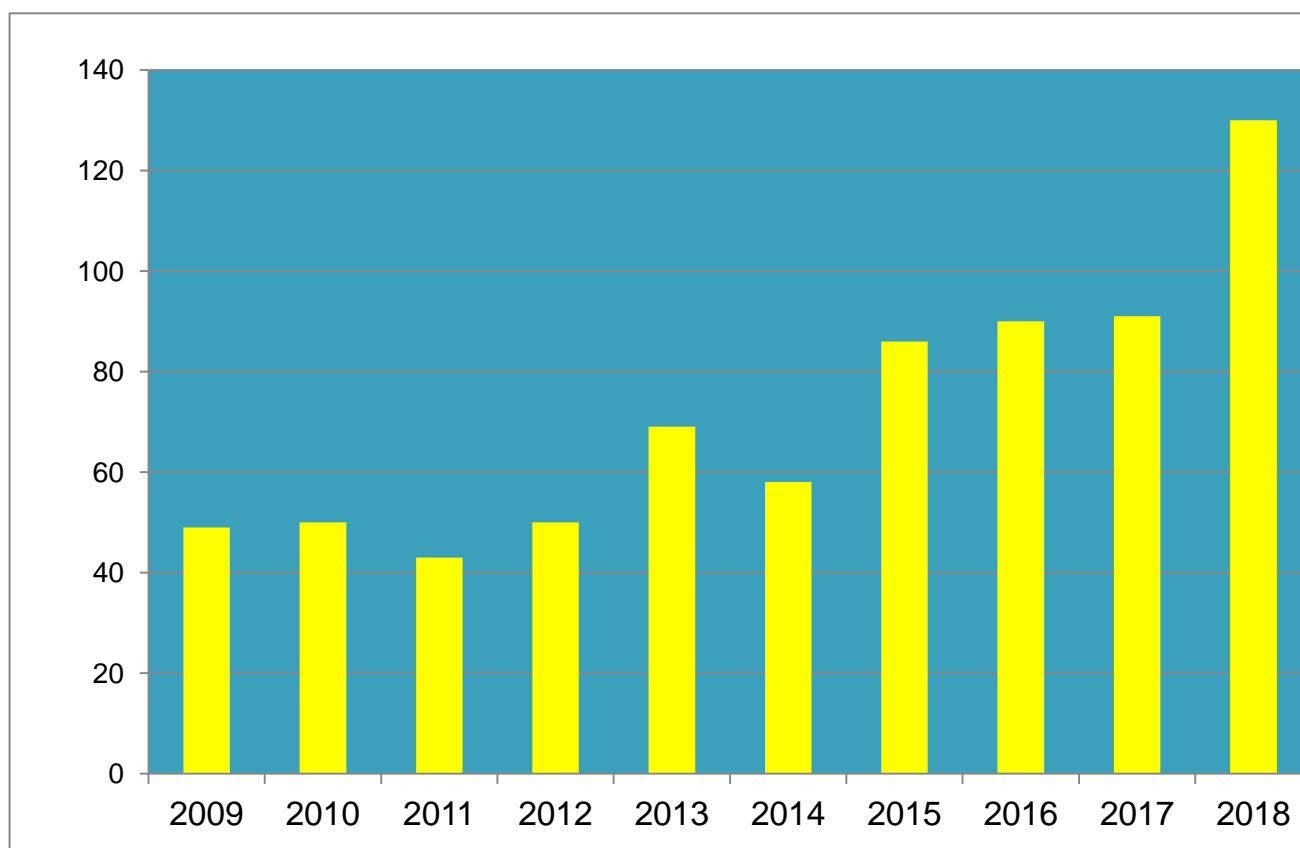


Eventos Internacionais em Portugal

No panorama de Competições Internacionais é de salientar que durante o ano de 2018, se realizaram em Portugal 130 eventos dessa natureza.

Às Comissões Organizadoras destes eventos, a Direção da FEP agradece e congratula-se com o sucesso obtido na realização dos mesmos.

ANO	Arelagem	CCE	Ensino	Resistência Equestre	S.O.	TREC	Horseball	EQ. Trabalho
2009	1	11	1	8	26	1	1	
2010	1	7	3	15	24	0	0	
2011	1	8	3	10	21	0	0	
2012	2	5	1	13	27	1	1	
2013	1	9	1	22	36	0	0	
2014	2	8	0	18	30	0	0	
2015	3	7	5	24	46	0	0	1
2016	3	9	3	31	41	0	3	0
2017	0	6	23	17	44	0	0	0
2018	6	7	45	29	43	0	0	0





Controlo Antidopagem

Controlo Antidopagem

Foram efetuados 25 controlos pelo Centro Nacional Antidopagem (CNAD), a cavaleiros em competição.

Os controlos em eventos Internacionais realizados em Portugal no decorrer de 2018, foram efetuados pela FEI, tendo-se registado 158 controlos a cavalos nos eventos Internacionais realizados em Portugal.

Foram efetuados pela FEP 6 controlos a cavalos em eventos nacionais.

No ano de 2018, foram detetados, no total, 2 casos de *doping* em cavalos, nos controlos realizados pela FEI.



Alto Rendimento

Alto Rendimento

Cavaleiros que integram os diferentes projetos Olímpicos:

Comité Olímpico de Portugal

Projeto Tóquio 2020:

➤ Obstáculos Individual:

Luciana Diniz, nível 2, desde setembro de 2017

➤ Ensino:

Equipa, nível TOP Elite, desde setembro de 2017

Comité Paralímpico de Portugal

➤ Ensino Adaptado:

Ana Isabel Mota Veiga, desde abril de 2017;

Sara Oliveira Duarte, desde abril de 2017;

Inês Teixeira, desde junho 2018;

José Neves, desde junho 2018.

Instituto Português de Desporto e Juventude

Alto Rendimento:

Foram integrados 19 atletas, nos seguintes níveis:

NIVEL A: 4

NIVEL B: 2

NIVEL C: 8



Campeonatos do Mundo e da Europa

Campeonatos do Mundo e da Europa

Portugal esteve representado nos seguintes Campeonatos do Mundo e da Europa:

➤ **Ensino**

Campeonato da Europa de Juniores, Jovens Cavaleiros e Childrens	Individual e Equipa
Jogos Equestres Mundiais	Individual e Equipa

➤ **Equitação Adaptada**

Jogos Equestres Mundiais	Individual
--------------------------	------------

➤ **Horseball**

Campeonato da Europa de Sub 16	Equipa
--------------------------------	--------

➤ **Obstáculos**

Jogos Equestres Mundiais	Individual e Equipa
Campeonato da Europa de Jovens Cavaleiros	Individual e Equipa
Campeonato da Europa Juniores	Individual e Equipa
Campeonato da Europa Children	Individual e Equipa

➤ **Resistência Equestre**

Jogos Equestres Mundiais	Individual e Equipa
Campeonato da Europa de Juniores e Jovens Cavaleiros	Individual e Equipa

➤ **TREC**

Campeonato do Mundo de Juniores e Jovens Cavaleiros	Individual e Equipa
---	---------------------

➤ **CCE**

Campeonato da Europa de Juniores e Jovens Cavaleiros	Individual
--	------------

Em anexo, a listagem de participações e classificações, de todos os Campeonatos, em que houve a participação por equipa ou / e individual.

Jogos Equestres Mundiais, Tryon

Com vista a promover e potenciar as representações de Portugal em Campeonatos Internacionais, a direção da FEP cumpriu o programa de trabalho a que se propôs e envidou os seus melhores esforços logísticos e financeiros, de modo a poder enviar várias equipas aos jogos equestres mundiais 2018.

Foi possível e a FEP logrou enviar aos Estados Unidos da América, uma equipa de Resistência Equestre, uma equipa de Saltos de Obstáculos, uma equipa no Ensino e outra na Para-Dressage, num total de 15 conjuntos. Além de ter feito face ao transporte aéreo dos conjuntos mencionados, conseguiu ainda deslocar oficiais e grooms, de modo a garantir as melhores condições de competição aos seus atletas, acrescentando ainda que garantiu todo o trabalho administrativo e preparatório à deslocação e sucesso desta missão.

Internacionalmente muito se escreveu sobre este evento e nomeadamente sobre as falhas organizacionais do mesmo, à qual a FEP, naturalmente, foi alheia. No entanto, é de lamentar que se confirma o que foi já detalhadamente apontado, inclusivamente assumido por parte da FEI e que o evento padeceu de enormes falhas organizacionais e desportivas, tendo sido a Resistência Equestre a modalidade mais afetada, seguida do Ensino que viu a prova Freestyle ser anulada, sem mais.

Com efeito, além de se terem verificado condições climatéricas adversas, foi a desorganização que mais pautou o evento.

No entanto, sempre se deverá dizer que para Portugal e para a FEP se tratou de um marco importante, visto que foi possível apresentar equipas nas diferentes modalidades e uma qualidade desportiva indiscutível. E nesse sentido, se destacam as prestações de Maria Moura Caetano, que montou Coroadó, no Ensino e Luis Sabino Gonçalves que montou Unesco du Rouet nos Saltos de Obstáculos. Sublinhe-se igualmente o espírito desportivo que pautou, a todo o tempo, o comportamento dos atletas selecionados, o que contribuiu para que esta missão fosse um sucesso desportivo!

Por, fim, e por todas as razões públicas e notórias, impõe-se, uma palavra de especial apreço aos atletas de Resistência Equestre, que apesar de verem os seus sonhos desportivos postos em causa por razões (des) organizacionais, mantiveram o seu espírito desportivo e souberam estar à altura da responsabilidade que lhes foi atribuída.

- | | |
|---|-------------|
| • 1 Chefe de Missão e Chefe Equipa Obstáculos | F. Louro |
| • 1 Chefe de Equipa Ensino e Paradressage | C. Matos. |
| • 1 Chefe de Equipa Resistência Equestre | M. Pinheiro |
| • 1 Veterinário Obstáculos, Ensino e Paradressage | B. Miranda |
| • 1 Veterinário Resistência Equestre | A. Coimbra |

ENSINO

- Maria Caetano com Coroados;
- Manuel Veiga com Ben-Hur da Broa;
- Miguel Ralão Duarte com Xenofonte D'Atela;
- Vasco Godinho com Bariloche;

RESISTÊNCIA EQUESTRE

- Ana Barbas com Ursula du Val;
- Margarida Oliveira Soares com Eclipse da Camoeira;
- Pedro Godinho com Soha du Plasson;
- Rui Pereira com Fidalgo de S. José;

SALTOS DE OBSTÁCULOS

- Duarte Seabra com Fernhill Curra Quinn;
- Hugo Carvalho com Vichy du Puits;
- Luis Sabino Gonçalves com Unesco du Rouet;
- Rodrigo Giesteira de Almeida com Gc Chopin's Bushi.

EQUITAÇÃO ADAPTADA

- Ana Isabel Mota Veiga com Convicto;
- Inês Teixeira com Giraldo da Sernadinha;
- José Augusto Neves com Vendetto C.



Disciplinas

Atrelagem

A nível Internacional não houve praticamente participação de Atletas Nacionais em Provas fora do nosso país, pese embora o enorme apoio e esforço financeiro efetuado pela FEP em 2015 e 2016, para promover essa participação, mas que, lamentavelmente, não surtiu grande efeito a nível de resultados, pelo que, em 2018, tal como em 2017, a participação em provas internacionais se limitou à Taça Ibérica, realizada como habitualmente em 2 mãos, uma em Montenemédio - Espanha e a outra na Companhia das Lezírias, tendo este ano sido inserida nos Jogos Equestres Nacionais que ali se realizaram.

A nível Nacional, além do Campeonato Nacional de Atrelagem realizado na Companhia das Lezírias - que este ano contou, pela primeira vez, com a classe de Juvenis, fruto de uma forte aposta e elevado esforço do Clube de Atrelagem do Norte - e o Campeonato Nacional de Combinado de Maratona, realizado na Golegã, foram realizados sob a tutela e apoio da FEP, diversos concursos promovidos pela APA e CAN, no Norte, Centro, Sul e Ilha Terceira.

NORTE: 8 Concursos

1 – CAN2*

1 – CAR1*

5 – CM1*

1 – CM2*

CENTRO: 15 Concursos

2 – CAN2*

5 – CAR1*

8 – CM1*

SUL: 2 Concursos

2 – CM1*

ILHA TERCEIRA: 1 Concurso

1 – CM1*

A necessidade de reorganizar a formação dos Praticantes de Atrelagem, em igual circunstância com o que se verifica nas outras disciplinas, levou a que fosse elaborado pela Comissão Técnica de Atrelagem um REGULAMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PRATICANTES, cujas diferentes etapas de formação tem a designação de “Pingalim” 1, 2 e 3, tendo sido realizadas pela APA em 2018, duas Ações de Formação na Ilha Terceira, as quais abrangeram cerca de 30 Praticantes.

Também o Clube de Atrelagem do Norte se empenhou em promover a formação dos seus Atletas, tendo decidido apostar nas Classes mais jovens, de Iniciados e Juvenis, com a realização de várias provas de treino.

Foi também apresentada pela APA uma alteração em alguns pontos do Regulamento de Combinado de Maratona, para vigorar em 2019.

Como nota final, de referir o aumento de 20% de Atletas inscritos na FEP, por comparação a 2017, pelo Clube de Atrelagem do Norte, o que traduz o bom trabalho que tem sido desenvolvido pela Direcção deste Clube em prol da disciplina, no Norte do País.

Concurso Completo de Equitação

Em 2018 foi reforçada a colaboração com a ACCE na sequência da tomada de posse da sua nova direção.

Foi possível estabelecer uma articulação entre a comissão técnica da disciplina e a ACCE, tendo sido definido um caminho para o desenvolvimento da disciplina baseado numa visão e estratégia comuns.

Foram promovidas várias iniciativas, das quais se destacam o estágio ministrado por Sir Mark Todd, no qual participaram os melhores conjuntos da disciplina, assim como, muitos outros que demonstraram, com a sua presença, o seu compromisso com o futuro do CCE em Portugal.

Realizaram-se os habituais concursos internacionais da Barroca D'Alva e foi possível aumentar o número de provas nacionais inscritas no calendário da FEP.

Os Campeonatos Nacionais, das diferentes categorias foram realizados nos JEN, com destaque para o aumento do número de cavaleiros que participaram no escalão de juniores e a realização do primeiro Campeonato Nacional de Veteranos.

A nível internacional, destacam-se as participações dos cavaleiros Antony Hart e Joaquim Grave, no Campeonato da Europa de Juniores, tendo o primeiro obtido, com o cavalo *TREDSTEP ROMEO*, um excelente 15º lugar entre 67 participantes.

Ensino e Equitação Adaptada

Durante este ano de 2018, as disciplinas de Ensino e Para-Dressage desenvolveram a sua atividade, acompanhando e enquadrando a preparação dos atletas para as diferentes competições internacionais, nomeadamente, os Jogos Equestre Mundiais, que se realizaram em Tryon, nos Estados Unidos da América e os Campeonatos da Europa de *Children*, Júniores, Jovens Cavaleiros, que se realizaram em Fontainebleau, França.

Digno de registo foi o enquadramento da equipa Sénior de Ensino no escalão Top Elite do Comité Olímpico de Portugal, o que, além do reconhecimento importou um relevante apoio financeiro.

De 26 a 29 de Julho, Portugal participou com uma equipa, no CDI de Hickstead, Inglaterra, composta por quatro conjuntos:

Miguel Ralão Duarte - Xenofonte D'Atela

Rodrigo Moura Torres – Fogoso

Vasco Mira Godinho – Bariloche

Manuel Borba Veiga – Ben Hur da Brôa

E classificou-se em 3.º lugar, com 30 pontos.

Nos Jogos Equestres Mundiais, em Tryon, Portugal foi representado por uma equipa completa de Séniores e uma equipa de Para-Dressage.

Foi ainda possível dar continuidade ao apoio financeiro e logístico à participação de atletas de todos os escalões em competições internacionais, de modo a possibilitar as suas respetivas qualificações através da subida no Ranking Internacional FEI. Nesse contexto, destacamos as performances de Maria Moura Caetano e Coroadó, que terminou o ano, ocupando o 44.º lugar no Ranking Mundial e o 5.º lugar no Ranking World Cup- Western European League.

Nos escalões de juventude, cumpre destacar a *performance* do jovem cavaleiro Martim Menéres que, com o seu cavalo Equador, terminou o ano de 2018 em 5.º lugar do Ranking Mundial.

Por tudo o que fizeram é devida uma palavra de reconhecimento a todos os atletas dos diferentes escalões e demais agentes desportivos que, ao longo deste ano de 2018, honraram o nome de Portugal com as suas participações no estrangeiro e nas competições nacionais. Um obrigado a todos.

Realçamos ainda que em 2018 foram organizados seis CDI's, que tiveram lugar na Companhia das Lezírias (integrado nos Jogos Equestres Nacionais), Alter do Chão, Abrantes, Cascais, Ponte de Lima e Lisboa, o que representa uma enorme evolução para a disciplina e, sobretudo, para o país, que se posiciona, assim, internacionalmente de uma forma relevante.

Ainda a nível nacional continuou-se a desenvolver os Campeonatos Regionais, nas diferentes regiões do País tendo, os Campeões Regionais sido integrados no Campeonato Open de Portugal. O nível de participação manteve-se elevado, nesta fase de implementação deste modelo de provas.

Os vários Campeonatos Nacionais decorreram, no mês de setembro, nas instalações da Sociedade Hípica Portuguesa, com uma elevada participação de cavaleiros, nos vários escalões e um nível de organização muito bom.

Também as Jornadas da Taça de Portugal decorreram ao longo do ano, embora se tenha verificado alguma redução de participantes, tendo a final ocorrido em dezembro, nas instalações do CEIA em Alfeizerão.

O calendário nacional de ambas as disciplinas decorreu de forma normal, sem sobressaltos ou imprevistos.

A todos os participantes e às Comissões Organizadoras é devido o agradecimento da Federação, pelo trabalho desenvolvido e competência profissional sempre demonstrados.

No que respeita a formação de oficiais a FEP acompanhou continuamente o trabalho dos oficiais de competição de Ensino, o que foi possível através do novo sistema de nomeações, que os enquadrou na FEP, em relação de independência às comissões organizadoras. Na vertente internacional, a FEP apoiou e acompanhou a formação internacional de candidatos e dois juízes nacionais (Claudia Elsner Matos e Frederico Pintéus) lograram obter a sua promoção internacional em Novembro de 2018, em Stuttgart, tendo sido promovidos a juízes internacionais 3*.

Equitação de Trabalho

CAMPEONATO NACIONAL

O XX Campeonato Nacional decorreu ao longo de nove Jornadas da Fase de Apuramento – Feira da Trofa e Mafra (CMEFD) em Março, Beja (Ovibeja) em Abril, Jogos Equestres Nacionais (Companhia das Lezírias) e Expoégua (Golegã), em Maio, Feira Nacional da Agricultura (Santarém), Festival Internacional do Cavalo Lusitano (Cascais) e Ponte de Lima (Feira do Cavalo) em Junho, e na Golegã em Outubro, tendo-se realizado a final na Golegã a 9 a 11 de Novembro.

Este Campeonato contou com as seguintes inscrições:

- Cavalos Debutantes – com 19 conjuntos;
- Cavaleiros Juvenis (Sub-16 anos) – com 7 conjuntos;
- Cavaleiros Juniores (Sub-20 anos) – com 8 conjuntos;
- Cavaleiros Consagrados – com 12 conjuntos;
- Masters – com 5 conjuntos.

TAÇA DE PORTUGAL

Realizou-se a XX Taça de Portugal, nos escalões supra referidos, numa única prova na Feira Nacional do Cavalo, na Golegã, nos dias 2 a 4 de Novembro e contou com 36 conjuntos inscritos.

CAMPEONATOS REGIONAIS

Realizaram-se dois Campeonatos Regionais: um no Norte com 5 Jornadas e uma Final, com 29 conjuntos inscritos, e outro da zona Centro com 5 jornadas e uma Final e 45 conjuntos inscritos.

INTERNACIONAL

Desde o mês de Janeiro que houve treinos regulares dos melhores cavaleiros seniores da disciplina com os treinadores Miguel Ralão Duarte e Pedro Torres- com o objetivo de preparar a participação no Campeonato do Mundo.

O Campeonato do Mundo realizou-se em Maio em Munique (Alemanha) tendo participado 11 países e 45 cavaleiros.

Gilberto Filipe com "Zinque das Lezírias" foi Campeão do Mundo Individual e João André Gonçalves com "Damasco" medalha de Bronze, João Bento com "Elástico" ficou em 7º lugar e Vasco Godinho com "Trigo" foi 35º. Por equipas Portugal foi vice-Campeão do Mundo.

Os Juízes Internacionais Cláudia Matos, António Vicente e Mário Pimentel deram vários cursos de formação com excelentes resultados. Tendo havido também por todo o Mundo (Alemanha, Austrália, EUA, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Suécia e Suíça), estágios de formação dados por cavaleiros e juízes portugueses o que demonstra a importância dada pelos outros países ao nível obtido por esta disciplina em Portugal.

Horseball

1. Competições Nacionais

• Campeonato Nacional de Seniores

O Campeonato Nacional de Seniores foi realizado com 8 equipas inscritas, o que representa um acréscimo de 3, relativamente ao ano anterior.

Foi realizada no sistema “todos contra todos” na primeira volta e com duas divisões na segunda volta.

Foram realizados cerca de 80 jogos.

• Campeonato Sub-16 Anos

Foram organizados vários *Opens* de preparação dos novos Atletas e paralelos às jornadas do CN Sénior.

Participaram 5 equipas, mais 3, relativamente ao ano anterior.

Foram realizados cerca de 20 jogos.

• Torneios Oficiais e Opens

Neste contexto foram organizadas as seguintes competições:

- Opens paralelos às jornadas do CN Sénior nos escalões de Seniores e Sub 16 anos.
- Torneio Ibérico de Ponte de Lima
- Torneio dos 30 Anos de Horseball em Portugal - Golegã
- Open de Santiago do Cacém e Quinta da Figueira
- Torneio Ibérico e Open – SHP, Lisboa

• Títulos Conquistados

- Campeão Sénior HPT – Quinta da Figueira
- Campeão Sub-16 Anos HPT – Colégio Vasco da Gama

A estas equipas renovam-se os votos de parabéns pelos sucessos alcançados.

Para além do anteriormente exposto, é de realçar o trabalho desenvolvido pela Comissão Técnica, em particular na pessoa do seu Presidente, que fez um enorme esforço para garantir:

- As melhores condições técnicas e o bom desenrolar das competições, bem como das classificações e rankings.
- A realização de um Curso de novos Árbitros e Reciclagem de oficiais em janeiro. A homologação de 12 novos oficiais de Horseball. Esta formação serviu também para a reciclagem das Cédulas de Treinador Desportivo do IPDJ.
- Na elaboração de todos os programas que foram aprovados pela FEP e enviados aos Clubes.

2. Internacional

Também fruto de um árduo esforço e de uma enorme colaboração com os membros das Equipas Técnicas nos diversos escalões, procurou-se tudo fazer para lhes criar as melhores condições possíveis para organizar e implementar a preparação para:

- O trabalho das Seleções Nacionais, que decorreram na Quinta da Beloura, na Quinta da Figueira e no Colégio Vasco da Gama.
- A participação da Seleção Nacional ao Campeonato da Europa Sub 16 que decorreram em Bishop Burton - Inglaterra, paralelamente aos Campeonatos da Europa de Póneis da FEI.
- A ida de Clubes à Champions League Pro Elite e Sub 16 Anos, que decorreram na Bélgica e fomos aí representados pela equipa campeã nacional – Horseball Quinta da Figueira e pela Equipa Sub 16 Anos do Colégio Vasco da Gama.
- **Equipas, Títulos e Medalhas**
 - SN Sub 16 Anos – 4º Lugar CE
 - Champions League Pro Elite – 4º Lugar
 - Champions League Under 16 – 4º Lugar

A todos, também endereçamos os nossos parabéns pelos sucessos alcançados.

É também de realçar, o contributo e o empenho dos jogadores da SN Sub 16 anos, liderados pelo Seleccionador Nacional Bertrand Leclercq, pelo esforço e trabalho que tiveram na preparação, treino e/ou na representação desportiva.

3. Relações Institucionais

- Mantiveram-se as excelentes relações com a Comissão Técnica que, perante a FEP, assumiu as funções de coordenadora e de comissão organizadora das competições oficiais, bem como na gestão e coordenação das Seleções Nacionais.
- Mantiveram-se as excelentes relações com a Federação Internacional de Horseball, no que diz respeito à promoção e desenvolvimento da disciplina em termos internacionais.
- Reforçamos, uma vez mais, as relações com as equipas espanholas, com o objetivo das mesmas participarem em competições de cariz nacional, inscritas através de Clubes nacionais e em *Opens* Ibéricos.

4. Desenvolvimento da Prática Desportiva

Reconhecemos que 2018 foi um ano de desenvolvimento da prática desportiva da disciplina, com o aumento significativo do número de equipas:

- Seniores – de 5 (em 2017) para 8 (em 2018) + 60%
- Sub 16 Anos – de 2 (em 2017) para 5 (em 2018) + 150%

Fruto do trabalho desenvolvido pela CT, com o total apoio pela FEP, em promover a disciplina, procurando:

- Garantir que os jogos são realizados em importantes certames e que assim o Horseball possa ser visto, cativando futuros interessados.
- Procurando garantir que nesses eventos o Horseball se realiza em horas nobres e com a garantia de público.
- Divulgar a disciplina, sempre que possível, ao nível dos Centros Hípicos, Associações Desportivas e outras entidades promotoras do desporto.
- Passar a mensagem junto dos Clubes, da importância dos escalões jovens para a sustentabilidade da disciplina.
- Apostar nas camadas jovens (sub 16 e sub 20 anos).

Terminamos com um sincero agradecimento aos Atletas, Encarregados de Educação, Clubes, Oficiais e aos nossos parceiros, por continuarem a acreditar e apoiar o Horseball, pois sem eles nada disto seria possível, o nosso muito obrigado!

Obstáculos

Durante o ano de 2018, os principais objetivos estabelecidos visavam:

Presença nos Jogos do Mediterrâneo.

Presença da Equipa de Seniores nos Jogos Equestres Mundiais em Tryon nos EUA.

Participação da Equipa de Seniores na FEI Nations Cup Division II.

Participação das Equipas Nacionais de Juventude nos Campeonatos da Europa dos diversos escalões etários.

Formação de Oficiais.

Presença de Oficiais em Competições no estrangeiro.

Seniores:

A equipa de seniores participou nos Jogos do Mediterrâneo, naquela que foi a primeira participação de Portugal nos referidos Jogos, tendo conquistado a Medalha de Ouro por Equipas.

Equipa composta por:

Luis Sabino Gonçalves - Acheo Di San Patrignano

Duarte Seabra - Fernhill Curra Quinn

António Matos de Almeida - Irene Van De Kwachthoeve

Rodrigo Giesteira de Almeida - Isolde Vd Heffinck

A equipa de Seniores esteve presente nos CSIO's de Linz, Lisboa, Budapeste e Gijon, terminando a participação na Division II em 4º lugar.

Nos Jogos Equestres Mundiais participámos com uma equipa constituída por Luís Sabino Gonçalves, Rodrigo Giesteira de Almeida, Duarte Seabra e Hugo Carvalho. Por equipas terminámos em 21º lugar.

Juventude:

O objetivo era a participação no Campeonato da Europa de Juvenis (*Children*), Juniores e Jovens Cavaleiros.

O Campeonato realizou-se em Fontainebleau, França, e Portugal esteve presente com os cavaleiros Juvenis:

Daniela Pereira Rodrigues, Alexandra Bernardino, Carlota Tomás Pires e Joana Santos Paz. 19º lugar por equipas.

A cavaleira Alexandra Bernardino, passou à final e terminou na 30ª posição.

No escalão de Juniores, formaram a Equipa Nacional:

Francisco Vaz Fontes, Jorge Escudeiro e Catarina Magalhães. 21º Lugar por equipas.

No escalão de Jovens Cavaleiros, formaram a Equipa Nacional: Bernardo Ladeira, Nuno Tiago Gomes, Mafalda Marques e Pedro Rafael Carvalho. 13º Lugar por equipas.

Formação de Juízes

Comissários e Chefes de Pista

Durante o ano de 2018 foi efetuado em Portugal:

Curso de promoção a Comissário internacional L1, Vilamoura, onde participaram: Sr. Miguel Costa Dias e Sr. Armindo Caixinha.

Estiveram presentes em formações fora de Portugal:

Lúcia Cabrita para curso de promoção L2. Wiesenbeck.

Resistência Equestre

Em 2018, observou-se um crescimento da disciplina, realizaram-se 68 provas de Resistência Equestre em Portugal, das quais 23 Internacionais e 45 Nacionais distribuídas ao longo de todo o ano.

O ano de 2018 contou com os Campeonatos Nacionais de Seniores, Juniores e Jovens Cavaleiros, Cavalos Novos e de Promoção.

No dia 21 de abril de 2018, o Município de Fronteira organizou o Campeonato Nacional de Juniores, disputado por 12 conjuntos, Luis Miguel Barradas com “Figo de São Pedro” conquistou a medalha de ouro a uma média de 19.75Km/h, Miguel Brasão com “Ferrari” a medalha de prata a uma média de 18.62Km/h e Pedro Almeida com “Ginja” a medalha de bronze a uma média de 17.3Km/h.

Em 13 de Maio de 2018, integrado nos Jogos Equestres Nacionais, a Companhia das Lezírias, recebeu o Campeonato Nacional de Seniores, campeonato disputado por 12 conjuntos, sagrou-se Campeão Nacional e medalha de Ouro Maria Prazeres com “Uva du Cambout” a uma média de 18Km/h, medalha de Prata João Maria Moura com “Gaiato” a 17.8Km/h e medalha de Bronze Luis João Pereira Lopes com “Faiser” a 16Km/h.

Dia 8 de Setembro de 2018, a AREP organizou em Arraiolos o Campeonato Nacional de Cavalos Novos, tendo-se sagrado Campeão Nacional “Havai de São Pedro” montado por Luis Miguel Barradas, em segundo lugar classificou-se “Gaiata” montada por André Caeiro e terceiro “Garibaldi das Vargens” com João Comenda.

No dia 10 de Novembro, teve lugar na Golegã, o Campeonato Nacional de Resistência Equestre de Promoção. Neste classificaram-se os cavaleiros João Abreu, José Pedro Filipe e Nuno Cabral com os cavalos “Hortelã de Alcântara”, “Formula” e “Mayo de la Galana”, respetivamente.

A 26 de Julho, Pisa em Itália foi anfitriã do Campeonato da Europa de Júniores e Jovens Cavaleiros. Portugal foi representado pelos conjuntos Pedro Sá com “Alto de Traclim”, João Afonso Comenda com “Forcado dos Hospitais”, João Pedro Carpinteiro com “Tor Lor”, Luis Miguel Barradas com “Estrela” e Miguel Brasão com “Ferrari”.

Nos Jogos Equestres Mundiais, Campeonato do Mundo em TRYON, EUA, a 12 de Setembro de 2018, Portugal esteve representado por 4 conjuntos Margarida Oliveira Soares com “Eclipse da Camoeira”, Ana Barbas com “Ursula do Val”, Pedro Godinho com “Soha Du Plasson” e Rui Pereira com “Fidalgo de São José”. Este Campeonato foi anulado a meio da competição pela FEI.

Durante o ano de 2018, Portugal fez-se representar com 22 conjuntos em Espanha, 13 em Inglaterra, 9 nos Emiratos Árabes Unidos, 9 em Itália, 4 nos Estados Unidos, 4 em França e 2 no Brasil.

No Ranking Nacional 2018 de Cavaleiros e Cavalos de Resistência Equestre, pontuaram 52 cavaleiros e 93 cavalos com a seguinte classificação:

- Cavaleiros:

- 1.º Classificado – Margarida Oliveira Soares com 523 pontos,
- 2.º Classificado – Maria Sousa Prazeres com 463 pontos,
- 3.º Classificado – Ana Barbas com 363 pontos.

- Cavalos:

- 1.º Classificado – “Tejo Du Cambout” com 304 pontos,
- 2.º Classificado – “Gaiato” com 248 pontos,
- 3.º Classificado – “Gitana VB” com 194 pontos.

No Ranking da FEI 2018, a melhor atleta Portuguesa surge em quadragésimo segundoº lugar e é Ana Pinto Barbas, seguida de Maria Prazeres em quinquagésimo segundo lugar e Margarida Oliveira Soares em octogésimo lugar. De destacar o brilhante quinto lugar no ranking FEI de conjuntos, o binómio Maria Prazeres, “Tejo du Cambout”.

Competições Inter-Escolas

1. Competições Nacionais

- **Campeonato Nacional**

Foi disputado em 3 Jornadas, que acompanharam o Ano Letivo, bem como os diferentes graus das provas ao longo do ano.

As jornadas foram disputadas com a colaboração das seguintes Comissões Organizadoras:

- RAME – Regimento de Apoio Militar de Emergência (Abrantes)
- RC6 – Regimento de Cavalaria nº 6 de Braga e Centro Hípico “O Trote” (Braga)
- Câmara Municipal de Golegã e Feira Nacional do Cavalo (Expo Égua)

Participaram 8 Equipas, perfazendo um total de cerca de 40 Atletas.

A Classificação Final do Campeonato foi:

Campeão Nacional	EPDRA – Abrantes, “ <i>Fabulastico Team</i> ”
Vice-Campeão	EPAMAC – Marco de Canavezes, “ <i>Warriors</i> ”
3º	EPDRA – Abrantes, “ <i>Nodies</i> ”
4º	Colégio Militar – “ <i>Zacatraz</i> ”
5º	EPDRPL – Ponte de Lima, “ <i>Equipa 1</i> ”
6º	EPDRPL – Ponte de Lima, “ <i>Equipa 2</i> ”
7º	EPDRPL – Ponte de Lima, “ <i>The Steel Team</i> ”
8º	EPDRPL – Ponte de Lima, “ <i>Equipa 3</i> ”

Uma vez que o CN, acompanha o Calendário Letivo, já foi realizado este ano a primeira jornada do CN 2018-2019.

- **Taça de Portugal**

A Taça de Portugal decorreu durante os Jogos Equestres Nacionais, em Maio, na Companhia das Lezírias.

Esta prova teve a particularidade de se adaptar ao Campeonato Nacional de Juniores de Concurso Completo de Equitação. Os Atletas pelas equipas escolares podiam concorrer também e de forma individual a este Campeonato.

Pela primeira vez, na história da FEP, este Campeonato foi disputado com mais de três dezenas de Atletas.

No podium final, apenas a Campeã Nacional não pertencia às Competições Inter Escolares, sendo que a medalha de prata foi para uma Atleta da Escola Profissional de Vagos e a de bronze para um Atleta da Escola Profissional de Abrantes (Paulo Lucindo).

Na Taça de Portugal, para além das Equipas supra enunciadas participaram ainda a Escola Profissional de Vagos e a Escola Profissional de Serpa.

Resultados da Taça de Portugal:

- Vencedor - EPDRA – Abrantes, “*Fabulastico Team*”

2. Relações Institucionais

- Mantiveram-se as excelentes relações com a Comissão Técnica que, perante a FEP, assumiu as funções de coordenadora das competições oficiais.
- Mantiveram-se excelentes relações com as Direções das Escolas envolvidas bem como com os seus Diretores de Curso.

3. Desenvolvimento da Prática Desportiva

O ano de 2018 foi mais um ano de progressão positiva destas competições, sobretudo com a inclusão dos Atletas sob a alçada da FEP e da integração dos mesmos em competições oficiais, no caso o Campeonato Nacional de CCE.

A aposta feita há 5 anos, começa agora a recolher verdadeiros frutos:

- Alunos nos podiuns de Campeonatos Nacionais
- Inclusão de Alunos e ex-Alunos no mercado do Desporto, como Atletas
- É notório que o Inter Escolas é hoje reconhecido pelos profissionais como um aspeto a ter em conta aquando da contratação para Estágios de Treinadores, Estágios profissionais e novos quadros.

A FEP, juntamente com a CT mantiveram a sua atividade em promover a disciplina da seguinte forma:

- Garantir que as competições são realizadas em importantes certames.
- Divulgar a disciplina, sempre que possível, ao nível das Escolas Profissionais e de outras que tenham a Equitação nos seus currículos,
- Passar a mensagem junto das Escolas, da importância destas competições para a sustentabilidade das mesmas e como porta de lançamento para os seus alunos.

TREC

Provas Internacionais

Estivemos presentes no Campeonato do Mundo em Jovens Cavaleiros e da Europa de Seniores de 27 de Agosto a 2 de Setembro em Rocca di Papa – Itália.

Portugal esteve representado por 5 jovens cavaleiros, tendo obtido um 4º lugar por equipas.

Preparação Técnica dos Cavaleiros

Relativamente ao acompanhamento técnico, de carácter prático e teórico, foram realizados um conjunto de estágios na Golegã, EPDRA – Mouriscas, EPADRV – Vagos e Vila Nova da Barquinha.

Orientação

Rui Filipe Gomes Félix

Obediência/ Submissão e Dificuldade de Campo

Rui Filipe Gomes Félix

Agradecimentos

Queremos aproveitar esta oportunidade para apresentar os nossos cumprimentos e sinceros agradecimentos:

Aos Órgãos Sociais da FEP, que, de forma tão interessada, sempre têm colaborado com a Direção;

Aos Sócios da FEP, que com a sua participação, têm contribuído para a dinamização da Federação;

Aos Oficiais FEP e Comissões Técnicas das várias disciplinas, que com a sua colaboração têm apoiado a Direção na vertente técnica do desporto;

Aos Membros da Rede Nacional de Centros Federados, que, com o seu trabalho e dedicação têm contribuído para o melhoramento do Desporto Hípico;

Aos Proprietários dos cavalos, que continuam a apostar no desenvolvimento da competição no nosso País;

Às diversas Entidades, que têm dado o seu apoio e contributo a esta Federação e ao seu funcionamento, de que nos permitimos registar:

Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude

Instituto Português do Desporto e Juventude

Comité Olímpico de Portugal

Comité Paralímpico de Portugal

Confederação do Desporto de Portugal

Associação Portuguesa de Atrelagem

Associação Portuguesa de Concurso Completo de Equitação

Associação Nacional de Turismo Equestre

Associação Portuguesa de Turismo Equestre e TREC

Associação Portuguesa de Criadores de Cavalos PSL
Associação Portuguesa de Criadores de Raças Selectas
Associação Portuguesa do Cavalo Árabe

Ao Senhor Dr. João Paulo Pereira de Almeida, Médico Oficial da F.E.P. pela disponibilidade sempre demonstrada no apoio à nossa Federação.

Finalmente, a todos os Praticantes do Desporto Hípico, que são a razão da existência da Federação.

Lisboa, 28 de janeiro de 2019



Manuel Cidade Moura
Presidente



Contas



FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Exmo. Congresso o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. Acompanhámos a actividade da **Federação Equestre Portuguesa** durante o exercício, em conformidade com o disposto nos Estatutos.
3. As demonstrações financeiras foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas que, em consequência, emitiu o Relatório Anual de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. É com enorme satisfação que o Conselho Fiscal confirma ao Exmo. Congresso o facto de, do desempenho económico de 2018 ter resultado o apuramento de um resultado líquido de € 79 091,53, tendo sido de novo reforçados os **Capitais Próprios**, que agora se apresentam positivos em € 337 446,43.
5. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que o Exmo. Congresso aprove:
 - a) Os documentos de prestação de contas apresentados pela Direção relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
 - b) Um voto de louvor à Exma. Direção, pela forma como tem gerido os destinos da **FEP**.
6. Finalmente o Conselho Fiscal deseja agradecer à Exma. Direção toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 28 de janeiro de 2019

O CONSELHO FISCAL

Caetano Macedo de Oliveira Soares - Presidente

Hugo Ricardo Costa Barreiro Braz - Vogal

Sónia Cristina Saraiva Marques - Vogal



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Federação Equestre Portuguesa** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de ativo líquido 672 087,73 euros e um total de fundos próprios de 337 446,43 euros, incluindo um resultado líquido de 79 091,53 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão, é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistem de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 116 - NIPC 503 109 797
Rua D. João de Castro 71 C - 4.º Dt.º - Apartado 148
2334-909 ENTRONCAMENTO
Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089
Email: geral@rlgm.pt
www.rlgm-sroc.com



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

2/3
J

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 116 - NIPC 503 109 787
Rua D. João de Castro 71 C - 4.º Dt.º - Apartado 148
2334-909 ENTRONCAMENTO
Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089
Email: geral@rlgm.pt
www.rlgm-sroc.com



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

3/3

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 28 de janeiro de 2019

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.

Representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)



Demonstração dos Resultados por Naturezas
a 31 de Dezembro 2018

Euros

RUBRICAS	NOTAS		
		31-dez-18	31-dez-17
Vendas e Serviços Prestados	3.12	1.040.467,80	809.396,95
Subsídios, doações e legados à exploração	3.13	877.002,20	495.763,21
Fornecimentos e Serviços Externos	3.14	1.287.366,14	831.681,89
Gastos com o Pessoal	3.15	216.585,96	194.342,36
Provisões	3.16	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	3.17	4.750,32	117.785,26
Outros Gastos e Perdas	3.18	329.464,77	355.933,46
Resultado Antes Deprec., Gastos Financ. Impost		88.803,45	40.987,71
Gastos /Reversões de Depreciação e Amortização	3.1	10.271,55	9.751,87
Resultado Operacional (Antes Gastos F.I)		78.531,90	31.235,84
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	3.19	559,63	0,00
Juros e Gastos Similares Suportados		0,00	0,00
Resultado Antes Impostos		79.091,53	31.235,84
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		79.091,53	31.235,84

O Contabilista Certificado

Alexandra Caspary

A Direcção

[Signature]

**Balço em 31 de Dezembro de 2018**

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS			
		31-dez-18		31-dez-17	
ACTIVO					
Não Corrente					
Activos Fixos Tangíveis	3.1	273.808,89		284.080,44	
Activos Intangíveis		0,00		0,00	
Investimentos Financeiros		493,38		168,35	
			274.302,27		284.248,79
Corrente					
Creditos a Receber	3.2	98.544,79		53.913,86	
Estado e Outros Entes Publicos	3.3	16.138,80		244,97	
Fundadores/Bebeméritos/Associados/Membros		0,00		0,00	
Diferimentos	3.4	5.461,50		66.054,71	
Outros Activos Correntes		76.542,03		165.122,29	
Caixa e Depósitos Bancários	3.5	201.098,34		94,54	
			397.785,46		285.430,37
TOTAL DO ACTIVO			672.087,73		569.679,16
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	3.6	100.000,00		100.000,00	
Reservas	3.6	5.000,00		5.000,00	
Resultados Transitados	3.6	153.354,90		122.119,06	
			258.354,90		227.119,06
Resultado Líquido do Período	3.6	79.091,53	79.091,53	31.235,84	31.235,84
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS			337.446,43		258.354,90
PASSIVO					
Não Corrente					
Provisões	3.7	0,00		30.000,00	
Financiamentos Obtidos	3.8				
			0,00		30.000,00
Corrente					
Fornecedores	3.9	123.858,54		13.340,94	
Estado e Outros Entes Publicos	3.10	8.706,60		6.543,50	
Financiamentos Obtidos	3.8	0,00		0,00	
Diferimentos		19.119,00		16.650,00	
Outras Contas a Pagar	3.11	182.957,16		244.789,82	
			334.641,30		281.324,26
TOTAL DO PASSIVO			334.641,30		311.324,26
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			672.087,73		569.679,16

O Contabilista Certificado

Alexander Gaspar

A Direcção

[Signature]



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2018

Euros

DESCRIÇÃO	DATAS		DATAS	
	31-dez-18		31-dez-17	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de Clientes e Utentes	1.927.967,24		1.440.633,86	
Pagamentos a Fornecedores	(1.443.605,06)		(1.246.920,49)	
Pagamentos ao Pessoal	(216.585,96)	267.776,22	(194.342,36)	(628,99)
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	0,00		0,00	
Outros Pagamentos / Recebimentos	(155.027,65)	(155.027,65)	1.524,21	1.524,21
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		112.748,57		895,22
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
<u>Pagamentos Respeitantes a:</u>				
Activos Fixos Tangíveis	0,00		(9.075,92)	
Activos Intangíveis	0,00		0,00	
Investimentos Financeiros	(325,03)		(168,35)	
Outros Activos	0,00	(325,03)	0,00	(9.244,27)
<u>Recebimentos Provenientes de:</u>				
Activos Fixos Tangíveis	0,00		0,00	
Activos Intangíveis	0,00		0,00	
Investimentos Financeiros	0,00		0,00	
Outros Activos	0,00		0,00	
Subsídios ao Investimento	0,00		0,00	
Juros e Rendimentos Similares	0,00		0,00	
Dividendos	0,00		0,00	
		0,00		0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(325,03)		(9.244,27)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
<u>Recebimentos Provenientes de:</u>				
Financiamentos Obtidos	0,00		0,00	
Realizações de Fundos	0,00		0,00	
Cobertura de Prejuízos	0,00		0,00	
Doações	0,00		0,00	
Outras Operações de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>Pagamentos Respeitantes a:</u>				
Financiamentos Obtidos	0,00		0,00	
Juros e Custos Similares	0,00		0,00	
Dividendos	0,00		0,00	
Redução de Fundos	0,00		0,00	
Outras Operações de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		0,00		0,00
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		112.423,54		(8.349,05)
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		165.216,83		173.565,88
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		277.640,37		165.216,83

O Contabilista Certificado

Alexander Caspary

A Direcção

[Assinatura]

[Assinatura]


Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais a 31 de Dezembro de 2018

Euros

		Fundo Social	Resultados Transitados	Reservas	Resultado Liq. Período	Total do Cap. Proprio
Posição no Início do Período 01/01/2018	1	100.000,00	122.119,06	5.000,00	31.235,84	258.354,90
Alterações no Período	2	0,00	31.235,84	0,00	-31.235,84	0,00
Resultado Líquido do Período	3	0,00	0,00	0,00	79.091,53	79.091,53
Resultado Extensivo	4=2+3	0,00	31.235,84	0,00	47.855,69	79.091,53
Operações com Instituidores no Período	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 31/12/2018	6=1+2+3+5	100.000,00	153.354,90	5.000,00	79.091,53	337.446,43

O Contabilista Certificado

Alexander Gonçalves

A Direcção

[Signature]

[Signature]

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Sede: Av. Manuel da Maia, 26 – 4º Dto., Lisboa

Contribuinte nº: 501 678 220



Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2018

1. Atividade Económica

A Federação Equestre Portuguesa – FEP é uma pessoa coletiva de direito privado, fundada em 1927 e constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, com o estatuto de utilidade pública e de utilidade pública desportiva. Em conformidade com os Estatutos, a Federação tem por objeto a superintendência de todos os aspetos relacionados com a prática, controlo, regulamentação, formação, promoção e organização do desporto equestre em todas as suas disciplinas.

O presente anexo dos procedimentos contabilísticos mais significativos na preparação das Demonstrações Financeiras da FEP tem como objetivo melhorar a compreensão das contas da Federação. A sua aplicação está conforme os critérios fundamentais do regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA.
*Anexo às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2018*



2. Bases de Apresentação e Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os resultados das operações da FEP e a sua posição financeira para os exercícios de 2017 e 2018.

Todos os valores estão expressos em euros (€).

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico.

2.2 Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se enumeradas nos parágrafos seguintes e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

a. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis registados na demonstração da posição financeira, referem-se a equipamentos utilizados pela FEP, no âmbito da sua atividade. O seu reconhecimento inicial é pelo custo. A FEP adotou o modelo do custo, pelo que, após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo seu custo, deduzido das depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes.

b. Participações financeiras em empresas associadas

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal.

c. Contas a receber

São provenientes do decurso normal da atividade operacional, na prestação de serviços e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

d. Caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos bancários incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

e. Contas a pagar a fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores referem-se aos saldos a pagar a fornecedores da atividade operacional da Federação.

f. Provisões

A FEP regista provisões relativas a processos judiciais em curso.

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA.
Anexo às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2018



2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados nas demonstrações financeiras

A Direção considera que as estimativas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da entidade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Reconhecimento dos rendimentos / gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração do rendimento integral os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa

3. Gestão da Estrutura

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
VALOR BRUTO						
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	92.485,56					92.485,56
Edifícios O. Construções	451.449,19					451.449,19
Equipamento Básico	100.217,84					100.217,84
Equipamento administrativo	191.793,79					191.793,79
Outros Ativos Fixos	36.431,31					36.431,31
Total Ativo Fixo Tang. Bruto	872.377,69					872.377,69
DEPRECIACÕES						
Ativos Fixos Tangíveis						
Edifícios O. Construções	275.357,06	7.315,12				282.672,18
Equipamento Básico	97.735,76	1.295,00				99.030,76
Equipamento administrativo	183.148,37	1.661,43				184.809,80
Outros Ativos Fixos	32.056,06					32.056,06
Total das Depreciações	588.297,25	10.271,55				598.568,80
Total Ativo Fixo Tang. Líquido	284.080,44	-10.271,55				273.808,89

3.2 Adiantamentos a Fornecedores e Outras Contas a Receber

Os saldos das contas a receber constituem saldos correntes.

3.3 Estado e Outros Entes Públicos

Quanto à rubrica Estado e Outros Entes Públicos no Ativo, é composta como se segue:

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA.
Anexo às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2018



Rubricas	Saldo
Retenções de IRC - Rend. Capitais	139,89
Reembolso Iva	15.998,91
Impostos a receber	16.138,80

3.4 Gastos a Reconhecer

No que diz respeito à rubrica de gastos a reconhecer, (5.461,50€) o valor refere-se a diversos pagamentos efetuados em 2018, que apenas serão reconhecidos em 2019, salientando-se o valor dos seguros no montante de 4.361,00€.

3.5 Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes de caixa e seus equivalentes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa deste exercício, encontram-se reconciliados com o montante expresso na rubrica da demonstração da posição financeira.

Rubricas	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	19,40	83,76
Depósitos à Ordem	201.078,94	10,78
Outros Instrumentos Financeiros	76.542,03	165.122,29
Caixa e Depósitos Bancários	277.640,37	165.216,83

3.6 Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas do capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foi como segue:

		Fundo Social	Resultados Transitados	Reservas	Resultado Liq.Período	Total do Cap.Próprio
Posição no Início do Período 01/01/2018	1	100 000,00	122 119,06	5 000,00	31 235,84	258 354,90
Alterações no Período	2	0,00	31 235,84	0,00	-31 235,84	0,00
Resultado Líquido do Período	3	0,00	0,00	0,00	79 091,53	79 091,53
Resultado Extensivo	4=2+3	0,00	31 235,84	0,00	47 855,69	79 091,53
Operações com Instituidores no Período	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 31/12/2018	6=1+2+3+5	100 000,00	153 354,90	5 000,00	79 091,53	337 446,43

Tendo em consideração a posição financeira da Federação Equestre Portuguesa a Direção deliberou fixar o Fundo Social em 100.000€, uma Reserva inicial de 5% do Fundo Social, procedendo o remanescente para Resultados Transitados no montante de 103.617,21€.

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA.
 Anexo às Demonstrações Financeiras
 em 31 de Dezembro de 2018



3.7 Provisões

Durante o exercício, procedeu-se à utilização da provisão no valor de 30.000€, correspondente ao processo judicial relativo ao ex-secretário geral Sr. Manuel Bandeira de Melo.

3.8 Financiamentos Obtidos

Não existe qualquer empréstimo bancário.

3.9 Fornecedores

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	Saldo
Passivos Correntes	
Fornecedores	
Fornecedores Nacionais	29.031,95
Fornecedores Intracomunitários	94.826,59
	123.858,54

3.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de impostos a pagar tem o seguinte desdobramento:

Rubricas	Saldo
Retenções de IRS Trab. dependente	1.431,00
Retenções de IRS Trab. Independente	3.601,35
FCT/FGCT	41,01
Contribuições para a Seg. Social	3.633,24
	8.706,60

3.11 Outras Contas a Pagar

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	Saldo
Passivos Correntes	
Outras Contas a Pagar	
Adiantamentos Clientes	20.105,72
Credores por acréscimos	162.851,44
	182.957,16

3.12 Prestações de Serviços

Os valores registados nesta rubrica dizem respeito a proveitos associativos.

Pág. 5

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA.
Anexo às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2018



3.13 Subsídios à Exploração

As contribuições obtidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 têm a seguinte composição:

							Euros
Rubrica	IPDJ	Ministérios e Institutos	Autarquias	Governo Civil	COP/CPP	Outras entidades	Total
Organização e Gestão	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00
Desenvolv. e Prat. Desportiva	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00
Eventos	95.118,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.118,83
Desporto Para Todos	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Alta Competição	241.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	202.883,37	0,00	202.883,37

3.14 Fornecimentos e Serviços Externos

As rubricas com maior expressão são: os Direitos de Organização FEI (287.119,30€), os Seguros Desportivos (70.309,02€), as Deslocações e Estadas (406.222,37€), os Honorários (72.360,63€), os Trabalhos Especializados (148.492,06€), os Transportes de Mercadorias (cavalos - Wegs 169.103,07€) e as despesas com os JEN'S (189.223,99€).

3.15 Gastos com Pessoal

O número médio de colaboradores ao serviço da FEP ao longo do ano foi de 9.

Remunerações do Pessoal	175.275,57
Encargos sobre Remunerações	36.338,89
Seg. Acid. Trabalho	4.159,01
Outros Gastos com o Pessoal	812,49
Total	216.585,96

3.17 Outros Rendimentos

O montante desta rubrica diz respeito a correções provenientes de regularização de saldos anteriores e outros proveitos.

3.18 Outros Gastos e Perdas

Nesta rubrica estão incluídos os impostos indiretos, sobretudo Imposto de Selo e Taxas, assim como as quotizações e correções provenientes de regularização de saldos anteriores.

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA.
Anexo às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2018



3.19 Juros

Os Juros Obtidos dizem respeito a rendimentos de aplicações financeiras.

4. Garantias e Avals

A Federação Equestre Portuguesa não tem qualquer garantia ou aval prestados a terceiros.

5. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Federação não auferiram remuneração.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2019

O Contabilista Certificado

Alexandre Espinho

A Direção

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Relatório Conselho de Justiça

Federação Equestre Portuguesa

Conselho Jurisdicional

Relatório 2017 / 2018

Lisboa, 22 de fevereiro de 2019

No exercício das respetivas atribuições o Conselho Jurisdicional da Federação Equestre Portuguesa recebeu:

1. Interposição de recurso da deliberação de 20 de abril de 2018 que declarou e ordenou publicar os resultados das eleições dos delegados ao Congresso em representação dos agentes desportivos, apresentada por João Azevedo e Silva no dia 23 de abril de 2018;
2. Interposição de recurso da deliberação de 20 de abril de 2018 que declarou e ordenou publicar os resultados das eleições dos delegados ao Congresso em representação dos agentes desportivos, apresentada por Bento Luís favinha da Palma Castelhana no dia 23 de abril de 2018;
3. Interposição de recurso da deliberação de 20 de abril de 2018 que declarou e ordenou publicar os resultados das eleições dos delegados ao Congresso em representação dos agentes desportivos, apresentada por António Damião no dia 23 de abril de 2018;
4. Interposição de recurso da deliberação de 20 de abril de 2018 que declarou e ordenou publicar os resultados das eleições dos delegados ao Congresso em representação dos agentes desportivos, apresentada por Luís Xavier de Brito no dia 23 de abril de 2018;
5. Interposição de recurso da deliberação de 20 de abril de 2018 que declarou e ordenou publicar os resultados das eleições dos delegados ao Congresso em representação dos agentes desportivos, apresentada por João de Castro Freire Bagulho no dia 23 de abril de 2018 e,
6. Interposição de recurso da deliberação de 20 de abril de 2018 que declarou e ordenou publicar os resultados das eleições dos delegados ao Congresso em representação dos agentes desportivos, apresentada por Francisco Stilwell no dia 23 de abril de 2018.

O Presidente do Conselho Jurisdicional



José Luís Esquível



Relatório Conselho de Disciplina


Relatório de Atividades do Conselho de Disciplina

2018

No decurso do ano 2018, o Conselho de Disciplina da Federação Equestre Portuguesa reuniu para encerrar o Processo Disciplinar com o nº 1/2017, tendo sido aplicada ao Arguido pedro Jorge Meireles da Silva Leal uma pena de multa.

Foi iniciado durante o ano de 2018 um processo prévio de averiguações relativamente a eventuais ilícitos disciplinares praticados pelo atleta Gonçalo Carvalho, no decurso do qual foram ouvidas várias testemunhas durante vários meses. Tal processo não se encontra ainda concluído.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2019



Hoera de Portugal 2019



Relatório Conselho de Arbitragem

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ARBITRAGEM E DE OFICIAIS DE CONCURSO

O Conselho de Arbitragem e de Oficiais de Concurso exerceu as suas funções conforme se encontra regulamentado na Secção VIII, artigo 61º dos Estatutos.

Durante este exercício procurámos trabalhar em estreita colaboração com os responsáveis de todas as disciplinas e respetivas Comissões Técnicas, sempre que solicitado pelos mesmos e pelo Presidente desta Federação.

Durante o ano de 2018 foram autorizados vários cursos de juízes e de outros oficiais de concurso das diversas disciplinas, bem como aprovadas todas as propostas apresentadas, encontrando-se, nesta data, concluídos todos os processos decorridos durante o período acima referido.

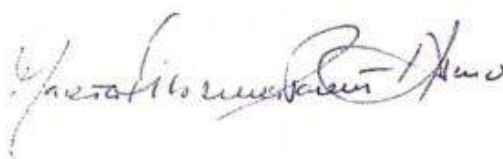
Ainda no âmbito da nossa função, contribuímos, ativamente, nomeando e aprovando todos os oficiais de concurso em todos os eventos nacionais e regionais na disciplina de ensino, segundo o programa de candidaturas online estabelecido por esta instituição.

Registamos com muito apreço e agradecemos a excelente colaboração de todos os órgãos da FEP, em especial dos funcionários do setor administrativo, cuja competência e disponibilidade são de realçar, sem o que não teria sido possível desempenhar cabalmente as nossas funções.

Lisboa, 30 de janeiro de 2019

Filomena Albano

Presidente do Conselho de Arbitragem





Anexos



Correspondência IPDJ



03-04 '18

Exmo Senhor
Presidente da Federação Equestre
Portuguesa
Av. Manuel da Maia, n.º 26 – 4.º Dt.º
1000 – 201 LISBOA

REGISTADO C/A.R.

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		OE_SC_DJA_0673/2018	02-04-2018

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE DELEGADOS À ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO – Proc.º 285/DJA/2017

Em 18 de Julho de 2017 e em 10 de Janeiro de 2018 o Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto recebeu duas exposições subscritas por cerca de uma dezena de delegados ao Congresso da Federação Equestre Portuguesa, nas quais são expostas um conjunto de situações que, no entender dos subscritores, configuram “ilegalidades” expressas em normas dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da Federação Equestre Portuguesa, referentes à designação dos delegados ao Congresso (assembleia geral) da federação.

Estas exposições foram remetidas ao Instituto Português do Desporto e Juventude para análise e parecer.

O que foi feito, tendo já em consideração o actual Regulamento Eleitoral da Federação aprovado em 20 de Dezembro de 2017, ou seja em data posterior à primeira das referidas exposições.

Das questões suscitadas pelos exponentes, uma há relativa aos votos atribuídos às “instituições que, embora de carácter não desportivo, desenvolvam atividades relevantes para a prática ou promoção do desporto equestre”, que aparentemente, coloca dúvidas de legalidade quanto às soluções estatutárias e regulamentares vigentes

Referem os exponentes o caso da Guarda Nacional Republicana, que terá direito a 8 delegados na Assembleia Geral da Federação Equestre Portuguesa.

Sendo certo que em nosso entender

- atento o disposto nos artigos 2.º, 35.º, n.º 2, e 38.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de

Página 1 de 3

Dezembro, estas instituições podem ser admitidas como sócias da Federação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos da Federação Equestre Portuguesa, i.e. "(Podem ser sócias) As instituições que, embora de carácter não desportivo, desenvolvam atividades relevantes para a prática ou promoção do desporto equestre";

- de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento Eleitoral da Federação, estas "instituições" poderão eleger delegados para as representar na Assembleia Geral – com a denominação de "Congresso";

coloca-se a questão de aferir a regularidade de atribuição de representatividade – através do número de "delegados" que as representa - na Assembleia Geral a estas "instituições". Isto tendo em conta os seguintes pressupostos de facto:

A Assembleia Geral da Federação Equestre Portuguesa é composta por 120 delegados – artigo 29.º dos Estatutos.

Desta forma, as "demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respetiva modalidade" – artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro -, nas quais se terão de incluir as "instituições que, embora de carácter não desportivo, desenvolvam atividades relevantes para a prática ou promoção do desporto equestre", terão a sua representatividade limitada nos termos do n.º 2 do artigo 38.º do mesmo diploma legal:

"Caso os estatutos das federações desportivas pretendam conferir representatividade a outros agentes que intervenham na respetiva modalidade desportiva, o respetivo número de delegados não pode ser superior a 3 %, a descontar proporcionalmente nas diversas categorias de entidades mencionadas no artigo 36.º".

Ou, seja, estas "instituições de carácter não desportivo" com assento na Assembleia Geral da Federação Equestre Portuguesa não poderão estar representadas, no total, por mais de 4 delegados.

Alegam os exponentes que só uma destas "instituições", a Guarda Nacional Republicana, é representada por 8 delegados. A confirmar-se, estaremos perante uma violação de lei.

Por seu turno, a eleição dos delegados destas "instituições" é regulada, nos Estatutos da Federação Equestre Portuguesa – artigo 29.º, n.º 2 –, norma que é *ipsis verbis* repetida no artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento Eleitoral, da seguinte forma:

"As Sociedades com fins desportivos e Clubes ou agrupamentos de Clubes, Associações e outras entidades referidas nas alíneas a) e b) do número dois do artigo 7.º dos Estatutos da FEP serão representadas por 84 (oitenta e quatro) Delegados ao Congresso".

Não se afigura que esta formulação – quer dos Estatutos, quer do Regulamento Eleitoral - respeite a Lei, em particular a norma constante do n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro. De facto:

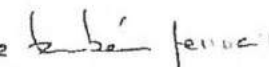
Não só o universo a partir do qual se estabelece o limite máximo de delegados das instituições de carácter não desportivo não é "84", mas sim "120", como deve o Regulamento Eleitoral expressar claramente o

M

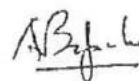
limite máximo – no caso, 4 – de delegados destas “instituições”, como ainda, e finalmente os delegados a atribuir a estas “instituições” deverão ser descontados proporcionalmente nas diversas categorias de entidades mencionadas no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro. O que afectará, pelo menos, o número de delegados a atribuir às sociedades com fins desportivos, clubes, agrupamentos de clubes, associações e outras entidades que se dediquem em território nacional à prática ou promoção do Desporto Equestre, em qualquer das suas disciplinas ou promovam a realização de provas relacionadas com o Desporto Equestre.

Solicita-se assim, atento o disposto no artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de recepção do presente ofício, nos seja transmitida a posição da Federação Equestre Portuguesa sobre as questões de legalidade estatutária e regulamentar controversas atrás enunciadas.

Com os melhores cumprimentos,



O Presidente do Conselho Directivo



Augusto Baganha

Filipa Rebelo Andrade

De: Presidente FEP [presidente@fep.pt]
Enviado: 20 de abril de 2018 10:17
Para: IPDJ-Prof. Augusto Baganha (fernanda.pinheiro@ipdj.pt)
Cc: IPDJ - Conselho Diretivo (conselho.diretivo@ipdj.pt)
Assunto: V. Ref. OE_SC_DJA_0673/2018 de 02.04.2018

Exmo. Presidente do Conselho Directivo
Instituto Português do Desporto e Juventude, IP
Professor Augusto Baganha

Assunto: V. Ref. OE_SC_DJA_0673/2018 de 02.04.2018
Designação de Delegados à Assembleia Geral da Federação – Proc. N. 285/DJA/2017

Exmo. Senhor,

Na sequência do ofício em referência e da reunião havida no dia 19 deste mês e atenta a extensão e especificidade da matéria, vem a Federação Equestre Portuguesa solicitar a V. Exa. se digne autorizar a prorrogação do prazo inicialmente concedido pelo período de 10 dias úteis.

Aproveita, ainda, a Federação Equestre Portuguesa a ocasião para solicitar que lhe sejam enviadas as exposições remetidas ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto em 18.07.2017 e 10.01.2018, bem como eventual correspondência posterior por forma a possibilitar uma mais adequada resposta.

Com os melhores cumprimentos

Manuel Cidade Moura
Presidente



03-05 '18

Exmo Senhor
Presidente da Federação Equestre
Portuguesa
Av. Manuel da Maia, n.º 26 – 4.º Dt.º
1000 – 201 LISBOA

REGISTADO C/ A.R.

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		OE_SC_DJA_0824/2018	27-04-2018

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE DELEGADOS À ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO – Proc.º 285/DJA/2017

Relativamente ao assunto em epígrafe, comunico que foi autorizada a prorrogação, por 10 (dez) dias úteis, do prazo de resposta fixado no nosso anterior ofício ref.ª SC_DJA_0673/2018, de 2 de Abril, conforme solicitado por V. Ex.ªs. em correio electrónico de 20 de Abril.

Quanto às exposições remetidas ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto em 18 de Julho de 2017 e em 10 de Janeiro de 2018, elas poderão ser solicitadas directamente àquele Gabinete.

Com os melhores cumprimentos, *e também felicit*

O Presidente do Conselho Directivo

Augusto Baganha

Página 1 de 1



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

Exmo Senhor
Presidente do Conselho Diretivo
Instituto Português do Desporto e
Juventude IP
Professor Augusto Baganha
Rua Rodrigo da Fonseca, 55
1200-602 Lisboa

97/ADM/2018

10-05-2018

Assunto: V. Ref. OE_SC_DJA_0673/2018 de 02.04.2018

Designação de Delegados à Assembleia Geral da Federação – Proc. N.
285/DJA/2017

Exmo. Senhor,

Em resposta, ao ofício referido em epígrafe, vem a Federação Equestre Portuguesa expor e esclarecer o seguinte:

Com a entrada em vigor da Lei n. 5/2007, de 16 de janeiro, que definiu as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto e a subsequente entrada em vigor do Novo Regime Jurídico das Federações Desportivas, regulado pelo Decreto-Lei n. 248-B/2008, de 31 de dezembro, procedeu, então, a Federação Equestre Portuguesa à alteração dos seus Estatutos, de modo a adequá-los às novas exigências legais e ainda possibilitar a manutenção do estatuto de utilidade pública desportiva.

Com efeito, realizou-se em 14 de julho de 2009, um congresso extraordinário, com o ponto único da ordem de trabalhos "deliberar sobre a alteração dos Estatutos de harmonia com o disposto no artigo 64.º do Novo Regime Jurídico das Federações Desportivas, aprovado pelo Decreto-lei n. 248-B/2008, de 31

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Drº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Teléfs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

WA

de dezembro", do qual resultou a versão dos mencionados Estatutos, remetida em 23.07.2009 para o Instituto a que V. Exa. preside e para a Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude, para apreciação e todos os efeitos legais. Em sequência desta alteração, vieram a ser solicitadas algumas alterações por parte do então IDP, I.P. e, bem assim por parte da Procuradoria-Geral da República, alterações estas que foram realizadas e votadas em sede de Congresso, realizado a 23.06.2010.

Posteriormente e para efeitos de renovação do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva, foi a Federação Equestre Portuguesa notificada pelo Instituto Português do Desporto e Juventude a 02.02.2017, para proceder a algumas alterações dos Estatutos, de modo a cumprir os ofícios OE_SC_DJA_41/2015, de dezanove de maio e OE_SC_DJA/185/2015, de três de março, o que naturalmente cumpriu de imediato.

Do acima exposto resulta que os Estatutos da Federação Equestre Portuguesa que se encontram em vigor acolheram todas as orientações legais e especificidades do desporto equestre, as quais as instituições e autoridades conhecem e acolheram.

No que concerne aos sócios da Federação Equestre Portuguesa, releva sublinhar que, nos termos do disposto no artigo 7.º dos Estatutos da Federação Equestre Portuguesa podem ser sócios:

- a) As sociedades, clubes, agrupamentos de clubes associações e outras entidades, que se dediquem em território nacional à prática ou promoção do Desporto Equestre, em qualquer das suas disciplinas ou promovam a realização de provas relacionadas com o Desporto Equestre.
- b) As instituições que, embora de carácter não desportivo, desenvolvam atividades relevantes para a prática ou promoção do Desporto Equestre.
- c) Os Praticantes Desportivos;

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

- d) Os Técnicos, nomeadamente Docentes, Treinadores, Ajudantes de Monitores, Monitores, Instrutores e Mestres;
- e) Os Oficiais de Competição, tais como Juizes, Diretores de Campo, Comissários, Médicos-Veterinários e Árbitros.

E, cumpre ainda realçar que, dos atuais 26 sócios, da Federação Equestre Portuguesa, 15 são outras entidades que se dedicam em território nacional à prática ou promoção do Desporto Equestre, entre as quais se elencam o Turf Clube, sócio Fundador da Federação Equestre Portuguesa, o Comando Geral da GNR, hoje o sócio com mais praticantes e principal entidade formadora para o desporto equestre e o Estado Maior do Exército-Escola de Armas, que formou os cavaleiros que ganharam as primeiras medalhas olímpicas para Portugal.

Ora, se por um lado o novo Regime Jurídico das Federações Desportivas pretendeu dar voz aos agentes desportivos, não pretendeu, seguramente, retirar voz aos sócios das diversas Federações no que respeita aos destinos da respetiva Federação, o que seria manifestamente o caso se se aplicasse a limitação constante do art. 38.º, n. 2 do Decreto-lei n. 248-B/2008, de 31 de dezembro. Aliás, sempre se dirá que nem as autoridades competentes assim o entenderam, porquanto os Estatutos da Federação Equestre Portuguesa foram devidamente homologados e têm sido escrupulosamente aplicados desde a sua alteração, ocorrida a 14 de julho de 2009.

A atender-se à limitação, ora invocada pelos delegados dos agentes desportivos, que não são sócios da Federação Equestre Portuguesa, as consequências daí emergentes seriam de uma dimensão substancialmente relevante, porquanto, se alteraria o paradigma que subjaz à qualidade de sócio, a representatividade na assembleia geral e abranger-se-iam todas as deliberações tomadas, de 2009 até aos dias de hoje, ao abrigo de Estatutos perfeitamente legitimados e que sempre escrupulosamente foram cumpridos, pelas sucessivas Assembleias Gerais.

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4.º D.º
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Tel. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77

Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

É, pois, neste entendimento que nos permitimos solicitar as dignas providências de V. Exa, com vista a uma adequada interpretação do nº 2 do art.º 38º do DL 248-B/2008, considerando, tal como nos últimos dez anos, a situação específica da Federação Equestre Portuguesa.

Com os melhores cumprimentos

e consideração pessoal

Presidente

Manuel Cidade Moura

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telcfs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt

Reg. ent. 17
em 21/11/18



20-11-18

Exmo. Senhor
Presidente da Federação Equestre
Portuguesa
Av.ª Manuel da Maia
1000201 LISBOA

Sua referência
97/ADM/2018, de 10-05-
2018

Sua comunicação

Nossa referência
OE_SC_DJA_1733/2018

Data
08-11-2018

ASSUNTO: Federação Equestre Portuguesa. Designação de Delegados à Assembleia Geral da Federação.

Relativamente ao assunto identificado em epígrafe e tendo sido questionado este Instituto sobre a legalidade do número de Delegados a eleger à Assembleia Geral da Federação Equestre Portuguesa fora das categorias de entidades mencionadas no Art.º 36.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, importa informar o seguinte:

O n.º 2 do Art.º 38.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro determina que aquele número de Delegados não pode ser superior a 3% a descontar proporcionalmente nas diversas categorias de entidades elegíveis, nos termos do referido art.º 36.º daquele Diploma Legal.

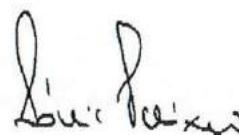
Assim, tendo em conta o “peso” específico na modalidade detido por instituições de caráter não desportivo, mas que desenvolvem atividades relevantes para a prática ou promoção do desporto equestre, nomeadamente, o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana e o Estado Maior do Exército, o número de Delegados a eleger não pode exceder aquela percentagem.

Face ao que antecede, deve V. Ex.ª promover a respetiva alteração do Regulamento Eleitoral no prazo de 30 dias úteis a contar da receção do presente ofício, findo o qual e caso nada venha a ser

comunicado a este Instituto, propor-se-á a Sua Ex.^ª, o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, a suspensão do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva da Federação Equestre Portuguesa, nos termos do Art.º 21.º do já referido Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro.

Com os melhores cumprimentos,

A Vogal do Conselho Diretivo



(Sónia Paixão)



FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 144/93

Recebi
28/11/2018
[Signature]

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo
Instituto Português do Desporto e
Juventude IP
Professor Vítor Pataco
Rua Rodrigo da Fonseca, nº75
1250-190 Lisboa

211/ADM/18

2018.11.28

Referência: Ofício nº DJA 1733/2018 de 08-11 do IPDJ

Assunto: Federação Equestre Portuguesa. Designação de Delegados à
Assembleia Geral da Federação.

Senhor Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude

[Signature: Vitor Pataco]

Foi recebido na Federação Equestre Portuguesa o ofício em referência, com endereço ao Presidente desta Federação, datado de dia 8 de novembro e recebido a 21 do mesmo mês, que agradecemos e que mereceu a nossa melhor atenção.

Pelo teor do referido ofício, deve a referida Federação, proceder à alteração do seu Regulamento Eleitoral, de modo a que, para a **totalidade** das entidades, a seguir enunciadas, atualmente sócias e até fundadoras da Federação Equestre Portuguesa, “de caráter não desportivo”, sejam atribuídos 3 Delegados ao Congresso da Federação (3% de 84 Delegados).

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dtº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telofs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 144/93

São estas entidades, salvo o superior entendimento desse Instituto, as seguintes:

- | | | |
|-------------------------------|--------------|----------------|
| • Turf Club | 2 Delegados | Sócio Fundador |
| • A. Puro Sangue Lusitano | 2 Delegados | |
| • Associação Raças Seletas | 2 Delegados | |
| • Feira Nacional do Cavalo | 2 Delegados | |
| • Escola de Armas | 2 Delegados | |
| • Guarda Nacional Republicana | 8 Delegados, | |

num total atual de 18 Delegados, com uma representação muito significativa no meio equestre nacional, nomeadamente e a título de mero exemplo, por ser a GNR o maior centro federado com cerca de 450 alunos civis dos seus Polos de Formação inscritos na FEP e a FNC, entidade organizadora da Feira Nacional do Cavalo, na Golegã.

Ainda e no referido ofício é dada à Federação Equestre Portuguesa o prazo de 30 dias para este efeito, sob pena da perda do estatuto de utilidade pública.

Trata-se de assunto sobre o qual já foi dada a possibilidade à FEP de expor as suas razões que, conforme se constata, não puderam ser entendidas como válidas e atendidas.

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 144/93

Neste entendimento, mais não fica do que solicitar a superior intervenção de Vexa, no sentido de alargar este prazo, para dar a possibilidade de proceder à eleição de novos Órgãos Sociais, que estejam disponíveis para proceder à destruição da estrutura em que, desde sempre, tem assentado o desporto equestre em Portugal.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos

O Presidente

Manuel Cidade Moura

Conhecimento:

- Senhor secretário de Estado do Desporto e Juventude
- Senhor Presidente da Mesa do Congresso da FEP

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

Exmo. Senhor
Secretário de Estado do Desporto e da
Juventude
Dr. João Paulo Rebelo
Avenida Infante Santo, n.º 2,
1350-178 Lisboa

1/ADM/19

2019.01.11

Assunto: Federação Equestre Portuguesa.

Designação de Delegados à Assembleia Geral da Federação.

Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude
Excelência,

Pela presente e no sentido de poder incluir no Relatório do ano de 2018 da Direção desta Federação toda a correspondência recebida e enviada de e para o IPDJ, relativa ao assunto em referência, permito-me solicitar as dignas providências de Vexa no sentido de serem remetidas a esta Federação as duas exposições respetivamente de 18.julho.2017 e 10.janeiro.218, dirigidas ao Gabinete de Vexa "por cerca de uma dezena de delegados ao Congresso", conforme teor do ofício nº 0673/2018 de 02.abril emanado do IPDJ.

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dtº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582
www.fep.pt geral@fep.pt

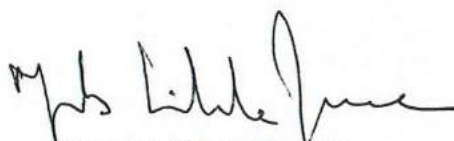


FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

Pelas razões que, em tempo adequado, tive ocasião de enunciar, trata-se de assunto da maior importância para esta Federação e que deverá ser tratado com o maior empenho e transparência por parte do atual Presidente cessante.

Apresento a Vossa expressão dos melhores cumprimentos



Manuel Cidade Moura
Presidente

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4.º D.º
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telef. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA JUVENTUDE E DO DESPORTO

Reg. 7.
entrada 5/2/19

Exmo. Senhor
Presidente da Federação Equestre Portuguesa
Av. Manuel da Maia 26 - 4º Dtº
1000-201 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
5/ADM/19

SUA COMUNICAÇÃO DE
28-01-2019

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 43/2019
ENT.: 230/2019
PROC. Nº: 950.20.01

DATA
30-01-2019

ASSUNTO: FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Em nome do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, cumpre-me agradecer o contacto de V. Exª. Por referência à comunicação a que agora se responde, somos a informar que as exposições aludidas, dirigidas ao Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, foram encaminhadas ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., para análise e parecer, dando origem a um procedimento administrativo no âmbito daquele Instituto.

Nesse sentido, a consulta ou acesso aos referidos documentos devem ser solicitados junto do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., nos termos legalmente previstos.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Filipe Pais



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93



Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo
Instituto Português do Desporto e
Juventude IP
Professor Vítor Pataco
Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55
1250-190 Lisboa

13/ADM/19

2019.02.07

Assunto: Federação Equestre Portuguesa.

Designação de Delegados à Assembleia Geral da Federação

Exmo. Senhor Presidente,

Na sequência de carta recebida do Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto (n.º 43/2019; Ent.: 230/2019; Proc. N.º 950.20.01), pela presente e no sentido de poder incluir no Relatório do ano de 2018 da Direção desta Federação toda a correspondência recebida e enviada de e para o IPDJ, relativa ao assunto em referência, permito-me solicitar as dignas providências de V. Exa. no sentido de serem remetidas a esta Federação as duas exposições respetivamente de 18.julho.2017 e 10.janeiro.2018, dirigidas ao Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude "por cerca de uma dezena de delegados ao Congresso", conforme teor do v/ofício n.º 0673/2018 de 02.abril.

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4.º D.º
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

Os elementos acima solicitados são requeridos nos termos dos artigos 61.º e 62.º do Código do Procedimento Administrativo e da Lei n.º 26/2016 de 22 de agosto.

Apresento a V. Exa a expressão dos melhores cumprimentos

Manuel Cidade Moura

Presidente

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dtº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt

Reg. 15
eulr. 20/2/19



19-02 '19

Exmo Senhor
Presidente da Federação Equestre
Portuguesa
Av. Manuel da Maia, n.º 26 – 4.º Dt.º
1000 – 201 LISBOA

REGISTADO C/ A.R.

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		OE_SC_DJA_0110/2019	14-02-2019

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE DELEGADOS À ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO - SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS – Proc.º 285/DJA/2017

Em resposta à carta de V. Ex.ªs. ref.ª 13/ADM/19, de 7 de Fevereiro, junto se remete fotocópia – 7 + 7 folhas - das duas "exposições" solicitadas, devidamente expurgadas dos dados pessoais constantes dos documentos.

Com os melhores cumprimentos,

A Vice-Presidente do Conselho Directivo

Sónia Paixão

Página 1 de 1

GSEJD - Ent. 1908 Dt 18-07-2017
PROC. Nº 100.20.01

1/9

Dr. João Paulo Rebelo
19.7.2017

Exmo. Sr.

Dr. João Paulo Rebelo

Secretário de Estado da Juventude e Desporto

Av. 5 de Outubro, nº 107

1069-018 Lisboa

*Ao IPDJ para análise
e devidos efeitos.*

Nº

19.7.2017

Dr. João Paulo Rebelo
19.7.2017

Exmo. Sr. Secretário de Estado,

O Chefe do Gabinete
Filipe Pais

Na qualidade de delegados ao congresso da FEP (Federação Equestre Portuguesa), no cumprimento dos deveres que nos estão consignados enquanto tal e na imperiosa necessidade de defender os direitos de todos os praticantes desta modalidade, cumpre apresentar a V. Exa., enquanto responsável do Governo de Portugal pela área do desporto, a presente exposição.

Enquadramento

A FEP (Federação Equestre Portuguesa) é uma pessoa coletiva de direito privado constituída sob a forma de associação, sem fins lucrativos, com estatuto de utilidade pública desportiva.

Nos termos dos seus estatutos, aprovados no Congresso ordinário de 31 de março de 2017, a FEP tem por finalidade última e máxima promover e superintender todos os aspetos relacionados com a prática do desporto equestre, com todas as atribuições, obrigações e direitos que tal pode e deve implicar.

Tendo em consideração a antiguidade desta Federação, a qual remonta a 5 de dezembro de 1927, não restam dúvidas sobre a sua importância vital para a promoção e defesa do desporto equestre e a notória utilidade pública desportiva que daí resulta.

No entanto, não nos restam também dúvidas que tal importância e notoriedade é colocada em causa se esta Federação não expressar de forma igualitária e justa a representatividade de todos cuja voz ou desempenho é essencial para a promoção e defesa do desporto equestre.

Ora, como demonstraremos de seguida, o funcionamento da FEP tem coexistido com a violação clara e explícita de normas legais imperativas cujo escopo visa, essencialmente, garantir a igualdade e justiça no âmbito da representação associativa desportiva.

Os ora signatários, bem como outros praticantes e adeptos da modalidade, há já algum tempo e por diversas vezes têm vindo a alertar e a requerer a rápida e urgente conformidade dos normativos internos da FEP com o disposto na legislação em vigor, sem que, no entanto, tais manifestações tenham surtido qualquer efeito.

Face ao exposto, cumpre dar a conhecer ao Governo, enquanto entidade responsável pela aferição dos critérios necessários para concessão da utilidade pública desportiva, nomeadamente a aferição da conformidade entre a atividade e organização das entidades com essa utilidade e o disposto na lei aplicável, quais os pontos concretos que merecem uma célere atuação por forma a que esta relevante e meritória modalidade não venha a ser ainda mais prejudicada.

Exposição de motivos

O regime Jurídico das Federações Desportivas e as Condições de Atribuição de Estatuto de Utilidade Pública Desportiva (RJFD), aprovado pelo Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de dezembro, sofreu importantes e extensas alterações mediante a publicação do Decreto-Lei nº 93/2014, de 16 de junho.

3/9

Foi inclusivamente objeto de tratamento mediático a necessidade de muitas - senão todas - federações desportivas alterarem e adaptarem as suas disposições estatutárias e normativos internos ao regulamentado no mencionado diploma.

Um dos grandes objetivos do RJFD foi estabelecer regras relativas à organização e funcionamento das federações, nomeadamente quanto à estrutura orgânica e à representatividade na assembleia geral, que assegurassem um maior equilíbrio entre os vários representantes de cada modalidade.

Veja-se, neste sentido, o disposto no nº 5 do artigo 36º do RJFD:

“Nas federações desportivas de modalidades individuais o número de delegados representantes de clubes ou das respetivas associações distritais e regionais não pode ser superior a 70%, cabendo a cada uma dessas entidades idêntico número de delegados, devendo os restantes 30% ser distribuídos de entre praticantes, treinadores e árbitros ou juízes nos termos do número anterior.”

Face a esta norma, resulta indubitável que a composição da assembleia geral (na FEP designada por congresso) deverá obedecer, imperativamente, aos limites máximos e mínimos nela previstos, como garantia do mencionado equilíbrio entre todos os representantes do desporto equestre.

Contudo, e apesar de muita insistência dos signatários, tal manifestamente não sucede.

Com efeito, quanto à representatividade na assembleia geral, o artigo 29º dos estatutos da FEP dispõe o seguinte:

- 1. Em cada reunião do Congresso haverá um número máximo de 120 delegados, repartidos por categorias, conforme discriminado nos números 2 a 5 deste artigo.***
- 2. As sociedades com fins desportivos e Clubes ou agrupamentos de Clubes, Associações e outras entidades referidas nas alíneas a) e b) do número dois do artigo 7º dos Estatutos da FEP serão representadas por 84 delegados ao Congresso.***

Desta disposição decorre que as sociedades com fins desportivos e Clubes ou agrupamentos de Clubes, Associações e outras entidades equiparadas têm sempre 84 delegados, enquanto os praticantes, treinadores e árbitros ou juizes podem ter de 1 a 36 delegados. Significa isso que se estes tiverem apenas de 1 a 35 delegados, o que é possível de acordo com os estatutos da FEP, o nº 5 do artigo 36º do RJFD não é cumprido.

Acresce que os artigos 3º e 4º do Regulamento Eleitoral da FEP estabelecem que o número máximo de delegados definido nos termos da disposição estatutária supra transcrita deverá ser composto por uma designação diferenciada; ou seja, e no que concerne nomeadamente às coletividades, estas terão mais ou menos delegados consoante o seu número de associados e praticantes.

Como se tal não bastasse, essas mesmas disposições mencionam que caso não se venha a completar o número de delegados conferidos às coletividades, esse número deverá ser preenchido por tais coletividades com recurso às mesmas regras, ou seja, as entidades com mais atletas federados verão potencialmente multiplicadas as designações possíveis dos seus delegados, conferindo, ainda, um maior desequilíbrio na formação do congresso.

Ora, como bem se viu, o nº 5 do artigo 36º do RJFD é claro ao definir que a cada uma das entidades coletivas deverá ser atribuído o mesmo número de delegados, por forma a garantir que não existem entidades com supremacia relativamente a outras no âmbito do Congresso.

Aliás, como já evidenciámos, e resulta inclusivamente do preâmbulo do RJFD, é objetivo primordial do legislador garantir o equilíbrio e a igualdade entre os representantes e praticantes da modalidade.

Da conjugação da aplicação dos estatutos da FEP e do seu regulamento eleitoral, resulta evidente que a composição do congresso infringe de forma notória as disposições legais imperativas aplicáveis, sendo certo que as entidades coletivas, mercê da sua dimensão, possuem a possibilidade de nomear um número superior ou inferior de delegados, contrariamente ao legalmente permitido.

5/9

É ainda importante mencionar que tal desconformidade não tem apenas uma relevância meramente teórica, mas, na prática, tem levado a uma gestão desigual no seio da FEP e ao alheamento desiludido de muitos praticantes do desporto equestre.

Não podemos ainda deixar de mencionar outras irregularidades que contribuem para a violação da representatividade igualitária pretendida pela legislação aplicável.

Veja-se que embora as pessoas singulares tenham direito a ser sócios da FEP e a sua inscrição não possa ser recusada, conforme resulta dos artigos 7º e 8º dos estatutos da FEP, a sua representação não pode ter tradução no Congresso uma vez que o Regulamento Eleitoral vigente não prevê sequer essa possibilidade.

Assim, contrariamente ao legalmente estipulado, existe na FEP uma categoria de sócios, as pessoas singulares, que não se pode ter como condignamente representada na assembleia geral da sua federação.

Aliás, é possível afirmar que, na prática, a FEP “obriga” a que as pessoas singulares para se poderem filiar nesta federação o venham, primeiramente, a fazer num clube ou outra entidade, contrariamente à natureza deste desporto, enquanto modalidade individual, e até contrariamente ao princípio basilar constitucional da liberdade de associação, com assento no artigo 46º da Constituição da República Portuguesa.

Situação que também não se enquadra no quadro legal geral é a relacionada com a possibilidade, resultante da al. b) do nº 2 do artigo 7º dos estatutos da FEP, de instituições não desportivas poderem ser sócias da FEP. Cumpre notar que o RJFD, tendo em consideração que estão em causa federações desportivas, em nenhum local permite ou prevê a associação de pessoas ou coletividades de carácter não desportivo. Não obstante, na FEP esta categoria de sócios de carácter não desportivo pode até adquirir e exercer uma grande preponderância na condução dos seus destinos. O caso mais emblemático é o da Guarda Nacional Republicana (GNR), dada a sua dimensão e tendo em conta a possibilidade de nomeação diferenciada de delegados acima mencionada.

A concessão do estatuto de utilidade pública desportiva confere à FEP não só uma universalidade de poderes, mas, essencialmente, uma universalidade de responsabilidades e

obrigações que não se podem coadunar, estamos em crer, com a tomada de decisões que possam resultar da violação de normas legais imperativas.

Do próprio RJFD resulta evidente - em concreto, da alínea a), nº1, do seu artigo 21º - que o estatuto de utilidade pública desportiva poderá ser suspenso se ocorrer violação das regras de organização e funcionamento interno das federações desportivas.

Incumbindo ao Governo assegurar o cumprimento do estatuto de utilidade pública desportiva das federações desportivas, cabe-lhe promover que a FEP cumpra a legislação imperativa vigente, introduzindo, se necessário, alterações no seu normativo interno, sob pena de suspensão daquele estatuto.

Ora, tendo em consideração quanto ficou exposto, os normativos internos da FEP padecem de várias ilegalidades, sendo a mais grave a que decorre da aplicação conjugada do artigo 29º dos estatutos da FEP com os artigos 3º e 4º do Regulamento eleitoral da FEP, relativas à representação no Congresso (assembleia geral) e à designação dos delegados representativos, uma vez que é violado de forma expressa o nº 5 do artigo 36º do Regime Jurídico das Federações Desportivas e as Condições de Atribuição de Estatuto de Utilidade Pública Desportiva (RJFD), aprovado pelo Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei nº 93/2014, de 16 de junho.

Nestes termos, se requer a V. Exa., com a urgência que o assunto exige, se digne a dar cumprimento ao disposto no RJFD, nomeadamente verificando e zelando pelo cumprimento do estatuto de utilidade pública desportiva, advertindo a FEP, se for caso disso, de todas as consequências legais relativas a tal incumprimento.

Mais se informa que, estando em causa uma matéria eminentemente jurídica ou legislativa, os signatários asseguraram a assessoria da sociedade de Advogados Vitalino Canas e Associados, a qual, através do advogado Rui Valentim (rv@vitalinocanas.pt), está totalmente disponível para debater este assunto e propor as alterações necessárias para colmatar as ilegalidades acima expostas.

Em anexo: Cópias dos estatutos e Regulamento eleitoral da FEP.

7/9

FEP)

De V. Exas (Delegados ao congresso da

Atentamente

Exmo. Sr. Dr. João Paulo Rebelo
Secretário de Estado da Juventude e Desporto

V. Referência nº: 529/2017

Ent.: 1908/2017

Proc. Nº: 100.20.01

Antes do mais, agradecemos o reencaminhamento, pelo Chefe de Gabinete de V. Exa., da cópia da informação SC_DJA_0294/2017, elaborada pelos Serviços Centrais do IPDJ, sobre o sistema eleitoral da Federação Equestre Portuguesa, em resposta a solicitação prévia de vários delegados ao Congresso da mesma.

Apraz-nos registar que, no ponto 8 da sua informação, o IPDJ reconhece a violação pela FEP do nº 2 do artigo 38º do Decreto-Lei nº 248-B/2008 (Regime Jurídico das Federações Desportivas, RJFD). Isso justifica e fundamenta o requerimento que formulamos no final.

No que toca aos demais aspectos, o IPDJ e, tacitamente, V. Exa., não nos reconheceram razão. Não nos podemos, todavia, conformar, pelo que cumpre rebater os argumentos aduzidos pelo IPDJ. Estamos seguros que será útil para V. Exa., como intérprete e garante do interesse público, conhecer a oposição aos argumentos desenvolvidos na mencionada informação, por forma a contribuir para a compreensão de diversas ilegalidades que, estamos em crer, não só existem como deverão prontamente ser corrigidas.

Passemos, então e primeiramente, a contrapor quanto aos argumentos apresentados:

A) Da violação do nº 5 do artigo 36 do DL nº 248-B/2008

Dispõe o nº 5 do artigo 36 do DL nº 248-B/2008:

“Nas federações desportivas de modalidades individuais o número de delegados representantes de clubes ou das respectivas associações distritais e regionais não pode ser superior a 70 %, cabendo a cada uma dessas entidades idêntico número de

delegados, devendo os restantes 30 % ser distribuídos de entre praticantes, treinadores e árbitros ou juizes nos termos do número anterior”

A alegação dos ora signatários quanto a esta matéria passou por evidenciar que:

Da conjugação da aplicação dos estatutos da FEP e do seu regulamento eleitoral, resulta evidente que a composição do congresso infringe de forma notória as disposições legais imperativas aplicáveis, sendo certo que (algumas) ... entidades coletivas, ... , possuem a possibilidade de nomear um número superior ou inferior de delegados, contrariamente ao legalmente permitido.

Isto é, da conjugação referida no parágrafo anterior resulta que os clubes representados no congresso, os designados “Sócios”, têm representações de delegados diferenciadas em função do número de praticantes que supostamente “têm”.

O próprio IPDJ reconhece que o disposto nos artigos 3 e 4 do Regulamento Eleitoral da FEP permite um número diferenciado de delegados a cada clube, em função do número de praticantes que, por via de procedimentos muito discutíveis, a FEP lhes reconhece. Dúvidas não restam que existe a assunção por parte daquela entidade de que um clube com mais atletas poderá ter mais delegados, sendo certo que a FEP tem vindo a prevalecer-se desta interpretação, em claro arrepio ao legalmente imposto.

Assinale-se, porém, que apenas os poucos clubes “sócios” têm direito a designar delegados (entre 2 e 8 cada um e não entre 1 e 4, como parece crer o IPDJ, talvez deficientemente informado). Contrariamente, mais de 100 clubes, apesar de regularmente inscritos na FEP, encontram-se privados de qualquer representação no congresso.

No ponto 6 da sua informação, o IPDJ não vê nisso nenhuma violação direta ou indireta da disposição legal acima mencionada.

Com efeito, uma das interpretações do IPDJ da regra que flui do nº 5 do artigo 36 do DL nº 248-B/2008 é a seguinte:

“...é uma regra de paridade entre o «conjunto» dos delegados eleitos em representação dos clubes e o «conjunto» dos delegados eleitos em representação das associações distritais e regionais de clubes, caso a representação dos clubes se desdobre por estas duas “categorias”.

Com o devido respeito, não poderíamos estar mais em desacordo com esta afirmação. Não logramos compreender como a menção *individualizadora* a cada uma daquelas entidades (cada um dos clubes e cada uma das associações) se pode transformar numa menção *generalizadora* a conjuntos ou categorias de entidades (conjunto de todos os clubes em contraposição com o conjunto de todas as associações).

É claro que o legislador pretendeu, única e exclusivamente, assegurar que cada uma das coletividades, sejam clubes ou associações, possua um número indistinto de delegados independentemente da sua constituição, dimensão e número de praticantes.

Aliás, conforme já se havia mencionado na exposição remetida, o próprio legislador, no preâmbulo do RJFD, nos vem perentoriamente esclarecer a situação ao afirmar que:

“...nas modalidades individuais, a regra é a de que os clubes (ou as suas associações) devem, em qualquer caso, possuir o mesmo número de delegados.”

Outro manifesto equívoco no qual obra o IPDJ consiste na sua convicção de que a FEP respeita o dispositivo legal em apreço no que se refere ao limite máximo de 70% dos delegados a atribuir aos clubes. Suportando-se em justificações inaceitáveis, uma vez que se trata de uma norma imperativa, tal limite nunca foi respeitado nas últimas assembleias gerais, inclusivamente a eleitoral, o que só por si justificaria a respectiva nulidade.

Assim, pugna-se simplesmente pelo respeito relativamente ao que resulta da disposição em apreço e, estamos em crer, do próprio espírito do diploma, ou seja, o de promover a igualdade de delegados nomeados pelos clubes ou associações.

B) Da inscrição como sócios das pessoas singulares

Atento ao teor do ponto 7, é possível discernir as seguintes afirmações:

- A) “Não existe uma categoria de sócios, as pessoas singulares”*
- B) “O que sucede é que, dentro das diferentes categorias de sócios..., se prevê a existência de pessoas singulares e colectivas”*
- C) “...é o que sucede, óbvia e naturalmente, na categoria de «sócios ordinários», nas tipologias “praticantes”, “técnicos” e “oficiais de competição”.*

Pretendeu com isto o IPDJ defender, contrariamente ao exposto pelos ora signatários, que não existe qualquer limitação ao direito de representação no Congresso por parte das pessoas singulares.

Ora, tal conclusão não podia estar mais longe da verdade, conforme adiante se demonstrará.

O RJFD proíbe às federações desportivas recusar a inscrição dos agentes desportivos que são, todos eles, pessoas singulares (art.º 9º). No desenvolvimento de tal proibição, viram-se os estatutos da FEP compelidos a dispor que não pode ser recusada a inscrição de “pessoas singulares” (art.º 8º).

Ora, uma inscrição só pode ser entendida como o acto jurídico gerador da qualidade de inscrito, que também se pode designar de membro ou sócio.

A inscrição não pode ser confundida com a filiação, que atribui aos agentes desportivos uma autorização ou licença federativa para exercerem, no seu âmbito, as respectivas actividades.

Atente-se ao significado inequívoco do nº 2 do artigo 7º dos Estatutos da FEP, com o seguinte texto:

“Podem ser Sócios (“da FEP”):

- a) As sociedades, clubes, agrupamentos de clubes, associações e outras entidades que se dediquem em território nacional à prática ou promoção do desporto equestre em qualquer das suas disciplinas ou promovam a realização de provas relacionadas com o Desporto Equestre.
- b) As instituições que, embora de carácter não desportivo, desenvolvam actividades relevantes para a prática ou promoção do Desporto Equestre.
- c) Os Praticantes Desportivos;
- d) Os Técnicos, nomeadamente Docentes, Treinadores, Ajudantes de Monitores, Instrutores e Mestres;
- e) O Oficiais de Competição, tais como Juízes, Directores de Campo, Comissários, Médicos-Veterinários e Árbitros.

De notar que os Estatutos se referem a cada um destes grupos no plural, sem lhes atribuir nenhuma diferenciação hierárquica, nem limitar as categorias das quais “podem ser sócios”.

Salvo melhor entendimento, urge questionar porque razão então não existe uma única pessoa singular das referidas em c), d) e e) que seja sócia ordinária da FEP, uma federação desportiva com milhares de filiados?

E, ainda, porque razão existem para cima de uma centena de clubes equestres, pessoas colectivas, que, apesar de estarem inscritos na FEP, não são dela sócios, pelo que não são representados por um único delegado na assembleia geral da FEP?

É evidente, estamos em crer, que tal como sugerido pelos ora signatários, o regulamento eleitoral nem sequer prevê a admissibilidade de representação por pessoas singulares e que tal configura, como se vê na prática, que nem sequer existem pessoas singulares como sócias ordinárias da FEP.

Acrescendo que, de facto, o desenvolvimento estatutário e regulamentar, corporizado em encargos financeiros e entraves administrativos, impede as pessoas singulares e afugenta a esmagadora maioria das pessoas colectivas de se tornarem sócias da FEP.

Aliás, é possível afirmar que, na prática, a FEP “obriga” a que as pessoas singulares para se poderem filiar nesta federação o façam por intermédio de um clube ou outra entidade, contrariamente à natureza deste desporto, enquanto modalidade individual, e até contrariamente ao princípio basilar constitucional da liberdade de associação, com assento no artigo 46º da Constituição da República Portuguesa.

C) Das Instituições não desportivas

No ponto 8 da sua informação, o IPDJ acaba por concluir no sentido do reconhecimento da possibilidade de violação pela FEP do Decreto-Lei nº 248-B/2008 (RJFD).

Desta conclusão não pode deixar de se extrair consequências.

Com efeito, e em consonância com a interpretação do IPDJ, às instituições de carácter não desportivo, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2 do artigo 38º deste diploma, está limitado a 3% o número de delegados atribuídos.

Ora, uma vez que o número total de delegados mandatados para a assembleia geral da FEP é de 94, caberiam, no máximo, a estas “instituições” 2 delegados, sendo certo que, por exemplo a GNR, tem participado nas assembleias gerais da FEP, inclusivamente nas eleitorais, com até 8 delegados.

Forçoso é concluir, como bem concluiu o IPDJ, pela manifesta e reiterada violação da legislação imperativa aplicável.

Assim, Senhor Secretário de Estado, é imperativo não compactuar com estas situações de manifesta ilegalidade, as quais, como se vê, estão diretamente identificadas e reconhecidos pelos próprios serviços governamentais.

Face ao exposto, requer-se a V. Exa., com carácter de urgência e tendo em consideração a tutela governamental face ao estatuto de utilidade pública desportiva atribuído à FEP, o seguinte:

- 1) Se digne, tendo em consideração o que ficou acima exposto e as ilegalidades claramente detetadas, a ordenar a notificação da FEP para que esta, no prazo máximo de 90 dias, proceda à alteração dos seus estatutos e regulamentos de forma a que estes se conformem com a legislação e princípios aplicáveis;
- 2) Que após a efetivação da alteração estatutária e regulamentar supra requerida, se ordene à FEP que proceda à marcação de novas eleições por forma a regularizar as vigentes ilegalidades na composição do congresso e na nomeação dos atuais corpos sociais, visto que ocorreram ao abrigo das mencionadas normas estatutárias e regulamentares inválidas;

Tudo sob pena da perda imediata e compulsiva do estatuto de utilidade pública desportiva que ainda lhe está conferido.

Sem outro assunto de momento, requer-se, respeitosamente, a melhor atenção e deferimento quanto ao exposto e solicitado.

Com os melhores cumprimentos,

Em Lisboa, a 10 de Janeiro de 2018



Campeões e Vice-Campeões



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

CAMPEÕES E VICE-CAMPEÕES 2018

"CAMPEONATO DE PORTUGAL DE OBSTÁCULOS"

VETERANOS

- 1º LUIS SANTOS CORREIA FEP N.º 370 C/ COCKETE FEP N.º 6665
- 2º MANUEL CONCIO FONSECA FEP N.º 2899 C/ SALADIN SABLIERE FEP N.º 6907
- 3º FELIPA XARA BRASIL FEP N.º 2749 C/ MOUTARD D'ORVAL FEP N.º 6727

SENIORES

- 1º RODRIGO GIESTEIRA ALMEIDA FEP N.º 10675 C/HASSAN WITTEMOERE FEP N.º 9609
- 2º ANTONIO MATOS ALMEIDA FEP N.º 1752 C/ NIKEL DE PRESLE FEP N.º 8152
- 3º LUIS SABINO GONÇALVES FEP N.º 100 C/ DOMINKA LUCASHOEVE FEP N.º 10849

AMADORES

- 1º NELSON NETO FEP N.º 85 C/ GAIATA FEP N.º 8466
- 2º JOÃO SIMÕES DUARTE FEP N.º 2452 C/ FLOWER DU WEST FEP N.º 7944
- 3º MANUEL GASPAR DE BARROS FEP N.º 1170 C/ DONA DO PAÇO FEP N.º 6960

JOVENS CAVALEIROS

- 1º BERNARDO LADEIRA FEP N.º 14787 C/ UN KRUG EFELE FEP N.º 9879
- 2º PEDRO RAFAEL SOUSA CARVALHO FEP N.º 17299 C/ DONNER FEP N.º 8575
- 3º MIGUEL LOURENÇO PEREIRA FEP N.º 17812 C/ CLIFF FEP N.º 7568

JUNIORES

- 1º JORGE MARIA MARTINS ESCUDEIRO FEP N.º 20474 C/ ELIAS P FEP N.º 11347

PRÉ- JUNIORES

- 1º LUISA DE HORTA OSORIO FEP N.º 18631 C/ USTTI 9 Z FEP N.º 9194
- 2º ARTUR SANTOS GAIOLAS FEP N.º 18436 C/ CASALCO FEP N.º 7488
- 3º FRANCISCO HENRIQUES DA LUZ FEP N.º 24656 C/ QUICK LES PARTS FEP N.º 5947

JUVENIS

- 1º ANA TERESA CAMPOS SOUSA FEP N.º 19223 C/ CEBOMBA FEP N.º 6508
- 2º MARIA CAROLINA ALLEN OLIVEIRA FEP N.º 16672 C/ OITAVA FEP N.º 1112
- 3º CARLOTA TOMAS PIRES FEP N.º 20696 C/ EVITA J FEP N.º 7925

PRE-JUVENIS

- 1º LUIS MARIA COSTA BRAGANÇA FEP N.º 16237 C/ NEPAL DE BATILLY FEP N.º 3481
- 2º MARIANA HENRIQUE SANTOS FEP N.º 19458 C/ VALCO FEP N.º 5722

INICIADOS

- 1º MARIA FRANCISCA CARDOSO CORREIA FEP N.º 26035 C/ CAIPI 7 FEP N.º 6479
- 2º ALICE ROCHA LARUÇA FEP N.º 24826 C/ ZUCA DO BELMONTE FEP N.º 9821
- 3º AFONSO FERREIRA REBELO FEP N.º 27506 C/ CABDULA I T FEP N.º 7613

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4.º Dt.
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telos. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 144/93

"CRITERIO DE CAVALOS DE 4 ANOS" (Obstáculos)

- 1º ALEXANDRE JOSE RAMOS FAUSTINO FEP Nº 4355 C/ DIFERENCIO VAN HET
LINDENHOF Z FEP Nº 11492
2º ANDRE MIGUEL LOPES SIMÃO FEP Nº 261 C/ CHEDE N Z FEP Nº 11434

"CRITERIO DE CAVALOS DE 5 ANOS" (Obstáculos)

- 1º BERNARDO PEREIRA LADEIRA FEP Nº 14787 C/ ICALVERDI DE CEIA FEP Nº 10874
2º JOAO PEDRO AFRA CHAROLA FEP Nº 1174 C/ NAJAC VH KLUIZEBOS FEP Nº 11057

"CRITERIO DE CAVALO DE 6 ANOS" (Obstáculos)

- 1º EDUARDO DIAS NETTO DE ALMEIDA FEP Nº 45 C/ CLINTON DU TEMPLE FEP Nº 11119
2º GONÇALO MARIA CARVALHO MARTINS FEP Nº 1733 C/ HOLLY CHAY HERMIDA FEP
Nº 10376

"CRITERIO DE CAVALOS DE 7 ANOS" (Obstáculos)

- 1º IVO CARVALHO FEP Nº 813 C/ GAIATO C FEP Nº 8701
2º CAROLINA OLIVEIRA GONÇALVES FEP Nº 109 C/ GUILTY-S FEP Nº 10055

"TAÇA DE PORTUGAL DA JUVENTUDE" (Obstáculos)

JUNIORES

- 1º ARTUR SANTOS GAIOLAS FEP Nº 18436 C/ CASALCO FEP Nº 7488
2º FRANCISCO VAZ FONTES FEP Nº 19701 C/ CHALOU DU ROUET FEP Nº 7655
3º BERNARDO MARIA NOBRE PALMA FEP Nº 19422 C/ VRITZ 2 FEP Nº 10072

PRE-JUNIORES

- 1º DIOGO PORTELA MENDES FEP Nº 18618 C/ CASHMAN'S SPIRIT FEP Nº 9244
2º INES ISABEL GUERREIRO BICA FEP Nº 24568 C/ TALLULAH 7 FEP Nº 6887
3º JOÃO MANUEL ALVES DA SILVA FEP Nº 22087 C/ EDWARD FEP Nº 9864

JUVENIS

- 1º MARIA CAROLINA ALLEN OLIVEIRA FEP Nº 16672 C/ OITAVA FEP Nº 1112
2º FRANCISCO MIGUEL MENDONÇA PEIXE FEP Nº 23470 C/ CLYDE LVB Z FEP Nº 7463

PRE-JUVENIS

- 1º GUSTAVO GALVÃO GRANJO FEP Nº 24086 C/ TALENT DE CLEM FEP Nº 7455
2º BARBARA SANTANA FERNANDES FEP Nº 28082 C/ VALETTE CANEDOS FEP Nº 3061
3º JOÃO TOMAS ESPADINHA FEP Nº 28840 C/ TITAN R FEP Nº 2644

INICIADOS

- 1º AFONSO FERREIRA REBELO FEP Nº 27506 C/ CABDULA I T FEP Nº 7613
2º ANA SOFIA ALLEN OLIVEIRA FEP Nº 16671 C/ FLY DA GRANJA FEP Nº 8215
3º ALEXANDRE MARTINS MALTA FEP Nº 18020 C/ INDIO DO VALE RIO FEP Nº 11168

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 144/93

"TROFEU DE AMAZONAS - OBSTÁCULOS"

- 1º BEATRIZ FERREIRA GOMES FEP Nº 11631 C/ PANTARO FEP Nº 4807
2º MARIA DO CARMO NOBRE PALMA FEP Nº 25856 C/ ANDIAMO 241 FEP Nº 5516
3º VICTORIA LYNDEN BURD FEP Nº 8366 C/ CASSIOPEE RUMEL FEP Nº 10033

"CAMPEONATO NACIONAL DE CCE"

VETERANOS

- 1º LAURO AUGUSTO DIAS MARINHO FEP Nº 3780 C/ ARTUR FEP Nº 6844
2º JORGE D'ALMEIDA MARECOS DUARTE FEP Nº 17 C/ DIABLO B FEP Nº 9759
3º LUIS CARLOS GOMES DA SILVA FEP Nº 803 C/ FAVORITO FEP Nº 10125

SÉNIORES

- 1º RICARDO GUERREIRO FEP Nº 547 C/ HAVANO FEP Nº 9824

JUNIORES

- 1º MARIA MADALENA BRAZ FEP Nº 19725 C/ BECAS FEP Nº 7865
2º ANA FILIPA TEIXEIRA FEP Nº 22854 C/ APOLLO FEP Nº 8698
3º PAULO LUCINDO FEP Nº 11323 C/ FAQUEIRO FEP Nº 11373

"CAMPEONATO NACIONAL DE RAIDES"

SENIORES

- 1º MARIA PRAZERES FEP Nº 12524 C/ UVA DU CAMBOUT FEP Nº 7656
2º JOÃO PEDRO PEREIRA LOPES FEP Nº 3894 C/ FAISER FEP Nº 8972
3º MARGARIDA OLIVEIRA SOARES FEP Nº 6668 C/ DALI AL BIARRITZ FEP Nº 7233

"CAMPEONATO NACIONAL DE ENSINO"

SENIORES

- 1º DANIEL CARVALHO PINTO FEP Nº 495 C/ SANTURION DE MASSA FEP Nº 5629
2º VASCO MIRA GODINHO FEP Nº 5563 C/ BARILOCHE FEP Nº 6222
3º MIGUEL RALÃO DUARTE FEP Nº 347 C/ XENOFONTE D'ATELA FEP Nº 5006

JOVENS CAVALEIROS

- 1º MARTIM MENERES FEP Nº 19637 C/ EQUADOR FEP Nº 8262
2º YOANN PINTO FEP Nº 19759 C/ DOURO FEP Nº 6480
3º CATARINA LOPES FEP Nº 10678 C/ FALCAO FEP Nº 8441

JUNIORES

- 1º MAFALDA DEITADO FEP Nº 22583 C/ BANDOLIM FEP Nº 8732
2º CATARINA VELEZ DE MELO FEP Nº 25989 C/ ZIG-ZAG QTA. DO TAGU FEP Nº 9296
3º JUSTINO ALVES FEP Nº 28653 C/ AVIÃO FEP Nº 10433

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 144/93

JUVENIS

- 1º MARIA DA GRAÇA ABECASIS FEP Nº 20674 C/ DIVAGANTE DO PILAR FEP Nº 6413
2º AFONSO RESINA ANTUNES FEP Nº 30129 C/ VIÇOSO DA BROA FEP Nº 10793
3º MARIA BENEDITA GONÇALVES FEP Nº 20680 C/ TOLEIRÃO FEP Nº 11430

U-25

- 1º ALEXANDRA GOUVEIA FEP Nº 12842 C/ ARTISTA FEP Nº 8378
2º MARIA INES CANCIO FEP Nº 14383 C/ XEQUE-MATE FEP Nº 6631
3º MARIANA ASSIS DA SILVA FEP Nº 16815 C/ VULCAO P Nº 5752

“EQUITAÇÃO ADAPTADA”

GRAU I

- 1º ANA ISABEL MOTA VEIGA FEP Nº 706 C/ CONVICTO LV FEP Nº 8719
2º JOSÉ AUGUSTO NEVES FEP Nº 24009 C/ VENDETTO C. FEP Nº 5285
3º RITA LAGARTINHO OLIVEIRA FEP Nº 3702 C/ OPOSTA DE FOJA FEP Nº 4081

GRAU III

- 1º MARIA INÊS TEIXEIRA FEP Nº 9256 C/ GIRALDO SERNADINHA FEP Nº 10461

GRAU IV

- 1º PEDRO MANUEL FÉLIX FEP Nº 22365 C/ DARCO FEP Nº 7681

CAMPEONATO NACIONAL DE ENSINO “OPEN”

NÍVEL PRELIMINAR

- 1º FILIPA CARNEIRO FEP Nº 7688 C/ JUDEU OC FEP Nº 11012
2º BRUNO MOREIRA FEP Nº 2105 C/ JAVA DA HERMIDA FEP Nº 11191
3º DENISE NUNES INES FEP Nº 5556 C/ ICARO FEP Nº 11084

NÍVEL ELEMENTAR

- 1º MAFALDA GALIZA MENDES FEP Nº 120 C/ ISCO FEP Nº 10023
2º MIGUEL DUARTE RICO FEP Nº 14495 C/ IMPERADOR DR FEP Nº 11274
3º MATILDE BARROTE FEP Nº 30584 C/ TROIA FEP Nº 2273

NÍVEL MÉDIO

- 1º SILVIA PENHA DA GRAÇA FEP Nº 20648 C/ RUBITA FEP Nº 9855
2º IRIS COSTA FEP Nº 21773 C/ SAFADO FEP Nº 10554
3º MARIA EDUARDA VELOSO FEP Nº 30713 C/ CANTOR FEP Nº 8028

NÍVEL COMPLEMENTAR

- 1º FILIPA ISABEL SANTANA BICO FEP Nº 9823 C/ BIOMUNDO FEP Nº 8461
2º MARIA MIGUEL COSTA LASCASAS FEP Nº 14708 C/ DUELO FEP Nº 11209
3º JOÃO MIGUEL DA PIEDADE FERNANDES FEP Nº 23851 C/ EQUADOR FEP Nº 9541

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº

1000-201 Lisboa

PORTUGAL

Telef. +351 218 478 775

Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

SMALL TOUR

- 1º GONÇALO DIABINHO FEP N.º 18024 C/ DEVOTO FEP N.º 7120
2º GUSTAVO MENDES FEP N.º 5857 C/ FEITICEIRO FEP N.º 9387
3º FILIPA CARNEIRO FEP N.º 7688 C/ EMBAIXADOR FEP N.º 7785

MEDIUM TOUR

- 1º DANIEL CARVALHO PINTO FEP N.º 495 C/ E ZUZU FEP N.º 8442
2º RAQUEL RIBEIRO SILVA FALCAO FEP N.º 8542 C/ CAMINHEIRO FEP N.º 6568
3º SARA TOME MEDEIROS BERNARDO CABRAL FEP N.º 8129 C/ ESGUIA FEP N.º 7946

“CAMPEONATO DA JUVENTUDE DE PÓNEIS”

INFANTIS

- 1º VITÓRIA ALEM REAME FEP N.º 23694 C/ SHERBERTON BARNY
RUBBLE FEP N.º 9716
2º ALICE DE CARVALHO OSORIO GUEDES NOGUEIRA FEP N.º 27834 C/ DIVINO FEP N.º
10027

INICIADOS

- 1º FRANCISCO MOURA BRAZ FEP N.º 27062 C/ DER KLEINE CHOCO-BOY WE FEP N.º
9885
2º GONÇALO CASTRO MONTEIRO FEP N.º 22595 C/ MOLLEHUSEN WILLIAM FEP N.º 9550
3º RITA MOURA BRAZ FEP N.º 29692 C/ XECO FEP N.º 4270

JUVENIS

- 1º FRANCISCA CRISTOVÃO CASTRO MONTEIRO FEP N.º 18648 C/ DER KLEINE CHOCO-
BOY WE FEP N.º 9885
2º MARIA DIOGO DA SILVA FEP N.º 31327 C/ BUGIO FEP N.º 9561

CRITÉRIO DE CAVALO DE 4 ANOS (Ensino)

- 1º ROBERTO JESUS FEP N.º 12123 C/ JOCKEY FEP N.º 11147
2º VASCO MIRA GODINHO FEP N.º 5563 C/ JURA DA HERMIDA FEP N.º 11482
3º BRUNO MOREIRA FEP N.º 2105 C/ JAVA DA HERMIDA FEP N.º 11191

CRITÉRIO DE CAVALO DE 5 ANOS (Ensino)

- 1º VASCO MIRA GODINHO FEP N.º 5563 C/ IMPERADOR DOS CEDROS FEP N.º 10223

CRITÉRIO DE CAVALO DE 6 ANOS (Ensino)

- 1º VASCO MIRA GODINHO FEP N.º 5563 C/ HABIL FEP N.º 9672

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4.º D.º
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 144/93

"TAÇA DE PORTUGAL DE ENSINO"

NÍVEL PRELIMINAR

- 1º ROBERTO JESUS FEP Nº 12123 C/ JOCKEY FEP Nº 11147
2º BRUNO MOREIRA FEP Nº 2105 C/ JAVA DA HERMIDA FEP Nº 11191
3º SOFIA MACHADO COSTA FEP Nº 7877 C/ JAZZ FEP Nº 11332

NÍVEL ELEMENTAR

- 1º MAFALDA GALIZA MENDES FEP Nº 120 C/ ISCO FEP Nº 10023
2º JOÃO PEDRO CARDIGA FEP Nº 3105 C/ IRISH COFFEE FEP Nº 11078
3º DIOGO RAIMUNDO FEP Nº 8077 C/ IUCA FEP Nº 10568

NÍVEL MÉDIO

- 1º LUIS AZEITONA FEP Nº 7453 C/ HIPPARION FEP Nº 9273
2º PEDRO SOUSA FEP Nº 10570 C/ HEROI DA MALHADINHA FEP Nº 9304

NÍVEL COMPLEMENTAR

- 1º NICOLE SILVA FEP Nº 20902 C/ EVIMAR FEP Nº 10210
2º IRIS RITO MIRANDA FEP Nº 1341 C/ GARBO FEP Nº 8707

NÍVEL S.GEORGE/INTERMEDIARIA I

- 1º GUSTAVO MENDES FEP Nº 5857 C/ FEITICEIRO FEP Nº 9387
2º FILIPA CARNEIRO FEP Nº 7688 C/ EMBAIXADOR FEP Nº 7785
3º VANESSA SILVA FEP Nº 8267 C/ SERANO FEP Nº 6572

NÍVEL INTERMEDIARIA II/GRANDE PRÉMIO

- 1º RICARDO MOURA TAVARES FEP Nº 5897 C/ BALUARTE DA BROA FEP Nº 9923
2º EMMA FRANCO FEP Nº 55 C/ ZOLISTA FEP Nº 4143

"CAMPEONATO NACIONAL DE ATRELAGEM"

1 CAVALO

- 1º JORGE MIGUEL DOMINGUES CAPELA FEP Nº 25969 C/ XIHADO FEP Nº 5859
2º JOÃO ANTÓNIO TRIGUINHO LOPES FEP Nº 22356 C/ DARDO FEP Nº 9010

PARELHAS

- 1º EDUARDO FILIPE SOUSA SALVADOR RIBEIRO FEP Nº 8697 C/ BEIRUTE FEP Nº 5636,
DURAO FEP Nº 6884
2º VITOR MANUEL FRIAS OLIVEIRA FEP Nº 13899 C/ D'ARTAGNAN FEP Nº 7332, D'VINCI
FEP Nº 7419

4 CAVALOS

- 2º CARLOS JORGE PARRY BRANCO APOLINARIO FEP Nº 1034 C/ BAIO DE ALCAMÉ FEP
Nº 10856, EL DORADO PABIOLA FEP Nº 10857, DAMASCO FEP Nº 11671, CAMILA DE
ALCAMÉ FEP Nº 11672

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

PÓNEIS JUVENIS

- 1º VASCO ALEGRIA GARCIA SALVADOR RIBEIRO FEP N.º 25262 C/ MUNBUS THORWALD
FEP N.º 6214
2º BERNARDO VILARINHO LOSA FEP N.º 20999 C/ PARDAL FEP N.º 5525

“CAMPEONATO NACIONAL COMBINADO DE MARATONA DE ATRELAGEM”

CATEGORIA - 1 CAVALO

- 1º FERNANDO FRANCISCO ASSUNÇÃO ALMEIDA FEP N.º 13900 C/ BIARRITZ FEP N.º 6748
2º FABIO ANDRE VIEIRA ALMEIDA FEP N.º 23209 C/ IMPERADOR FEP N.º 10656
3º MARCO GABRIEL SANTOS MARTINS FEP N.º 22483 C/ ANGEL FEP N.º 7362

CATEGORIA - PARELHAS

- 1º EDUARDO FILIPE SOUSA SALVADOR RIBEIRO FEP N.º 8697 C/ BEIRUTE FEP N.º 5636,
DURAO FEP N.º 6884
2º HUGO AMANDIO OLIVEIRA FRIAS FEP N.º 2157 C/ DUC LOYAL FEP N.º 5438, HORUS
FEP N.º 10684

CATEGORIA - 4 CAVALOS

- 1º CARLOS JORGE PARRY BRANCO APOLINÁRIO FEP N.º 1034 C/ BAIO DE ALCAMÉ FEP
N.º 10856, EL DORADO PABIOLA FEP N.º 10857, DAMASCO FEP N.º 11671, CAMILA DE
ALCAMÉ FEP N.º 11672
3º VITOR MANUEL FRIAS OLIVEIRA FEP N.º 13899 C/ VALLIANT FEP N.º 5022,
D'ARTAGNAN FEP N.º 7332, D'VINCI FEP N.º 7419, GIVAN FEP N.º 9927

CATEGORIA - 2 PONEIS

- 1º ANDRÉ FILIPE SOARES FEP N.º 23647 C/ HABIBE FEP N.º 10349, IRANICA FEP N.º 10350

“CAMPEONATO NACIONAL DE TREC”

SÉNIORES

- 1º NUNO BERNARDO FEP N.º 28613 C/ INDY FEP N.º 11322

JUNIORES

- 1º DIOGO SOUSA FEP N.º 27424 C/ Z-BAHIANA FEP N.º 5541
2º SARA JUNQUEIRA FEP N.º 25898 C/ IBÉRIO FEP N.º 11142
3º LEONOR SALAS FEP N.º 24618 C/ UVA FEP N.º 9031

“TAÇA DE PORTUGAL DE TREC”

SÉNIORES

- 1º NUNO BERNARDO FEP N.º 28613 C/ BUGATTY FEP N.º 9557

JUNIORES

- 1º DIOGO SOUSA FEP N.º 27424 C/ Z-BAHIANA FEP N.º 5541
2º SARA JUNQUEIRA FEP N.º 25898 C/ IBÉRIO FEP N.º 11142
3º NATACHA NUNES FEP N.º 24621 C/ FAMOUS FEP N.º 11323

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4.º D.º
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77

Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

“CAMPEONATO NACIONAL DE HORSEBALL” SENIOR MISTO

1.º HORSEBALL QUINTA DA FIGUEIRA

2.º SINTRA HORSEBALL TEAM

2.º HORSEBALL CLUBE DE ALGUEIRÃO

“CAMPEONATO NACIONAL DE HORSEBALL” – CHALLENGE SUB. 16

1.º HORSEBALL CLUBE COLÉGIO VASCO DA GAMA

2.º LA MURALLA

3.º QUINTA DE SANTO ANTÓNIO

CAMPEONATO NACIONAL DE EQUITACÃO DE TRABALHO

ESCALÃO DE CAVALOS DEBUTANTES

1.º MAFALDA GALIZA MENDES FEP N.º 120 C/ ISCO FEP N.º 10023

2.º JOÃO BENTO FEP N.º 1990 C/ ISRAEL FEP N.º 10028

3.º JOÃO ANDRÉ GONÇALVES FEP N.º 5420 C/ GRACIOSO II FEP N.º 11238

ESCALÃO SUB-16

1.º NICOLE SILVA FEP N.º 20902 C/ HABIL DE SENA FEP N.º 8898

2.º JOÃO TOMÁS RIBEIRO BARBOSA FEP N.º 25520 C/ HOBBY FEP N.º 9302

3.º CAROLINA MENDES MARIANI FEP N.º 25463 C/ FAIAL FEP N.º 10115

ESCALÃO SUB-20

1.º GONÇALO MENDES MORAIS FEP N.º 25058 C/ ESTOQUE FEP N.º 9301

2.º DIOGO DUARTE OLIVEIRA FEP N.º 21484 C/ HEROS FEP N.º 10265

3.º MARGARIDA COSTA FEP N.º 24497 C/ ELBANO FEP N.º 10247

ESCALÃO CAVALEIROS CONSAGRADOS

1.º GILBERTO FILIPE FEP N.º 23205 C/ ENDIABRADO FEP N.º 9408

2.º JOÃO ANDRÉ GONÇALVES FEP N.º 5420 C/ DAMASCO FEP N.º 7005

3.º MAFALDA GALIZA MENDES FEP N.º 120 C/ GAMBRINO FEP N.º 9214

ESCALÃO DE MASTERS

1.º GILBERTO FILIPE FEP N.º 23205 C/ ZINQUE DAS LEZIRIAS FEP N.º 7641

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Av. Manuel da Maia 26, 4.º Dr.º

1000-201 Lisboa

PORTUGAL

Telefs. +351 218 478 775

Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 144/93

CAMPEONATOS DO MUNDO E EUROPA 2018

Campeonato da Europa de Concurso Completo de Júniores e Jovens Cavaleiros

Fontainebleau (França), 8 a 15 de Julho

CAVALEIRO	CAVALO	CAT.	CLASS	TOTAL PAISES	TOTAL PART.
Anthony Lupi Hart	Tredstep Romeo	J	15º	18	67
Joaquim Grave	Formiga	Y	Elim.	18	62

Campeonato da Europa de Dressage Children, Júniores e Jovens Cavaleiros Fontainebleau (França), 8 a 15 de Julho

CAVALEIRO	CAVALO	CAT.	CLASS.	EQUIPA	TOTAL PART.	TOTAL PAISES
Maria da Graça Abecasis	Divagante do Pilar	Ch	37º/40º	8º/8	44	20
Afonso Resina Antunes	Viçoso da Broa	Ch	40º/39º	8º/8	44	20
Maria Laureano Santos	Carisma	Ch	42º/42º	8º/8	44	20
Maria Piedade Calheiros	Fausto da Sernadinha	J	59º/61º	14º/16	68	24
Maria Mafalda Deitado	Bandolim	J	55º/59º	14º/16	68	24
Sebastião Lucas Lopes	Arrogante	J	46º/23º	14º/16	68	24
Francisca Monteiro	Weserprinz 3	J	43º/54º	14º/16	68	24
Mariana Assis Silva	Upendo	Y	54º/56º	11º/13	61	21
Catarina Lucas Lopes	Falcão	Y	57º/34º	11º/13	61	21
Martim Meneres	Equador	Y	25º/16º/8º	11º/13	61	21
Yoann Pinto	Douro	Y	38º/42º	11º/13	61	21

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

**Campeonato do Mundo de Equitação de Trabalho
Munique (Alemanha), 10 a 13 de Maio**

CAVALEIRO	CAVALO	CLASS. IND.	CLASS. EQUIPA	TOTAL PART.	TOTAL PAISES
Gilberto Filipe	Zinque das Lezírias	1º	2º	45	15
João Gonçalves	Damasco	3º	2º	45	15
João Bento	Elástico	7º	2º	45	15
Vasco Godinho	Trigo	35º	2º	45	15

**Campeonato da Europa de Resistência Equestre (Juniões e Jovens
Cavaleiros)
Pisa, San Rossore (Itália), 25 e 26 de Julho**

CAVALEIRO	CAVALO	CLASS.	EQUIPA	TOTAL PART.
Pedro Sá e Almeida	Alto de Traclin	9º	Elim.	49/8
João Afonso Comenda	Forcado Hospitais	16º	Elim.	49/8
Luís Miguel Barradas	Estrela	Elim.	Elim.	49/8
João Pedro Carpinteiro	Tor Lor	Elim.	Elim.	49/8
Miguel Brasão	Ferrari	Elim.	Elim.	49/8

**Campeonato da Europa de Poneis (Saltos de Obstáculos)
Bishop Burton (Inglaterra), 7 a 12 de Agosto**

CAVALEIRO	CAVALO	CLASS.	EQUIPA	TOTAL PART.	PAISES
Molly Hughes Bravo	Carrickaduff Pet	11º	-	48	12

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582
www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei N.º 460/77
Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei N.º 144/93

**Campeonato da Europa de Children, Juniores e Jovens Cavaleiros de Saltos
de Obstáculos
Fontainebleau (França) – 8 a 15 de Julho**

CAVALEIRO	CAVALO	CAT	CLASS.	EQUIPA	PAISES	TOTAL PART.
Alexandra Bernardino	Chwupdiewup	Ch	30°	19°/20	25	99
Joana Santos Paz	Don Guan	Ch	91°	19°/20	25	99
Daniela Pereira Rodrigues	Diamant Wetts	Ch	80°	19°/20	25	99
Carlota Tomas Pires	Harmony do Casal	Ch	85°	19°/20	25	99
Jorge Escudeiro	Elias P	J	86°	21°/21	29	111
Francisco Fontes	Chalou du Rouet	J	89°	21°/21	29	111
Catarina Magalhães	Dicaprio	J	102°	21°/21	29	111
Nuno Tiago Gomes	Disco	Y	38°	13°/17	23	86
Bernardo Ladeira	Un Krug Efele	Y	45°	13°/17	23	86
Mafalda Costa Marques	El Tintoreta T	Y	82°	13°/17	23	86
Pedro Rafael Sousa Carvalho	Donner	Y	69°	13°/17	23	86

**Campeonato do Mundo de Juniores e Jovens Cavaleiros de TREC
Itália, 30 de Agosto a 1 de Setembro**

CAVALEIRO	Nº FEP	CAVALO	CAT	CLASS.	EQUIPA	Nº PAISES	TOTAL PART.
Sara Filipa Junqueira	25898	Bacardi	YR	16°	4/8	12	36
Diogo Alexandre Sousa	27424	Z-Bahiana	YR	19°	4/8	12	36
António Batuca	18635	Gaia	YR	20°	4/8	12	36
Eduardo Rodrigues	25371	Girassol	YR	22°	4/8	12	36
Leonor Salas Fernandes	24618	Uva	YR	26°	4/8	12	36

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA
Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº
1000-201 Lisboa
PORTUGAL
Telefs. +351 218 478 775
Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Instituição de Utilidade Pública - Dec. Lei Nº 460/77

Instituição de Utilidade Pública Desportiva - Dec. Lei Nº 44/93

**Campeonato da Europa de Horseball (Sub 16)
Bishop Burton (Inglaterra), 7 a 11 de Agosto**

CAVALEIRO	CAVALO	EQUIPA	TOTAL PART.	TOTAL PAISES
Beatriz Gonçalves	Kerlin 75%	4º		6
Francisco Cortesão	Questing Cherub	4º		6
Guilherme Ginja	Faisca	4º		6
Mariana Pereira	Va-Nessa	4º		6
Miguel Fernandes	Eleita	4º		6
Rui Ortega	Alvin Pimpão	4º		6
Sofia Banha	Utopia III	4º		6
Tomás Figueiredo	Zenkel	4º		6

FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Av. Manuel da Maia 26, 4º Dº

1000-201 Lisboa

PORTUGAL

Telefs. +351 218 478 775

Fax +351 218 474 582

www.fep.pt geral@fep.pt



Organizações Equestres Registadas



**FEDERAÇÃO
EQUESTRE
PORTUGUESA**

Nome	Concelho	Distrito
A.H.F. - ASSOCIAÇÃO HIPICA FAIALENSE	Horta	Ilha do Faial
ACADEMIA DO ALTO TEJO	Idanha-a-Nova	Castelo Branco
ACADEMIA EQUESTRE A NINFA	Setúbal	Setúbal
ACADEMIA EQUESTRE JOÃO CARDIGA - ASSOCIAÇÃO	Oeiras	Lisboa
ACATE - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO A TAURINOMANIA E EQUITACAO	Viana do Castelo	Viana do Castelo
ACOS - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	Beja	Beja
AERO CLUBE DA COSTA VERDE-CENTRO HIPICO DE ESPINHO	Espinho	Aveiro
ANTE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TURISMO EQUESTRE	Golegã	Santarém
ARDEA - ASSOCIAÇÃO REG. DESP. EQUESTRE AÇORES	Ponta Delgada	Ilha de São Miguel
AREP - ASSOCIAÇÃO DE RESISTENCIA EQUESTRE	Elvas	Portalegre
ASSINATURA DE MESTRE, CENTRO HIPICO LDA.	Felgueiras	Porto
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DESPORTO EQUESTRE	Caldas da Rainha	Leiria
ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES E AMIGOS DO PÓNEI DA TERCEIRA	Angra do Heroísmo	Ilha Terceira
ASSOCIAÇÃO EQUESTRE "OS AMIGOS DO PINTAS"	Caldas da Rainha	Leiria
ASSOCIAÇÃO EQUESTRE BRAGANÇA	Bragança	Bragança
ASSOCIAÇÃO EQUESTRE E CULTURAL QUINTA DAS BOAS NOVAS	Almada	Setúbal
ASSOCIAÇÃO EQUESTRE MICAENSE	Lagoa (São Miguel)	Ilha de São Miguel
ASSOCIAÇÃO H. CAVALO DE OBIDOS	Óbidos	Leiria
ASSOCIAÇÃO HIPICA DA MADEIRA	Funchal	Ilha da Madeira
ASSOCIAÇÃO HIPICA DO BIE	Faro	Faro
ASSOCIAÇÃO HIPICA EBORENSE	Évora	Évora
ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA SANTA EULALIA	Elvas	Portalegre
ASSOCIAÇÃO O SÍTIO	Vila do Conde	Porto
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA CRIADORES RAÇAS SELECTAS	Lisboa	Lisboa
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ATRELAGEM	Golegã	Santarém
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CCE	Alcochete	Setúbal
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA TURISMO EQUESTRE E TREC	Constância	Santarém
ASSOCIAÇÃO PURO SANGUE LUSITANO	Cascais	Lisboa
ASSOCIAÇÃO SALTO A CAVALO	Pombal	Leiria
C. EQUESTRE DA QTA DO SR DA SERRA	Sintra	Lisboa
C. H. QTA. BELOURA/LUSOQUITANIA - ACT. HIP. E TURISTICAS, S.A.	Sintra	Lisboa
CARLOS ALBERTO SILVA ABREU	Águeda	Aveiro
CASA DE SÃO CRISTÓVÃO	Almada	Setúbal
CASCAIS RIDING CLUB	Cascais	Lisboa
CEIA - CENTRO EQUESTRE INTERNACIONAL DE ALFEIZEIRO, LDA.	Alcobaça	Leiria
CENTRO DE DESPORTO EQUESTRE - MONTE DE SANTA LUZIA	Loulé	Faro
CENTRO EQ. DO CONC. MONTEMOR-O-VELHO	Montemor-o-Velho	Coimbra



FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Nome
CENTRO EQ. HERDADE DO OUTEIRO
CENTRO EQ. QUINTA DO CABRITO, LDA.
CENTRO EQUESTRE 20 KMS DE ALMEIRIM
CENTRO EQUESTRE ALTO RENDIMENTO DO SPORTING CP
CENTRO EQUESTRE ANTONIO RIBEIRO TELLES, LDA.
CENTRO EQUESTRE DA FONTE VELHA
CENTRO EQUESTRE DA LEZIRIA GRANDE
CENTRO EQUESTRE DA MAIA
CENTRO EQUESTRE DA TROFA
CENTRO EQUESTRE DE ABRANTES
CENTRO EQUESTRE DE SANTO ANDRE
CENTRO EQUESTRE DE TERLAMONTE
CENTRO EQUESTRE DE VALE DO LIMA
CENTRO EQUESTRE FACULDADE MEDICINA VETERINARIA
CENTRO EQUESTRE FRANCISCO ALCAIDE
CENTRO EQUESTRE LUSITANUS
CENTRO EQUESTRE MANSOS E COMPANHIA
CENTRO EQUESTRE MONTE DOS DUQUES
CENTRO EQUESTRE PICADEIRO D' ARRÁBIDA
CENTRO EQUESTRE TERCEIRENSE - QUINTA DO MALHINHA
CENTRO EQUESTRE TODOS A GALOPE - MONSANTO
CENTRO EQUESTRE VALE DE FERREIROS
CENTRO H. DA QTA DA GRANJA
CENTRO HIPICO - POUSADA DE ARRAIOLOS
CENTRO HIPICO "O MONTINHO"
CENTRO HIPICO ANTONIO LOPES ALEIXO
CENTRO HIPICO CAVALO AMIGO
CENTRO HIPICO COSTA ESTORIL
CENTRO HIPICO CRINUS
CENTRO HIPICO D' DUARTE
CENTRO HIPICO DA ARRUDA
CENTRO HIPICO DA FEIRA - CAVALOS & COMPANHIA
CENTRO HIPICO DA GONDOLANDIA
CENTRO HIPICO DA GUIA - HUGO TAVARES, LDA
CENTRO HIPICO DA ILHA TERCEIRA
CENTRO HIPICO DA SOBREDA, LDA.
CENTRO HIPICO DE ALCARIA LDA

ORGANIZAÇÕES EQUESTRES 2018

Concelho	Distrito
Portel	Évora
Abrantes	Santarém
Alpiarça	Santarém
Cascais	Lisboa
Coruche	Santarém
Portalegre	Portalegre
Vila Franca de Xira	Lisboa
Maia	Porto
Trofa	Porto
Abrantes	Santarém
Santiago do Cacém	Setúbal
Covilhã	Castelo Branco
Ponte de Lima	Viana do Castelo
Lisboa	Lisboa
Leiria	Leiria
Loulé	Faro
Almada	Setúbal
Benavente	Santarém
Setúbal	Setúbal
Angra do Heroísmo	Ilha Terceira
Lisboa	Lisboa
Abrantes	Santarém
Felgueiras	Porto
Arraiolos	Évora
Coruche	Santarém
Mora	Évora
Figueira da Foz	Coimbra
Cascais	Lisboa
Palmela	Setúbal
Montemor-o-Novo	Évora
Arruda dos Vinhos	Lisboa
Santa Maria da Feira	Aveiro
Gondomar	Porto
Pombal	Leiria
Angra do Heroísmo	Ilha Terceira
Almada	Setúbal
Porto de Mós	Leiria



ORGANIZAÇÕES EQUESTRES 2018		
Nome	Concelho	Distrito
CENTRO HIPICO DE CABECEIRAS DE BASTO	Cabeceiras de Basto	Braga
CENTRO HIPICO DE COIMBRA	Coimbra	Coimbra
CENTRO HIPICO DE GAIA - QUINTA DO OUTEIRAL	Vila Nova de Gaia	Porto
CENTRO HIPICO DE GONDOMAR	Gondomar	Porto
CENTRO HIPICO DE PORTALEGRE	Portalegre	Portalegre
CENTRO HIPICO DE SAO BRAS	Elvas	Portalegre
CENTRO HIPICO DE VALONGO - AFEHVC	Valongo	Porto
CENTRO HIPICO DE VISEU	Viseu	Viseu
CENTRO HIPICO DO ALTO ALENTEJO	Portalegre	Portalegre
CENTRO HIPICO DO MOSTEIRO	Maia	Porto
CENTRO HIPICO DO PAÇO	Arouca	Aveiro
CENTRO HIPICO DO PORTO	Matosinhos	Porto
CENTRO HIPICO E TURISTICO VALE DO SOUSA	Lousada	Porto
CENTRO HIPICO EPFBL	Torres Vedras	Lisboa
CENTRO HIPICO GALA'OP	Montijo	Setúbal
CENTRO HIPICO IRMÃO PEDRO COELHO	Barcelos	Braga
CENTRO HIPICO LEBREIRO DA AZAMBUJA	Azambuja	Lisboa
CENTRO HIPICO MARCIO PINTO	Vila Nova de Gaia	Porto
CENTRO HIPICO QUINTA BELDADE STABLES	Tavira	Faro
CENTRO HIPICO QUINTA DA FERREIRA	Cantanhede	Coimbra
CENTRO HIPICO QUINTA DA PRATA	Seixal	Setúbal
CENTRO HIPICO QUINTA DOS LAGOS - JMTL, LDA.	Leiria	Leiria
CENTRO HIPICO QUINTA OLIVEIRA	Póvoa de Varzim	Porto
CENTRO HIPICO QUINTA VALE DO LENA	Leiria	Leiria
CENTRO HIPICO SANTA BARBARA	Constância	Santarém
CLUBE DE ATRELAGEM DO NORTE	Trofa	Porto
CLUBE EQUESTRE CATARINA E RUBEN	Almada	Setúbal
CLUBE EQUESTRE DA LAPA	Benavente	Santarém
CLUBE EQUESTRE DE JANAS, EQUITACÃO LDA.	Sintra	Lisboa
CLUBE HIPICO DA COSTA VERDE - CHCV	Espinho	Porto
CLUBE HIPICO DE LOULE	Loulé	Faro
CLUBE HIPICO DE VILAMOURA	Loulé	Faro
CLUBE HIPICO DO FIAL	Albergaria-a-Velha	Aveiro
CLUBE HIPICO DO NORTE	Esposende	Braga
CLUBE HIPICO MARGENS DO TEJO	Vila Nova da Barquinha	Santarém
CLUBE HIPICO QUINTA SANTO ANTONIO	Maia	Lisboa
CLUBE HIPICO SANTA ISABEL	Portimão	Faro



Nome	Concelho	Distrito
CLUBE UNESCO - HIPICA OEIRAS	Oeiras	Lisboa
CNEMA	Santarém	Santarém
COMPANHIA DAS LEZIRIAS, SA	Benavente	Santarém
COUDELAGIA NACIONAL DE ALTER	Alter do Chão	Portalegre
CRUAR-T ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE	Seixal	Setúbal
DOM CAVALO - ACTIVIDADES EQUESTRES, LDA.	Leiria	Leiria
EMPRESA AGUAS DO VIMEIRO	Torres Vedras	Lisboa
EMPRESA TURISMO ESTORIL, E. M. S.A.	Cascais	Lisboa
ENTRE AMIGOS - ACTIVIDADES EQUESTRES	Alcácer do Sal	Setúbal
EQUIADORES - CENTRO HIPICO	Ponta Delgada	Ilha de São Miguel
EQUIEVENTS, Lda	Almada	Setúbal
EQUIMOR - Escola de Equitação	Montemor-o-Novo	Évora
EQUIPAGEM DE SANTO HUBERTO	Benavente	Santarém
EQUIREGUENGOS - ESCOLA DE EQUITACÃO	Reguengos de Monsaraz	Évora
EQUITAKIDS - HIPICA DO FORAL	Almeirim	Santarém
EQUITAVEIRO - HUGO CARVALHO UNIPessoal, LDA.	Aveiro	Aveiro
EQUITOP - ACTIVIDADES HÍPICAS LDA	Oeiras	Lisboa
EQUIVAU- Cooperativa Social, Terapêutica e Equestre CRL	Barcelos	Braga
ESC. DE EQUITACÃO - COLÉGIO VASCO DA GAMA	Sintra	Lisboa
ESC. DE EQUITACÃO DE ALCAINÇA, LDA	Mafra	Lisboa
ESC. DE EQUITACÃO DO CONVENTO S. DOMINGOS	Setúbal	Setúbal
ESC. EQUESTRE DE AVEIRO	Aveiro	Aveiro
ESC. EQUITACÃO QTA AZINHEIRA	Mafra	Lisboa
ESC. PROF. DE AGRIC. E DESENV. R. DE VAGOS	Vagos	Aveiro
ESC. SUPERIOR AGRARIA ELVAS	Elvas	Portalegre
ESC. SUPERIOR AGRARIA SANTAREM	Santarém	Santarém
ESCOLA DAS ARMAS	Mafra	Lisboa
ESCOLA DE EQUITACÃO DE ALMODÓVAR	Almodóvar	Beja
ESCOLA DE EQUITACÃO PASSO A PASSO	Benavente	Santarém
ESCOLA DE EQUITACAO RICARDO VALE	Fafe	Braga
ESCOLA DE EQUITACÃO RUI BARROSO	Cascais	Lisboa
ESCOLA NACIONAL DE EQUITACAO	Golegã	Santarém
ESCOLA PROF. AGRICOLA D. DINIS - PAIA	Odivelas	Lisboa
ESCOLA PROF. DESENV. RURAL DE SERPA	Serpa	Beja
ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES	Marco de Canaveses	Porto
ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE PONTE DE LIMA	Braga	Braga
ESCOLA PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ABRANTES	Abrantes	Santarém



ORGANIZAÇÕES EQUESTRES 2018		
Nome	Concelho	Distrito
ESCOLA PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ALTER DO CHÃO	Alter do Chão	Portalegre
ESTRANGEIROS	Lisboa	Lisboa
FAMALICENSE ATLETICO CLUBE	Vila Nova de Famalicão	Porto
FEIRA DO CAVALO DE PONTE DE LIMA	Ponte de Lima	Viana do Castelo
FEIRA NACIONAL DO CAVALO	Golegã	Santarém
FERRADURA DA SORTE - CENTRO EQUESTRE, LDA.	Ovar	Aveiro
FG - Events, Lda	Ponte de Lima	Viana do Castelo
FILHOS DO VENTO - TURISMO ESPAÇO RURAL, LDA.	Salvaterra de Magos	Santarém
FILIFE CANELAS PINTO	Almeirim	Santarém
GERÊS EQUI'DESAFIOS	Terras de Bouro	Braga
GQHorses	Vagos	Aveiro
GREEN HORSE LDA	Lisboa	Lisboa
GRUPO ALMARGEM, LDA	Lisboa	Lisboa
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	Lisboa	Lisboa
HÍPICA BELMONTE-AGRO. PEC. RESTAURAÇÃO, LDA.	Portimão	Faro
HIPODROMO DA BAIRRADA	Anadia	Aveiro
Iberica Stables One SL	Internacional	Internacional
INST. POLIT. DE CASTELO BRANCO - ESC. SUP. AGRARIA	Castelo Branco	Castelo Branco
IPC - ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA	Coimbra	Coimbra
JORGE GOMEZ CLUBE HÍPICO	Cadaval	Lisboa
JOSE SAMUEL PEREIRA LUIPI	Alcochete	Setúbal
LUSITANOS ACADEMY	Sintra	Lisboa
LUSITANOS D'ATELA - CRIAÇÃO DE CAVALOS LDA.	Odivelas	Lisboa
MONTE D'AGUENTINHA, LDA.	Aljustrel	Beja
MONTE INGLES	Ponta Delgada	Ilha de São Miguel
MONTEBELLO - HÍPICO	Viseu	Viseu
MOSSE HORSE	Olhão	Faro
MUNICIPIO DE ESTREMOZ	Estremoz	Évora
MUNICIPIO DE FRONTEIRA	Fronteira	Portalegre
NATURE EQUESTRIAN TRAILS - ASSOC. CULTURAL E RECREATIVA-QUINTA MATA BRAVA	Esposende	Braga
NEGRÉUS HORSE CENTER	Golegã	Santarém
NOREQUESTRE - EQUIT. RECREATIVA E HIPOTERAPIA, LDA	Póvoa de Varzim	Porto
PICADEIRO ANTONIO MARIA DA CUNHA	Santa Cruz da Graciosa	Ilha da Graciosa
PICADEIRO DA QTA DA HORTA	Alcochete	Setúbal
PICADEIRO D'EL REY	Almeida	Guarda
PICADEIRO QUINTA DAS CABANAS	Cascais	Lisboa
PICADEIRO QUINTA DE SAO JOSE	Santarém	Santarém



Nome

PICADEIRO TAVARES RAMOS, LDA.
 POLO EQUESTRE DE RIO FRIO
 QTA DO ARRANHADO - SOC. TURISMO EQUESTRE
 QUINTA DA ESTRIBEIRA - ACTIVIDADES EQUESTRES E EVENTOS, LDA.
 QUINTA DA FIGUEIRA
 QUINTA DA MARINHA CENTRO HIPICO, SA
 Quinta de São Jorge
 QUINTA DO LAGO
 QUINTA DO PAIOL
 QUINTAS DE ÓBIDOS - CENTRO HIPICO
 RAFAEL MARTINS MOTA SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.
 REAL CLUBE DE CAMPO D. CARLOS I
 REAL PICADEIRO CASA DO REDONDO
 REAL PICADEIRO POLO EQUESTRE UNIPessoal, LDA.
 RESERVA NATURAL DO CAVALO DE SORRAIA
 SELA & BRIDAO, ASSOCIAÇÃO HIPICA
 SELA IBERICA-ACT.HÍPICAS,TURÍSTICAS, LDA
 SOCIEDADE AGRICOLA MATA LINDA, LDA.
 SOCIEDADE AGRO TURISTICA QUINTA DA MANGUINHAS, LDA.
 SOCIEDADE HIPICA PORTUGUESA
 SOCIEDADE PROPAGANDA DE CASCAIS
 SPORT CLUB DO PORTO
 SUPONEIS E CAVALOS - ESC. EQUIT. UNIP., LDA.
 TEMPUS DE FICÇÃO
 TERTULIA TROFEU - ASSOCIAÇÃO CULTURAL
 TROTE - CENTRO HIPICO SA
 TURF CLUBE
 VALE DE FERRO - SOCIEDADE AGRO PECUARIA
 VB HORSES
 VIANAEQUESTRE
 VILAMOURA EQUESTRIAN SCHOOL
 VIVA DEVAGAR
 WILD EMOTIONS - CENTRO HIPICO QUIAIOS

ORGANIZAÇÕES EQUESTRES 2018

Concelho	Distrito
Fundão	Castelo Branco
Palmela	Setúbal
Torres Vedras	Lisboa
Sintra	Lisboa
Sintra	Lisboa
Cascais	Lisboa
Caldas da Rainha	Leiria
Oliveira de Azeméis	Aveiro
Ponta Delgada	Ilha de São Miguel
Óbidos	Leiria
Vila Nova de Famalicão	Braga
Cascais	Lisboa
Meda	Guarda
Silves	Faro
Alpiarça	Santarém
Cantanhede	Coimbra
Évora	Évora
Viana do Alentejo	Évora
Ponta Delgada	Ilha de São Miguel
Lisboa	Lisboa
Cascais	Lisboa
Porto	Porto
Évora	Évora
Cascais	Lisboa
Alter do Chão	Portalegre
Braga	Braga
Lisboa	Lisboa
Portimão	Faro
Elvas	Portalegre
Viana do Castelo	Viana do Castelo
Loulé	Faro
Lisboa	Lisboa
Figueira da Foz	Coimbra